



## GUIA DE FONTES PARA A HISTÓRIA DE SANTOS

SANTOS

2007 / 2009

## **Equipe de Trabalho**

- *Coordenação – Pesquisa e texto.*

Letícia Fagundes de Oliveira

Rita Márcia Martins Cerqueira

- *Estagiários – Pesquisa e texto.*

Alcides Caetano da Silva Junior

Anderson Manoel Caleffi

Andressa Cristina Santalucia da Silva

Anika di Mase

João Luiz de Oliveira Junior

Nádia Dévaki Pena Garcia

Pietro Marchesini Amorim

- *Estagiários no Arquivo Nacional – RJ.*

Allan Ferreira da Silva

Fernanda Bouth Pinto

- *Reprodução Fotográfica.*

Rogério Bonfim

Introdução _____	6
Como consultar este guia _____	12
<b>São Paulo</b>	
Arquivo do Estado de São Paulo _____	15
Museu Paulista (USP) _____	38
Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento _____	52
Arquivo Histórico Municipal Washington Luís _____	58
Memorial do Imigrante _____	61
Centro de Memória Bunge _____	64
Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC) _____	68
Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo _____	70
Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) _____	72
<b>Santos</b>	
<i>Instituições Públicas</i>	
Fundação Arquivo e Memória de Santos (FAMS) _____	75
Hemeroteca Municipal Roldão Mendes Rosa _____	86
Museu da Imagem e do Som de Santos (MISS) _____	88
Centro de Memória Esportiva De Vaney _____	91
SABESP – Baixada Santista _____	93
<i>Poder Judiciário</i>	
Ofício de Distribuição Judicial – Comarca de Santos _____	95
Cartórios _____	96
<i>Instituições Privadas</i>	
Associação Comercial de Santos _____	103
Jornal A Tribuna _____	105

Museu do Porto _____	1	<b>109</b>
Pinacoteca Municipal Benedito Calixto _____	1	<b>111</b>
Museu do Café _____		<b>113</b>
Instituto Histórico e Geográfico de Santos (IHGS) _____		<b>116</b>
Sociedade Humanitária _____	1	<b>118</b>
<i>Instituições Médicas</i>		
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos _____		<b>119</b>
Beneficência Portuguesa _____		<b>121</b>
Casa de Saúde de Santos S/A _____		<b>123</b>
<i>Associações Esportivas</i>		
Clube XV _____	1	<b>126</b>
Santos Futebol Clube _____		<b>127</b>
Jabaquara Atlético Clube _____		<b>129</b>
Clube Internacional de Regatas _____		<b>130</b>
Clube de Regatas Vasco da Gama _____		<b>131</b>
Associação Atlética Portuguesa _____		<b>132</b>
Clube Atlético Santista _____		<b>133</b>
Clube de Regatas Saldanha da Gama _____		<b>134</b>
Clube dos Ingleses _____		<b>135</b>
Estrela de Ouro _____	1	<b>136</b>
Clube de Pesca de Santos _____		<b>136</b>
Tênis Clube de Santos _____		<b>137</b>
Clube Sírio Libanês _____	1	<b>137</b>
<i>Igrejas, templos e instituições religiosas</i>		
Cúria Diocesana de Santos _____		<b>138</b>

Centro Espírita “Ismênia de Jesus” _____	140
Associação da Igreja Episcopal de Todos os Santos _____	142
Sociedade Beneficente Islâmica de Santos _____	144
Igreja Católica Apostólica Ortodoxa Antioquina no Brasil _____	145
Primeira Igreja Presbiteriana de Santos _____	147
Primeira Batista de Santos _____	147
Igreja Evangélica de Confissão Luterana _____	147
<i>Instituições de Ensino</i>	
Centro de Documentação da Baixada Santista – Unisantos _____	148
Centro de Documentação Histórica de Santos – Unisanta _____	150
Diretoria de Ensino de Santos _____	152
Escola Técnica Dona Escolástica Rosa _____	154
Arquivo da Escola Estadual Barnabé _____	157
Colégio Coração de Maria _____	159
Colégio São José _____	161
Escola Modelo _____	164
Colégio Stella Maris _____	165
Colégio Marista de Santos _____	165
<b>Rio de Janeiro</b>	
Arquivo Nacional _____	166
Fundação Biblioteca Nacional _____	226
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) _____	237
Museu Nacional (UFRJ) _____	240
Arquivo Histórico do Exército (AHEX) _____	243
Cia. Docas de Santos _____	246

Casa Oswaldo Cruz _____	<b>249</b>
Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro _____	<b>254</b>
Museu Histórico Nacional _____	<b>257</b>
Serviço de Documentação da Marinha _____	<b>259</b>
Publicações, teses e dissertações _____	<b>262</b>
Referências _____	<b>275</b>

## Introdução

O Guia de Fontes da História de Santos é uma publicação de referência de documentos relativos à história de Santos que podem ser encontrados em diversas Instituições Arquivísticas, Culturais, Museológicas e outras instituições congêneres, públicas e privadas.

Este Guia é fruto do “Projeto Resgate das Fontes Documentais para a História de Santos”, aprovado pelo Programa de Apoio a Bibliotecas e Arquivos Latino-Americanos e subsidiado pela Universidade de Harvard (EUA) em 2007<sup>1</sup>. Desenvolvido pela Fundação Arquivo e Memória de Santos, entre os anos de 2007 e 2009, o projeto tem a finalidade de localizar e referenciar documentos de valor histórico/arquivístico relativos à história do município que se encontram dispersos em diferentes instituições nas cidades de Santos, Rio de Janeiro e São Paulo.

A inspiração para esse projeto surgiu durante o desenvolvimento do projeto Resgate Barão de Rio Branco, implementado pelo Ministério da Cultura em comemoração aos 500 anos de descobrimento do Brasil. Tal projeto serviu como referência para o nosso trabalho em função da notoriedade e da abrangência de seus resultados no contexto da recuperação e valorização do patrimônio documental do Brasil<sup>2</sup>.

É importante ressaltar que o acesso aos documentos públicos é um pressuposto fundamental para assegurar o direito à informação e fomentar o exercício consciente da cidadania. Os documentos que constituem o patrimônio público municipal, além de sua importância mais imediata para o governo municipal e para os interesses particulares dos cidadãos, são também indispensáveis na promoção da memória e na consolidação da identidade cultural dos cidadãos.

---

<sup>1</sup> - Program for Latin American Libraries and Archives (PLALA), iniciativa implementada a partir de 1996, através do David Rockefeller Center for Latin American Studies (DRCLAS) da Universidade de Harvard.

<sup>2</sup> - O projeto Resgate foi implementado em 1995 na gestão do Ministro Francisco Weffort e mobilizou pesquisadores brasileiros e portugueses num mutirão que coletou cerca de 250 mil documentos reunidos em cerca de 300 CDs contendo microfílmes cotejados no Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa. Os documentos estão relacionados com a administração das capitâneas do Brasil entre os séculos 16 e 19. O projeto pretende recuperar ainda documentos localizados em outros arquivos europeus e norte-americanos.

Assim a principal finalidade de se investir numa publicação deste gênero é a de produzir um instrumento de pesquisa completo e atualizado que facilite a investigação documental e bibliográfica para o estudo da história de Santos. Entretanto, para que possamos entender a natureza e a importância dos conjuntos documentais resgatados durante esta pesquisa, é necessário traçar um breve panorama histórico desse município.

Santos é uma das cidades mais antigas do Brasil. Em 1532, Martim Afonso de Souza deu início oficialmente à colonização. Em 1546, o povoado foi elevado à categoria de Vila. Santos foi até o início do século XIX uma vila pequena e sem grande expressão, assim como São Paulo. Uma exígua população vivia do que produzia o mar, de pesca, de atividades econômicas como a extração do sal marinho e a comercialização de óleo de baleia. Em meados da década de 1830, com o deslocamento do centro dinâmico da economia cafeeira para o Planalto Paulista, o porto de Santos assumiu uma posição cada vez mais estratégica na economia nacional.

A pequena Vila foi promovida à categoria de cidade em 1839 e alcançou grande desenvolvimento, a partir da segunda metade do século XIX, com o comércio e a exportação do café plantado nas grandes propriedades do interior paulista.

Podemos dizer que o crescimento da cidade e a riqueza de Santos devem-se à presença do porto e ao “eixo” que a cidade forma com São Paulo, de tal forma que até hoje a maior parte das exportações brasileiras ainda passa pelo porto de Santos. Para dar um exemplo, somente no ano de 1897, foram embarcadas seis milhões de sacas de café no porto de Santos. Poucos anos depois, o porto chegou a monopolizar 95% do volume total das exportações brasileiras. Entre os anos de 1880 e 1929, quando declinou a produção de café devido à crise do capitalismo mundial, o Brasil respondia por cerca de três quartos do comércio mundial de café. Essa estrutura foi construída entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, graças à riqueza gerada com o comércio do café. Em 1892, foi inaugurado o primeiro trecho de 260 metros do cais do porto pela Companhia Docas de Santos, com o objetivo de facilitar a atividade exportadora. Em 1922, ficou pronta a sede da Bolsa Oficial do Café, construída pela Associação Comercial de Santos.

Santos nunca foi um grande centro escravista, mas colaborou intensivamente, através dos clubes abolicionistas e da criação de quilombos, para o fim da escravidão. A repercussão que teve o movimento abolicionista em Santos se deve, em larga medida, à pujança do jornalismo e da imprensa na cidade. Entre 1850 e 1930, Santos teve mais de 200 títulos de periódicos em circulação. A maioria desses periódicos perdeu-se ao longo do tempo, mas outros exemplares foram resgatados durante essa pesquisa formando um corpus documental raro e significativo.

Além da força do abolicionismo, também foi forte e combativo o movimento operário em Santos. Em 1889, foi fundado na cidade o primeiro núcleo socialista do Brasil, responsável pela publicação “A ação social”. Nessa época, a cidade foi palco de algumas das primeiras greves do país, ligadas ao Porto. Em 1891, ocorreu na cidade a primeira greve geral do Brasil, iniciada por duas categorias profissionais essenciais para a vida da cidade: os estivadores do porto e os cocheiros de bondes.

A cidade era a porta de entrada dos imigrantes estrangeiros em direção às fazendas de café do interior paulista. Entre 1850 e 1930, entraram pelo porto aproximadamente quatro milhões e meio de imigrantes. Durante a República Velha, Santos ficou conhecida como “Barcelona brasileira”, com a emergência de um movimento operário organizado e combativo. O anarco-sindicalismo constituía a ideologia comum aos trabalhadores portuários, imigrantes de várias partes do mundo, aos quais se deve, sem dúvida, o caráter multicultural e cosmopolita que marca a cidade até a atualidade.

No entanto, apesar da cidade de Santos ser uma das mais antigas do país, o acervo documental do município se encontra, atualmente, bastante fragmentado. A política de preservação, organização e divulgação do patrimônio documental só teve início, oficialmente, na década de 1990, com a criação do Centro de Memória e Arquivo de Santos. Mais tarde, suas atribuições foram ampliadas e transformadas na Fundação Arquivo e Memória de Santos.

A Fundação Arquivo e Memória de Santos (FAMS) foi criada em 15 de dezembro de 1995, com o objetivo de formular a política referente à memória e à gestão do patrimônio documental do município. Essencialmente, ela concentra documentos administrativos dos séculos XIX e XX, além de alguns documentos dispersos do século XVIII. A FAMS possui três arquivos organizados tradicionalmente de acordo com a teoria das três idades: geral ou corrente, intermediário e permanente, reunindo cerca de 5.300 m lineares de documentos, assim distribuídos: Arquivo Permanente (1798-1957) 2.000 m lineares; Arquivo Intermediário (1958-1994) 1.152 m lineares e Arquivo Geral (1996-2006) 2.166 m lineares.

Nesse sentido, um dos principais objetivos desse projeto foi resgatar a documentação referente à cidade constituindo um corpus documental que contextualiza e complementa o acervo sob custódia da Fundação. Outro objetivo importante foi facilitar o acesso às informações dispersas em diferentes locais de guarda ampliando as possibilidades de pesquisa a todos os interessados e servindo tanto à comunidade acadêmica, quanto ao público em geral.

### **Critérios da Pesquisa**

Este trabalho desenvolveu atividades de pesquisa e levantamento das fontes primárias que se encontram nas instituições arquivísticas de referência no país localizadas nos municípios de São Paulo, Santos e Rio de Janeiro. Essas instituições guardam acervos documentais indispensáveis para o estudo da História de Santos, tais como: Universidade de São Paulo (USP), Museu Paulista (USP), Arquivo do Estado (DAESP), Fundação Energia e Saneamento, Hemeroteca Municipal de Santos, Sociedade Humanitária de Santos, Associação Comercial de Santos, Fundação Biblioteca Nacional (RJ.), Arquivo Nacional (RJ.), Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RJ.), entre outras.

O primeiro passo foi a localização dos Fundos documentais nos guias e catálogos de pesquisa dessas instituições, analisando e referenciando os tipos documentais, datas-limites dimensão e codificação dos mesmos. Para essa tarefa,

foi desenvolvida uma ficha catalográfica que continha, previamente, os campos de interesse para a publicação do guia de fontes, tais como: 1) identificação; 2) tratamento técnico; 3) acesso e uso; e 4) contextualização e conteúdo.

Encerrada essa etapa, foram analisados e selecionados os fundos de maior relevância histórica e arquivística. O critério de seleção desses fundos levou em conta essencialmente o estado de conservação dos documentos, a relação com os conjuntos documentais sob custódia da Fundação e o seu potencial de pesquisa. O material selecionado foi classificado em diversas categorias: textuais, iconográficos, bibliográficos, cartográficos, etc., respeitando a organização e a estrutura de cada arquivo ou instituição. No que se refere ao recorte temporal, foram privilegiados o resgate das fontes referentes ao período colonial e do império, período que representa a maior lacuna no acervo da FAMS, contudo também foram referenciadas fontes do período republicano. Dessa forma, foi possível localizar conjuntos documentais entre os séculos XVI e XX, perfazendo um panorama geral da história de Santos.

Nas instituições santistas, a metodologia teve que ser adaptada, visto que a priori todos os documentos contidos nos acervos dessas instituições seriam igualmente relevantes para o estudo da história da cidade. Dessa forma, foram contempladas não apenas instituições arquivísticas, mas também educacionais, religiosas, médicas, recreativas, entre outras. Devido ao grande número de instituições, estabeleceu-se um critério diferenciado de pesquisa. Depois de um mapeamento das instituições existentes, optou-se por enviar um formulário solicitando a descrição e o histórico dos acervos custodiados. Tal descrição oferece ao pesquisador informações essenciais como: tipo de documentos, datas-limites e quantidades. É importante ressaltar que os acervos mais extensos e representativos para os interesses desse trabalho foram consultados diretamente pela equipe de pesquisadores. É preciso ressaltar que algumas organizações foram referenciadas de forma simplificada, uma vez que, durante a realização dessa pesquisa, não contavam com seu acervo organizado e disponível para a consulta. Mesmo assim, devido sua importância, optou-se por incluí-las no Guia.

Quanto aos resultados desse trabalho acreditamos que essa publicação cumpriu a tarefa de facilitar o acesso à informação e à pesquisa, divulgando um amplo contingente de documentos e de instituições públicas e privadas que podem servir tanto para ampliar o conhecimento histórico, como para facilitar o exercício da cidadania. Outros objetivos mais específicos também foram contemplados nesse trabalho, à medida que parte desses documentos foi submetida à microfilmagem ou à reprodução digital, dando início a uma política de reprodução de documentos até então inexistente na Fundação Arquivo e Memória de Santos. Nesse sentido, os investimentos e o esforço conjunto envolvidos na realização desse trabalho constituem uma etapa inicial num projeto maior de preservação e divulgação da memória santista que acreditamos possa continuar a ser desenvolvido, tanto pelas instituições santistas, como pela comunidade acadêmica.

Não poderíamos deixar de apontar que, durante a realização dessa pesquisa, fomos surpreendidos pela descoberta de conjuntos documentais valiosos que se encontravam esquecidos e distantes de seu potencial público alvo. Sirva aqui como exemplo os documentos da Ordem do Carmo (1563-1957) que retratam os primórdios da história santista, elucidando aspectos ainda pouco conhecidos da formação da cidade. Esses documentos foram encontrados nos depósitos do Arquivo Nacional que, felizmente, já havia investido numa política de duplicação, restando ainda a ser feita a transcrição paleográfica de seu conteúdo.

Por fim, gostaríamos de agradecer a Universidade de Harvard e a todas as instituições que colaboraram com a realização desse trabalho e, em especial, a orientação informal realizada pelas Professoras Ana Maria Camargo (USP), Ester Bertoletti (Minc.), Heloisa Liberalli Bellotto (USP) e Maria Elizabeth Fagundes. Agradecemos também pelo empenho e dedicação aos estagiários do curso de História da Universidade Católica de Santos (Unisantos) e aos estagiários do Arquivo Nacional, sem os quais esse trabalho não teria sido possível.

## **Como consultar este guia:**

- Os verbetes do guia obedecem à seguinte ordem:

Inicialmente, consta o nome completo da Instituição, seguido da sigla pela qual é conhecido, e após, há um quadro dentro do qual constam as informações referentes à sua identificação e localização. Lá serão encontrados dados como endereço, endereço eletrônico, e-mail e telefone, bem como, informações complementares como Responsável (pessoa que responde pela instituição, como presidente, diretor, etc), atendimento ao público (dia e horário em que a instituição está disponível para recepção aos pesquisadores, e reprodução (modo disponível para cópia dos documentos)<sup>3</sup>.

### **Acervo:**

Neste guia será considerado acervo somente a documentação relativa a Santos e imediações, contida nos fundos e coleções de cada Instituição.

Optou-se pela organização em temas somente para aquelas Instituições que possuem grandes acervos e diversos Fundos<sup>4</sup> e Coleções<sup>5</sup>, como uma forma de facilitar a pesquisa e a utilização do Guia.

Para as demais instituições optou-se por descrever cada Fundo e Coleção.

Para as Instituições de Santos preferiu-se referenciar toda a documentação, pois todos os acervos referenciados são relevantes para a História de Santos.

### **Data-Limite:**

Data do documento mais antigo e mais recente do Acervo/Fundo/Coleção.

---

<sup>3</sup> Os dados de identificação das instituições foram checados até janeiro de 2009.

<sup>4</sup> Conjunto de documentos naturalmente gerados e reunidos por uma mesma pessoa ou entidade.

<sup>5</sup> Conjunto de documentos afins, artificialmente reunidos.

**Tratamento Técnico:**

Identifica se a instituição tem acervo organizado ou não.

**Organização:**

Ordenação dos documentos, ou forma pela qual o acervo/fundo/coleção está disposto.

**Conteúdo:**

Descrição sumária dos documentos e séries de um Acervo/fundo/coleção mais representativos da totalidade.

**Instrumento de Pesquisa:**

Meio de busca e acesso à informação dos documentos de um acervo.

**História Administrativa/Biografia:**

Breve histórico da Instituição, ou Fundo/Coleção, ou biografia da personalidade produtora dos documentos.

**Produtores:**

Instituição ou pessoa responsável pela geração do documento.

**Procedência:**

Identificação da produção, acumulação e custódia dos documentos, bem como forma pela qual tais documentos foram adquiridos ou transferidos para o acervo.

**Fontes Relacionadas:**

Existência e localização de acervos/fundos/coleções, ou bibliografia específica, que tenham afinidade com a documentação descrita.

**Outros acervos:**

Existência de documentos não textuais, como iconográfico, bibliográfico, cartográfico e tridimensional.

**Observações:**

Em alguns verbetes, consideramos necessário maiores explicações ou informações adicionais.

**Vale a pena ver também:**

Em algumas instituições de Santos não foi possível descrever o acervo, mas devido a sua importância merecem ser mencionadas.

## SÃO PAULO

### 1 - ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Subordinação Administrativa:** Secretaria da Casa Civil – Gabinete do Secretário Unidade de Arquivo Público do Estado de São Paulo.

**Endereço:** Rua Voluntários da Pátria, 596 (ao lado da Estação Tietê do metrô) - Santana - São Paulo / SP - CEP 02010-000.

**Endereço Eletrônico:**

www.arquivoestado.sp.gov.br

**E-mail:**

consulta@arquivoestado.sp.gov.br

**Telefones:** +55 (11) 2221-4785

**Responsável:** Carlos de Almeida Prado Bacellar (Coordenador)

**Atendimento ao Público:** Sem restrições. Exceção: acervo DEOPS.

**Horário:** Terças à sábados, das 9h às 17h.

**Reprodução:** Serviço de microfilmagem e digitalização com restrições. Permite-se fotografar sem o uso do flash.

*\*Vale a pena consultar as publicações do Arquivo do Estado que preservam e divulgam importantes conjuntos documentais, como: Registro de Terras, Inventários e Testamentos, Documentos Interessantes e Boletim do Arquivo do Estado.*

**Histórico da Instituição:** O Arquivo do Estado de São Paulo tem como principal atribuição o recolhimento e tratamento da documentação produzida pelo Poder Executivo do Estado de São Paulo, e sua disponibilização para consulta da população. Seu Arquivo Permanente possui um acervo de aproximadamente 7 mil metros lineares. Está dividido em três setores: Textuais Públicos, Textuais Privados e Acervos Iconográficos.

Foi criado oficialmente em 1891 como Repartição de Estatística e do Arquivo do Estado, subordinada à Secretaria do Interior, e reunia documentação oriunda do governo do estado, poder judiciário, cartórios e municípios, além de documentos privados. Contudo pode-se creditar o início do acúmulo de sua documentação aos primórdios da Capitania de São Paulo, quando em 1721 foi executado o inventário dos documentos da governança pelo Secretário de governo Gervásio Leite Rabelo.

Ao passar para a subordinação da Secretaria de Educação e Saúde Pública em 1938, foi estabelecido o Departamento de Arquivo do Estado. Foi subordinado ainda às Secretarias de Justiça e de Cultura. Atualmente é subordinado à Casa Civil. Esta Instituição ocupou diversas sedes, entre elas prédios religiosos como o Convento dos Jesuítas e os fundos da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, até ser instalado definitivamente em seu atual edifício.

### **1.1 - Tema: Militares / Defesa**

**Data-Limite:** 1721/1889

**Tratamento Técnico:** Organizado parcialmente.

**Organização:** Cronológica e onomástica.

**Conteúdo:** O conjunto contém ofícios, requerimentos, mapas de movimentação de tropas, entrada e saída de navios no Porto, defesa da costa (fortalezas), lista de presos nas fortalezas, relatórios de obras militares, entre outros.

**Instrumento de Pesquisa:** Índice Topográfico de Documentos Avulsos.

**Endereço dos Documentos:** Latas: C7149, C7148, C288, C252, C251, C2372, C250, C2381, C2409, C254, C261, C248, C253, C249.

Encadernados: E00011, E00013, E00580, E00584, E00585.

**História Administrativa/Biografia:** Na Colônia o governador das armas era o próprio governador-geral, o qual exercia o supremo comando das forças militares.

A organização militar na América Portuguesa inicia-se no século XVI com a formação das tropas regulares ou de 1ª linha que eram compostas por oficiais pagos, cujos rendimentos vinham de Portugal. No mesmo período são criadas também as tropas auxiliares formadas pelas Milícias e Corpos de Ordenanças que eram tropas não remuneradas recrutadas junto à população local. Pelo decreto de 07 de agosto de 1796, as Milícias passaram à categoria de tropas de 2ª linha, ficando estabelecida a composição de cada regimento de Milícias por comarcas e distritos.

A estrutura militar brasileira assentava-se sobre um sistema de circunscrições territoriais que se confundia com as grandes divisões político-administrativas. A maior circunscrição existente era a Capitania/Província. Em seu interior, o território estava dividido em distritos militares. A hierarquia militar representava a cadeia de obediência e a prestação de contas dentro da estrutura militar. No topo da hierarquia estava o Ministério da Guerra (após 1822) – seguido pelo Governador da Capitania ou Presidente da Província – pelo Governador das

Armas – e logo abaixo o Comandante da Praça (Santos).

No que se refere à defesa, o litoral era a parte do território brasileiro mais sujeita a eventuais ataques. Daí, a preocupação do governo colonial e também imperial de instalar, ao longo da costa, unidades militares voltadas à artilharia. Até 1824, a costa marítima paulista contava com duas unidades de artilharia: o Batalhão de Artilharia de Santos (1ª linha) e o Regimento da Artilharia Miliciana da Praça de Santos (2ª linha). Depois de 1824, com a reformulação na estrutura militar (decreto de 1/12/1824) houve algumas modificações. A antiga artilharia miliciana passou a constituir a infantaria ligeira (Batalhão de Caçadores). Finalmente em 1832, as tropas de milícias, ordenanças e as guardas municipais serão extintas e, no mesmo ano, será criada a Guarda Nacional com outra estrutura e atribuições, encerrando-se, assim, a fase colonial no que diz respeito à organização militar.

Os membros da Guarda eram recrutados entre os cidadãos com renda anual superior a 200 mil réis, nas grandes cidades, e 100 mil réis nas demais regiões. Era vista por seus idealizadores como o instrumento apto para a garantia da segurança e da ordem, vale dizer, para a manutenção do espaço da liberdade entre os limites da tirania e da anarquia.

A Guarda Nacional tinha forte base municipal e altíssimo grau de politização. A sua organização se baseava nas elites políticas locais, pois eram elas que formavam ou dirigiam o Corpo de Guardas e, ao mesmo tempo, demonstrava a falta de confiança do governo na fidelidade do Exército.

Em 1865, ao eclodir a Guerra do Paraguai, o Brasil não estava em condições de enfrentar o inimigo. Isso ocorreu devido ao fato de o Império negligenciar o preparo de suas forças armadas. O exército imperial contava com poucos oficiais e praças, disseminados pelas províncias em um território de tamanho continental. Em 1864, a Guarda Nacional consistia em 212 comandantes superiores e um grande quadro de oficiais, além de 595.454 praças, distribuídos na artilharia, cavalaria, infantaria e infantaria da reserva. Em

contraposição o exército regular nesta época contava com 1.550 oficiais e 16.000 praças. Apenas com Duque de Caxias, o exército foi organizado de maneira eficiente.

A Guarda Nacional foi, entretanto, perdendo espaço com o advento da República (cuja instalação se deu por conta do Exército). Apesar de sua desmobilização, o Presidente da República, Arthur Bernardes continuou a emitir Cartas patentes de oficiais da Guarda Nacional, diplomas estes, de elevado visual artístico, feitos mesmo para impressionar a quem a eles tivesse acesso, justificando a intenção de consolidar o poder do patenteado junto a sua comunidade.

**Produtores:** Comando Militar da Praça de Santos; Governador da Praça de Santos e Intendente de Marinha da Praça de Santos.

**Procedência:** Correspondências das autoridades militares da Praça de Santos com o Governador da Capitania e com a Presidência da Província.

A massa documental referente aos Comandantes Militares da Praça de Santos foi sendo acumulada e transferida de forma natural, desde que o Arquivo do Estado de São Paulo, em 1721, deu início à organização do acervo documental da Província de São Paulo, inicialmente chamado de “documentos da governança”. Um século mais tarde, esses documentos iriam compor o acervo do Arquivo Público Provincial. Hoje, o Arquivo do Estado é o órgão central do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (SAESP) pelo decreto nº 22.789 de 19/10/1984, com amplos poderes de gerenciamento sobre a documentação pública acumulada e produzida ao longo do tempo.

**Fontes Relacionadas:** Série Guerra – Guarda Nacional. Código: 9R(IG13) e Fundo Registro Geral das Mercês. Código: 82. Arquivo Nacional/RJ.

**Observações:** A maior parte dos documentos se encontra em bom estado de

conservação.

## 1.2 - Tema: Administração / Câmaras Municipais

**Data-Limite:** 1721/1876

**Tratamento Técnico:** Organizado parcialmente.

**Organização:** Cronológica e onomástica.

**Conteúdo:** O conjunto contém ofícios, orçamentos, aprovações do código de posturas, representações sobre problemas de administração, alertas sobre epidemias no porto, lista de pretos forros da vila, repasse de verbas, gastos com obras públicas e correspondência com a Presidência da Província.

**Instrumento de Pesquisa:** Índice Topográfico de Documentos Avulsos.

**Endereço dos Documentos:** Latas: C00236, C01218, C01240, C01203, C01210.

Encadernados: E0303, E0304, E0302, E0305, E0432, E0434

*\*Esse conjunto está identificado originalmente como: Assembleia Provincial/Câmara Municipal/Diversos. O conjunto se refere às câmaras municipais de diferentes localidades da Província de São Paulo.*

**História Administrativa/Biografia:** As câmaras no período colonial tinham amplos poderes no exercício das funções administrativas, judiciárias e executivas com situações de sobreposição de funções. Todos os atos e

assuntos referentes ao município, tanto na administração, como no policiamento e na aplicação da justiça eram da competência do “conselho de vereadores. A função legislativa se limitava à imposição de posturas (normas de regulamentação urbana e social da vila) e estavam subordinadas ao Ouvidor, instância superior na capital, que tinha a função de Corregedor da Comarca.

Durante o período colonial, o corpo de “funcionários” da Câmara de Santos era bem pequeno. Além dos três vereadores presididos pelo Juiz de Fora, o **procurador** acumulava as funções de tesoureiro e executava todas as decisões financeiras e administrativas. O **escrivão** cuidava da escrituração do arquivo e participava dos trabalhos de inspeção de posturas e na elaboração de pareceres. O **porteiro** era o zelador do prédio da Câmara e acumulava as funções de carcereiro e de contínuo da Câmara. O **Juiz Amotacé** ou **Almotacel** era eleito a cada três meses e participava das “correições” um grande mutirão de fiscalização e autuação de infratores que acontecia, em média a cada seis meses, e que envolvia todo o corpo de funcionários da câmara.

Na fase de pré-independência a Câmara de Santos teve ainda o **alcaide**, cargo ligado diretamente ao Juiz de Fora, com funções policiais era encarregado da condenação dos presos e das notificações aos infratores, basicamente em relação às posturas municipais.

Nos primeiros anos, após a Independência, as câmaras municipais gozaram de certa autonomia. A Constituição de 1824 determinou a criação de câmaras municipais em todas as vilas e cidades com vereadores eleitos sendo presididas pelo vereador mais votado. No entanto, o regulamento das câmaras de 1º de Outubro de 1828 suprimiu praticamente toda a autonomia municipal, tendo em vista que a construção do Estado Nacional exigia um executivo forte e uma cidadania limitada.

Durante o Império, com a nova legislação administrativa são mantidos os

mesmos cargos com algumas alterações em relação as suas funções. O antigo **escrivão** passa a ser o **secretário**. O **procurador**, que já servia a antiga Câmara, é mantido no mesmo cargo segundo as regras da nova Lei. O cargo de **almotacés** desaparece e, em seu lugar, surge o **fiscal** e seu suplente com funções semelhantes ao seu antecessor<sup>6</sup>.

**Produtores:** Câmara Municipal de Santos e de São Vicente.

**Procedência:** Correspondência da Câmara Municipal de Santos e de São Vicente com a Presidência da Província.

**Fontes Relacionadas:** Fundo Câmara Municipal de Santos – FAMS/Santos.

**Observações:** A maior parte dos documentos se encontra em bom estado de conservação.

### 1.3 - Tema: Real Fazenda e Alfândega de Santos

**Data-Limite:** 1721/1892

**Tratamento Técnico:** Organizado parcialmente.

**Organização:** Temático/cronológico.

**Conteúdo:** Autos de devassa, lista de pagamentos e descontos, bandos do Capitão General para a vila, correspondência entre a Alfândega e a Câmara,

6 - CERQUEIRA, Rita Martins. *O plano de classificação do Fundo Câmara Municipal de Santos*. Monografia de conclusão de curso de Especialista em Arquivologia e Gestão Documental na Universidade Paulista. Santos, 2007.

despesas de tropas, lista de pagamento de oficiais, livro de assentamento da Receita, livros de registros de embarque de mercadorias.

**Instrumento de Pesquisa:** Índice Topográfico de Documentos Avulsos.

**Endereço dos Documentos:** Latas: C00227, C00242. \* *Essa lata foi transcrita e publicada integralmente no Boletim nº 1, do Departamento do Arquivo do Estado, do ano de 1942.*

Encadernados: E00024, E00025, E00026, E00028, E00029, E00031, E00035, E06658, E06659.

**História Administrativa/Biografia:** A função da alfândega estava intimamente ligada à repartição pública encarregada de fiscalizar e arrecadar as rendas da fazenda pública. Ao longo de sua história administrativa, desde o século XVI até a atualidade, recebeu as seguintes denominações: Feitoria, Provedoria, Junta da Fazenda Real, Tesouraria da Fazenda, Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional e, finalmente, Receita Federal.

A administração fazendária na colônia atinha-se ao controle das atividades mercantis e a conseqüente transferência das rendas para os grupos dominantes do Estado.

A gestão das finanças envolvia, quanto às receitas, não só a cobrança de uma enorme gama de tributos e seu registro contábil, mas também a alçada jurídica sobre os infratores das leis fiscais e aplicação das penas correspondentes.

Na primeira fase da colonização (1530-1548) não existia estrutura administrativa fazendária, mas um funcionário régio em cada capitania, o Feitor Almojarife, que acumulava, em tese, a função de arrecadar as rendas reais e administrar as feitorias.

Na segunda fase da colonização (1548-1580), ocorreu a implantação do aparelho fiscal na colônia. Já em 1548, o provedor-mor da Fazenda Real, a

fim de regularizar as Provedorias existentes no Brasil, começando pela da Bahia, fundou as alfândegas que fossem necessárias. Em agosto de 1549, foi fundada a Alfândega seca em São Vicente (situada na vila e sem porto). Já a Alfândega de Santos foi fundada em 1550 junto ao prédio do Conselho da Vila (Câmara). O primeiro Provedor da Fazenda Real da Capitania de São Vicente foi Brás Cubas, de acordo com a Carta de Mercê de 18/06/1551<sup>7</sup>.

Existiam duas instâncias hierárquicas com uma autoridade central: o provedor-mor e uma inferior instalada em cada capitania. Até 1808, o expediente da alfândega de Santos era ocupado por três funcionários: o juiz de alfândega, que até 1765 acumulava o cargo de provedor da fazenda real<sup>8</sup>, um escrivão e um meirinho. Finalmente, o decreto de 17/11/1834 alterou o nome do cargo de diretor da alfândega para o título de inspetor da alfândega, sem alterações significativas em suas funções. Pela portaria 164 em 06/02/1969, a alfândega de Santos é substituída pela criação da Delegacia da Receita Federal.

**Produtores:** Alfândega de Santos e Mesa de Rendas.

**Procedência:** O conjunto se refere à correspondência do Provedor da Fazenda Real de Santos e demais funcionários com o Governo da Capitania e depois Província acumulado e transferido de forma natural, desde que o Arquivo do Estado de São Paulo, em 1721, deu início à organização do acervo documental da Província de São Paulo.

**Fontes Relacionadas:** Ver também no conjunto "Ofícios Diversos", vasta correspondência do Provedor/Inspetor da Alfândega de Santos com a

---

7 - Santos, Francisco Martins dos. *História de Santos*. São Vicente: Editora Caudex, 1986, pp. 97-98.

8 - No período de 1765 até 1808 o cargo de juiz de alfândega foi exercido também por acumulação pelo juiz de fora da Vila de Santos. Segundo, Francisco Martins era habitual o acúmulo de cargos no exercício das funções fazendárias devido à falta de renda para o pagamento de funcionários. Martins, Francisco. Op. cit., p. 100.

Presidência da Província. Vale consultar também o tema “1.1” do Arquivo Nacional e no Museu Paulista, a coleção “Fazenda Pública em São Paulo”.

**Observações:** A maioria dos documentos se encontra em bom estado de conservação.

#### 1.4 - Tema: Instrução Pública / Educação

**Data-Limite:** 1852/1943

**Tratamento Técnico:** Organizado parcialmente.

**Organização:** Temático/cronológico.

**Conteúdo:** Relatórios da Inspeção de Instrução Pública, ofícios de professores, relatórios ao Diretor Regional de Ensino, livros de matrículas.

**Instrumento de Pesquisa:** Índice Topográfico de Documentos Avulsos.

**Endereço dos Documentos:** C5096, E7030, E7035, E7047, E2519, E2869, E3521, E7709, E7053, E7058.

**História Administrativa/Biografia:** Durante o período colonial, a educação esteve a cargo das ordens religiosas, principalmente dos jesuítas, e eram “primordialmente casas de formação sacerdotal”. Depois da expulsão dos jesuítas (1759) a instrução pública nas colônias foi bastante prejudicada.

Após a expulsão houve um período de 13 anos de lapso até que se introduzissem as chamadas “aulas régias” pelas quais, pela primeira vez, o Estado assumia os encargos da educação. Nesse contexto, foram organizadas, a partir de 1768, estabelecimentos de “estudos menores” criando

no Brasil 17 aulas de ler e escrever e 15 de gramática latina, sendo duas no Rio de Janeiro e duas em São Paulo. Para a manutenção dessa nova estrutura, se instituiu também o “subsídio literário”, **imposto** que tinha o objetivo de garantir condições de subsistência aos professores. No caso da Vila de Santos, já em 1801, há referência da presença de dois professores, sendo um de gramática latina e um de primeiras letras<sup>9</sup>.

Com a chegada da família real ao Brasil, aconteceram algumas mudanças na estrutura do ensino no Brasil. Foram criados os primeiros cursos superiores na colônia com um sentido profissionalizante, como por exemplo, os cursos médicos da Bahia e do Rio de Janeiro. É importante ressaltar que o ensino tinha o objetivo de atender aos interesses e às necessidades de uma pequena elite que se instalava no Brasil, mantendo a tradição de educação aristocrática herdada da colônia.

A Independência política não trouxe grandes modificações à estrutura do ensino. O poder central se reservou o direito de promover e regulamentar o ensino superior, delegando às Províncias a incumbência da educação primária e média.

No caso de Santos, durante o período imperial, já há referência de concursos sob responsabilidade da Província para professores de primeiras letras e gramática latina. Esses profissionais eram fiscalizados pela Câmara que tinha o papel de intermediar as relações entre os professores e a Província<sup>10</sup>. Na tentativa de suprir a falta de profissionais, recorria-se também ao chamado ensino mútuo ou método Lancaster que se caracterizava pela presença de um monitor que se encarregava das tarefas pedagógicas.

---

9 - Memórias de Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça apud Holanda, Sérgio Buarque. (org.) *História da Civilização Brasileira*. 2º volume. São Paulo: Bertrand, 1993, pp.80-86.

10 - No fundo Câmara Municipal de Santos encontram-se pareceres da Comissão de Instrução Pública que entre outras coisas relata participação nos exames de avaliação de gramática, latim e francês em 1854.

No século XIX, aparece a figura do “inspetor de distrito ou literário” que tinha a função de fiscalizar o funcionamento das aulas. Dentre suas atribuições constava a tarefa de presidir os exames e autorizar os professores a expulsar os alunos.

Nessa época não havia ainda uma infra-estrutura escolar, sendo as aulas realizadas em salas cedidas localizadas em espaços públicos ou privados. O primeiro grupo escolar da cidade de Santos foi o Grupo Escolar **Dr. Cesário Bastos** criado em 1900. Já em 1902, foi criado o **Grupo Escolar Barnabé**, sendo a primeira edificação escolar pública da cidade de Santos. Outra instituição de destaque foi a Escola União Operária, também conhecida como **Escola Modelo**, sendo criada em 1898 pela Sociedade União Operária de Santos com a finalidade de educar os imigrantes e filhos dos operários.

Depois da Revolução de 1930, ocorre a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Em 1934, com a nova Constituição se estabelece a necessidade de um Plano Nacional de Educação, como também a gratuidade e obrigatoriedade do ensino elementar, marcando mudanças formais e substanciais na educação escolar do país.

**Produtores:** Inspetores Distritais de Santos, Delegacia Regional de Santos.

**Procedência:** Correspondência dos professores e inspetores distritais com o Presidente da Província e, mais tarde, com o Diretor Regional de Ensino.

**Fontes Relacionadas:** Fundo Câmara Municipal de Santos, Fundação Arquivo e Memória de Santos.

**Observações:** O endereço dos documentos citados nesse verbete se refere a uma amostragem do total de documentos do Fundo. Ver ainda o guia topográfico do acervo do Arquivo do Estado no site oficial.

**1.5 - Tema: Impostos / Barreira do Cubatão****Data-Limite:** 1835/1877**Tratamento Técnico:** Organizado parcialmente.**Organização:** Temático/cronológico.

**Conteúdo:** Livros de Sisa de Santos e São Vicente, impostos de transmissão de propriedade, Livros de lançamento de impostos da Décima Urbana, Água Ardente e Carne Verde. Livros de Registro de Receita e Despesa com a cobrança de impostos de circulação de mercadorias de Santos para São Paulo e de São Paulo para Santos que circulavam pela Barreira do Cubatão. Folha de Pagamento dos trabalhadores empregados na conservação da estrada do Cubatão.

**Instrumento de Pesquisa:** Índice topográfico de Documentos avulsos.**Endereço dos Documentos:** Latas C01800, C01801, C01802 até C01843 e C00992a, C00992b, C01255, C8539, C3848, C3849, C9877.

Encadernados: E00028, E00029, E00031.

**História Administrativa/Biografia:** A partir da abertura dos portos do Brasil ao comércio direto estrangeiro pela carta régia de 28/01/1808, diversos tributos foram criados ou reformulados, muitos dos quais provinham da remota legislação colonial. Dentre os tributos recorrentes figuravam a décima urbana, imposto cobrado sobre o rendimento líquido anual dos prédios urbanos ou sobre o valor do aluguel arbitrado; a Sisa cobrada à razão de 10% sobre o valor de todas as compras, vendas e arrematações de bens de raiz; a meia

sis dos escravos, criado em 1809, refere-se a todos aqueles “negros novos que entram pela primeira vez no país, transportados da Costa da África”<sup>11</sup>. Além desses impostos, havia o imposto sobre a carne verde (carne fresca). O imposto sobre seges (tipo de carruagem), lojas e embarcações e o **subsídio literário**. Instituído pela Carta Régia de 10/11/1772, esse imposto era destinado ao pagamento dos “mestres-escola” e era arrecadado sobre a produção de carne verde e de aguardente.

Um imposto específico e bastante significativo para a Capitania/Província de São Paulo era a chamada “Alfândega ou Registro de Cubatão”. É importante lembrar que a comunicação de Santos com o Planalto, desde o início da ocupação do território, passa necessariamente por Cubatão. A comunicação era feita por barcos e canoas que seguiam pelo Canal do Porto e pelo Rio Cubatão<sup>12</sup>. Todas as mercadorias que chegavam ao Porto de Santos pagavam uma taxa alfandegária no Porto e outra no Cubatão onde se encontrava uma guarda de soldados para receber os impostos do Rei.

A construção do Aterro de Cubatão (c. 1827) não impediu que o imposto continuasse a ser cobrado, apesar da insistência dos comerciantes de Santos que reclamavam da sobretaxação sobre as mercadorias importadas. Foi extinto somente na primeira metade do século XIX, sendo substituído pela Barreira do Cubatão. Em 1835, a lei de 24 de março, criou em várias regiões barreiras destinada à cobrança de taxas para a conservação e manutenção das estradas. As rendas da Barreira do Cubatão derivavam da exportação de açúcar, café, do trânsito de animais e de pessoas.

---

11 - HOLANDA, Sérgio Buarque. *O Brasil Monárquico: declínio e queda do Império*. In: História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 1974, pp.60-62.

12 - Os jesuítas, que ocupavam a fazenda localizada na margem do canal ao pé da serra, exploraram durante muito tempo até a sua expulsão, o transporte de pessoas e mercadorias feito no rio Cubatão. PERALTA, Inez G., *O caminho do mar: subsídios para a história da Cubatão*. Cubatão: Prefeitura Municipal de Cubatão, 1973.

Finalmente, a barreira de Cubatão foi extinta em 1866 quando da construção da Estrada de Ferro São Paulo Railway (SPR) tendo sido considerada, dado o volume de exportação da Província de São Paulo, uma das mais rendosas do país.

**Produtores:** Tesouro da Fazenda da Província, Contadoria Provincial de São Paulo.

**Procedência:** O conjunto se refere à prestação de contas da arrecadação dos impostos e barreiras do Cubatão encaminhado ao Governo da Província de São Paulo.

**Observações:** A pesquisa desse fundo documental foi feita por amostragem devido ao volume de documentos. Para complementar o endereço do Fundo, veja também o *Índice Topográfico de Documentos Avulsos*.

## 1.6 - Tema: Justiça

**Data-Limite:** 1721/1891

**Tratamento Técnico:** Organização parcial.

**Organização:** Temático/Cronológica

**Conteúdo:** Juiz de Fora e Ouvidor da Comarca: Ofícios, relatórios, correspondências em geral, Juiz de Direito: correspondência administrativa, ofícios, autos de processos de crimes julgados e sentenças, portaria sobre contrabando de escravos, editais, petições, entre outros.

**Instrumento de Pesquisa:** Índice Topográfico de Documentos Avulsos.

**Endereço dos Documentos:** C0314, C4806, C4807, C4808, C4809, C4810, C4811.

**História Administrativa/Biografia:** No período colonial, a legislação portuguesa quanto à aplicação da justiça no Brasil, definia de forma imprecisa as atribuições dos funcionários representantes do poder na colônia que acumulavam poderes administrativos, judiciais e policiais.

Nos municípios, os juizes ordinários e, posteriormente, os juizes de fora<sup>13</sup> além de presidirem as sessões da câmara exerciam as funções de polícia e aplicação da justiça. Algumas localidades contavam também com juizes especializados de órfãos e do crime. Esse era o caso da Vila de Santos que contava com juiz de órfãos, com funções similares às atuais varas de família e sucessões com competência para julgar testamentos, inventários e tutelas.

Em escala inferior e presente nas câmaras municipais existiam os juizes almotacés que julgavam as infrações de posturas municipais e algumas causas de direito real com relação a obras, além de impor penas com recurso para juizes. Em algumas localidades havia também os juizes de vintena ou pedâneo, que eram juizes de pequena alçada, lotados em vilas e aldeias distantes. Eles não tinham jurisdição sobre crimes, mas podiam realizar prisões em flagrante. Havia ainda funcionários com funções policiais: os alcaides pequenos e os quadrilheiros que recebiam salários pagos pelas câmaras.

Os juizes ordinários e os de fora, bem como os demais funcionários eram subordinados aos ouvidores-gerais, que por sua vez eram subordinados aos

---

13 - Cargo criado em 1696, por nomeação régia para presidir a Câmara, a criação desse cargo demonstra a intenção do poder real em impor a sua autoridade na colônia após o período conturbado da União Ibérica. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 3ª edição, 1997.

donatários e, mais tarde, ao governador-geral.

Com a Constituição de 1824, durante o Império, houve poucas alterações na estrutura jurídica, a não ser a declaração de independência do poder judiciário. Já em 1827, é criado o cargo de Juiz de Paz, como estava previsto na mesma Constituição, com funções de caráter policial. Em 1832, com a implantação do primeiro Código de Processo Criminal do Brasil, as funções do Juiz de Paz serão ampliadas e fortalecidas. Além das suas atribuições tradicionais passou também a indicar os escrivães e os inspetores de quarteirão assumindo responsabilidades semelhantes a um atual Delegado de Polícia<sup>14</sup>.

Havia também o Juiz Municipal e o Juiz de Direito. O primeiro executava as sentenças proferidas pelos juizes de direito e pelos tribunais e acumulava também funções policiais. Já o Juiz de Direito era nomeado pelo Imperador entre os bacharéis formados em direito e tinha como atribuição principal presidir as sessões do júri de acusação ou de sentença na sua comarca.

Não podemos precisar a data, mas antes de 1832, a vila de Santos já figurava como cabeça de Comarca, ou seja, era sede jurisdicional da 6ª Comarca que abrangia o litoral paulista e o Vale do Ribeira. Conforme a portaria de 19/04/1833, o Presidente da Província nomeia para o cargo de juiz de direito da Comarca de Santos o bacharel Francisco Lourenço de Freitas que assume suas funções de acordo com o novo Código.

Finalmente, em 03/12/1834, teremos a instalação do primeiro Tribunal do Júri do Termo da Vila de Santos como consta da ata da sessão da Câmara da mesma data dando início efetivo à separação dos poderes executivo e judiciário em Santos

---

14 - O juiz de paz dividia o seu distrito em quarteirões, cada quarteirão deveria ter pelo menos 25 casas habitadas (fogos). Em 1833, a vila de Santos contava com dois Distritos e 16 quarteirões. Atas da Câmara de Santos, 1833, Fundação Arquivo e Memória de Santos.

**Produtores:** Juizes de Fora e juizes de Direito da Comarca de Santos.

**Procedência:** O conjunto se refere à correspondência das autoridades judiciais do município, se reportando à Ouvidoria Geral e ao Governador da Província. Foi acumulado e transferido de forma natural, desde que o Arquivo do Estado de São Paulo, em 1721, deu início à organização do acervo documental da Província de São Paulo.

**Fontes Relacionadas:** Fundo Câmara Municipal de Santos.

### **1.7 - Tema: Higiene Pública**

**Data-Limite:** 1874/1889

**Tratamento Técnico:** Organizado parcialmente.

**Organização:** Temático/Cronológica.

**Conteúdo:** Ofícios e relatórios da situação de saúde da cidade, listas com nomes de pacientes que deram entrada na Santa Casa, ofício do inspetor de saúde do porto, Lazareto do Góis, relatórios de epidemias de cólera e febre amarela, ofícios solicitando vacinas, relatórios de aplicação de vacinas.

**Instrumento de Pesquisa:** Índice Topográfico de Documentos Avulsos.

**Endereço dos Documentos:** Latas: C05552, C05553, C05554, C05555, C05556.

Encadernados: E00922, E00923 (Instituto Vacínico).

**História Administrativa/Biografia:** Santos, por sua localização geográfica e pela importância do seu porto, sempre teve um papel estratégico política e economicamente, tanto para São Paulo, como para o restante do país.

No século XIX, em função do aumento das atividades de importação e

exportação – o café era a principal riqueza do país – o porto e a cidade de Santos passam por reformas urbanas visando à modernização e, principalmente, a melhoria das condições sanitárias da cidade. As epidemias que já assolavam Santos, desde pelo menos 1844<sup>15</sup>, foram se tornando cada vez mais intensas e prejudiciais à economia do país.

Para enfrentar o problema recorrente das epidemias foram adotadas medidas profiláticas, como desinfecção domiciliares, isolamento de doentes em lazaretos, quarentena de navios, além de medidas gerais de higiene urbana. Essas medidas eram fiscalizadas e executadas pelas **Comissões Sanitárias**<sup>16</sup>. Em Santos, por exemplo, havia o lazareto da praia do Góis, criado no início de 1870. Os lazaretos eram públicos e mantido pela Câmara Municipal tinham como finalidade o isolamento dos doentes com tratamento deficiente, o atendimento da população mais pobre e também dos recém-chegados através do porto.

O Governo Central tinha incumbência de cuidar dos portos através de uma Provedoria. No caso da Província de São Paulo, havia a Inspeção de Higiene que mantinha em Santos a Inspeção do porto que era responsável por diferentes funções, tais como: fiscalização e emissão de relatórios das condições sanitárias dos navios, dos hospitais e lazaretos; situação dos doentes; solicitação de melhorias de infra-estrutura e vacinas.

Depois de 1850, com a volta da febre amarela, o governo imperial criou a Junta

---

15 - A partir de 1844, a febre amarela e outras moléstias passaram a assolar a cidade sistematicamente. A cidade de Santos construída sobre terrenos pantanosos e antigos mangues criou condições favoráveis ao desenvolvimento de doenças como a malária, a varíola, a febre amarela e a tuberculose. LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Uma cidade na transição Santos: 1870-1913*. Hucitec: São Paulo/Santos, 1996.

16 - O processo de saneamento e higienização da cidade foi encampado e desenvolvido pelo governo do Estado de São Paulo a partir do início de 1890, quando foram criadas a Comissão de Saneamento, ligada à Secretaria dos Negócios do Interior, e a Comissão Sanitária, ligada à Secretaria da Agricultura. Lanna, Ana Lúcia. Op. Cit., p. 72.

Central de Higiene Pública e, mais tarde, outras semelhantes nas capitais das Províncias. A mesma tinha como atribuição coordenar as questões de salubridade e instaurar medidas preventivas contra epidemias, além de orientar o tratamento das mesmas<sup>17</sup>. A proibição de sepultamentos no interior das igrejas e capelas, prática corriqueira desde o período colonial, foi proibida por decisão dessa Junta. Nesse sentido, aconteceu a inauguração do primeiro cemitério público de Santos em 1854, o Cemitério do Paquetá.

Somente a partir do final do XIX, houve uma mudança no padrão da ação sanitária em São Paulo, passou-se da ação eventual no período de ocorrência das epidemias, para adoção de políticas sanitárias permanentes através da Diretoria do Serviço Sanitário<sup>18</sup>. Um exemplo nesse sentido diz respeito à obrigatoriedade da vacina contra a varíola, uma das principais doenças junto com a febre amarela que atingiam a capital e os demais municípios do Estado de São Paulo. Dessa forma, em 1891, a vacina passou a ser obrigatória<sup>19</sup>. Finalmente, em 1893, foi criado o *Instituto Vacinogênico* que tinha a função de divulgar e distribuir a vacina a todo o Estado de São Paulo.

**Produtores:** Inspetoria de Higiene, Inspetoria de Saúde do Porto de Santos, Instituto Vacínico da Província de São Paulo.

**Procedência:** O conjunto se refere à correspondência da Inspetoria de Higiene do município ao Governador da Província e Inspetoria Geral de Higiene

---

17 - Holanda, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*. Difel: São Paulo/Rio de Janeiro, 1976, Tomo II, vol. 3, p. 485.

18 - Telarolli Jr., Rodolpho. *Poder e Saúde: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo*. São Paulo: Unesp, , 1996, p. 96.

19 - Em Santos, antes mesmo da vacina se tornar obrigatória já há registros de recebimento de material vacínico, devido aos recorrentes problemas sanitários que assolavam essa região. No Fundo Câmara Municipal de Santos localizamos diversos documentos nesse sentido, por exemplo, ofícios de repasse de material para vacinação 1861-1886.

Pública. Acumulado e transferido de forma natural a partir de 1721, quando o Arquivo do Estado de São Paulo deu início à organização do acervo documental da Província de São Paulo.

**Fontes Relacionadas:** Fundo Câmara Municipal de Santos; Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e “HOSPITAL GUILHERME ALVARO” de Santos sito à Rua Oswaldo Cruz, 197 Boqueirão, Santos/SP CEP: 11045-904, Telefone/Fax: +55 (13) 3202-1300.

### **1.8 - Tema: Ofícios Diversos**

**Data-Limite:** 1806/1877

**Tratamento Técnico:** Organizado parcialmente.

**Organização:** Cronológica.

**Conteúdo:** Ofícios diversos da Câmara Municipal, de Militares, da Alfândega, do Intendente de Marinha, Movimentação do Porto, Obras Públicas, Defesa, Barreira do Cubatão, Estrada, Chegada de Estrangeiros, Epidemias, Escolas de Aprendiz de Marinheiro, Processos Judiciais, Fortes e fortalezas, entre outros.

**Instrumento de Pesquisa:** Índice topográfico de Documentos avulsos.

**Endereço dos Documentos:** C01202 até C01255.

**História Administrativa/Biografia:** O conjunto se relaciona a diferentes temas já descritos anteriormente nos verbetes relativos ao Arquivo do Estado.

**Produtores:** O conjunto se refere à correspondência das autoridades municipais com o Governo da Capitania/Província de São Paulo.

**Procedência:** Acumulado e transferido de forma natural, desde que o Arquivo do Estado de São Paulo deu início à organização do acervo documental da Província de São Paulo em 1721.

**Observações:** As latas consultadas se referem à localidade de Santos, sendo adotada a pesquisa por amostragem. Deve se considerar também a existência de um grande contingente de latas identificadas de forma sumária somente como "Ofícios Diversos" sem a identificação de local.

## 2 - MUSEU PAULISTA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

<b>Subordinação Administrativa:</b> Universidade do Estado de São Paulo - USP	
<b>Endereço:</b> Parque da Independência, s/n.º, Ipiranga - São Paulo / SP - CEP 04218-970.	
<b>Endereço Eletrônico:</b> www.mp.usp.br	<b>E-mail:</b> mp@edu.usp.br
<b>Telefones:</b> +55 (11) 2065-8000 - FAX (11) 2065-8051/2065-8054	
<b>Responsável:</b> Shirley Ribeiro Soares.	
<b>Atendimento ao Público:</b> Mediante agendamento prévio.	<b>Horário:</b> Segundas à sextas-feiras, das 9h às 17h.
<b>Reprodução:</b> Mediante autorização e pagamento.	

**Histórico da Instituição:** O Museu Paulista, também conhecido Museu do Ipiranga, pertence à Universidade de São Paulo (USP) e está localizado no parque da Independência. Seu edifício-monumento, projetado pelo engenheiro italiano Tommaso Gaudenzio Bezzi, possui estilo arquitetônico eclético e foi inaugurado em 7 de setembro de 1895 como parte da comemoração da Independência do Brasil.

O acervo, tombado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), conta com aproximadamente 125.000 peças entre obras de arte, moveis e objetos que contam a história do país, especialmente o período referente à proclamação da Independência. Sua biblioteca possui aproximadamente 30 mil volumes e em seu centro de documentação há cerca

de 40 mil manuscritos do período entre os séculos XVI e XX, notadamente da história paulista.

## 2.1 - Coleção José Bonifácio de Andrada e Silva

**Data-Limite:** 1534/1867

**Tratamento Técnico:** Não há.

**Organização:** Não há.

**Conteúdo:** Anotações particulares de estudo (Mineralogia, Gramática, Política, Agricultura, Metalurgia, Botânica, entre outros). Apontamentos e impressões pessoais sobre várias questões políticas e pessoais. Correspondências com diversas autoridades, entre elas D. Pedro I e Maria Leopoldina, dados estatísticos populacionais, estudos sobre índios e população brasileira, entre outros.

**Instrumento de Pesquisa:** Guia do Serviço de Documentação Textual Iconografia.

**Endereço dos Documentos:** Arq. 29 com 12 caixas.

**História Administrativa/Biografia:** José Bonifácio de Andrada e Silva nasceu na vila de Santos em 1763 e faleceu em Niterói em 1838. Estudou em Coimbra, Portugal, onde se formou em Direito Civil, Filosofia e Ciências Naturais e especializou-se em Metalurgia durante os estudos e as viagens que realizou durante cerca de dez anos na França, Itália, Alemanha, Suécia e Dinamarca. De volta a Portugal, em 1800, exerceu diversos cargos públicos como o de Lente de Metalurgia na Universidade de Coimbra (1803) e o de

Desembargador da Relação e Casa do Porto (1806). Em 1808, assumiu o cargo de Coronel do Batalhão de Estudantes de Coimbra lutando contra as tropas de Napoleão.

Em 1819, de volta ao Brasil, foi convidado a participar do governo assumindo o cargo de ajudante do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios dos Reinos, de Dom João VI, Thomaz Antônio da Villa Nova Portugal. Ainda em 1819, já de volta a Santos, junto com o seu irmão Martim Francisco, investe na famosa “Viagem Mineralógica pela Província de São Paulo”. Em 1821, em São Paulo, participa ativamente do movimento que culminou com a permanência de D. Pedro I no Brasil (“Dia do Fico”). Logo após esse acontecimento passa a ocupar o Ministério do Reino e Negócios Estrangeiros (1822). Aproximou-se de D. Leopoldina com quem trocou extensa correspondência sobre os ideais de independência. Em 23 de agosto de 1822, no Palácio de São Cristovão, realizou-se a famosa reunião ministerial, presidida por Dona Leopoldina, que acabou por definir o destino da Independência do Brasil.

José Bonifácio foi eleito, posteriormente, deputado à Assembleia Constituinte Brasileira e nomeado membro da Comissão encarregada de elaborar o projeto da Constituição. Nesse projeto se destaca a sua defesa pioneira em favor da libertação dos escravos através da “Representação sobre a Escravatura” apresentada na Assembleia Constituinte em 1823. Após desentendimento com o Imperador D. Pedro I e a dissolução da Assembleia Constituinte, José Bonifácio, junto com seus irmãos, é exilado na França (1823). Retornando somente em 1829, se mantém afastado da vida pública até 1831, quando é nomeado tutor do Príncipe herdeiro e elege-se deputado. Finalmente, em 1833, é destituído do cargo acusado de conspiração, da qual é absolvido. Volta à corte, mas sem participar mais da vida política. Morre em abril de 1838, aos 75 anos, em Niterói.

**Produtores:** José Bonifácio de Andrada e Silva.

**Procedência:** Adquiridos pelo Museu Paulista em abril de 1924, por meio de doação de Paulo de Souza Queirós, descendente de José Bonifácio.

**Observações:** Essa coleção junto com outros documentos se encontra digitalizada e disponível no site: [www.obrabonifacio.com.br](http://www.obrabonifacio.com.br).

## 2.2 - Coleção Bartolomeu de Gusmão

**Data-Limite:** 1671\*/1946 (\*reprodução)

**Tratamento Técnico:** Não há.

**Organização:** Não há

**Conteúdo:** Reproduções de documentos da Biblioteca Pública de Évora, com Alvará de D. João V a favor de Bartolomeu de Gusmão; reprodução de originais da Biblioteca Nacional de Lisboa com narrativas dos experimentos, cópias fotográficas de certidão de óbito e de batismo existentes nos autos de sua ordenação; cópias de sermões proferidos; álbum de recortes de jornais de vários países sobre Gusmão; reproduções de assinatura de Gusmão em diversas épocas; ata das sessões da Real Academia de Ciências de Lisboa sobre a invenção do aerostato.

**Instrumento de Pesquisa:** Guia do Serviço de Documentação Textual Iconográfico.

**Endereço dos Documentos:** Arq. 31 com 95 documentos.

**História Administrativa/Biografia:** Bartolomeu Lourenço de Gusmão,

sacerdote, cientista e inventor nasceu em Santos em 1685 com o nome de Bartolomeu Lourenço Rodrigues. Mais tarde, substituiu o Rodrigues por Gusmão em homenagem ao seu padrinho, o padre Alexandre de Gusmão que foi diretor do Colégio dos Jesuítas de Santos, onde Bartolomeu iniciou os seus estudos. Mais tarde, também sob a influência de Alexandre de Gusmão, transferiu-se para a Bahia para estudar no Seminário de Belém, fundado por seu mentor. Em 1699, ingressou na Companhia de Jesus em Salvador. Ao longo de sua vida, destacou-se também como orador sacro, historiógrafo, poeta, matemático, físico e químico.

Em 1709, fez a sua primeira experiência pública apresentando o seu aeróstato, pequeno balão movido a ar quente. Na sala do paço, na presença do Rei Dom João V, o pequeno balão voa cerca de quatro metros e meio chocando-se com as cortinas da sala provocando um pequeno incêndio. Mais tarde, recebe do Rei a concessão de um privilégio que lhe permitia exclusividade na construção de máquinas voadoras. Em seguida, em Lisboa, solicita patente para “um instrumento para se andar pelo ar” sendo considerada a primeira patente de invenção outorgada a um brasileiro. Seu famoso desenho de uma “máquina de voar” ficou conhecido como *Passarola* o que lhe rendeu o apelido de “padre voador”.

Em 1720, conclui o curso de Cânones na Universidade de Coimbra e, nesse mesmo ano, é nomeado acadêmico da Academia Real de História, assumindo também o cargo de fidalgo-capelão da Casa Real. Finalmente, em 1724, é envolvido em um processo no Tribunal da Inquisição onde é acusado de praticar magia e de pacto com o demônio. Foge para Toledo, na Espanha, onde morre em 18 de novembro do mesmo ano.

**Produtores:** Padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão.

**Procedência:** A Coleção é formada por documentos que serviram de base para os estudos de Afonso Taunay, sobre Bartolomeu de Gusmão,

reproduzidos de diversos arquivos. Boa parte da coleção é composta pelas reproduções utilizadas para Sala de Exposição sobre Bartolomeu de Gusmão inaugurada no Museu Paulista em 1937.

**Referências Bibliográficas:** TAUNAY, Afonso d'Escragolle. *Bartolomeu de Gusmão, inventor do aeróstato: a vida e a obra do primeiro inventor americano*. São Paulo: Edições Leia, 1942.

**Observações:** Todos os documentos são reproduções.

### 2.3 - Coleção João Baptista de Campos Aguirra

**Data-Limite:** 1578/1954

**Tratamento Técnico:** Não há.

**Organização:** Parcialmente organizada.

**Conteúdo:** Textual: Fichários com informações sobre propriedade de terras; traslados e extratos de sesmarias, tombamentos, registros paroquiais, escrituras, inventários e partilhas com as respectivas indicações de livros e folhas de tombamento nos cartórios e tabeliães.

Cartográfico: A coleção possui diversos mapas e plantas mostrando a região da Baixada Santista, melhoramentos no porto de Santos, estradas de ferro e rodagem, loteamentos, usucapião, limites de propriedade e de municípios.

**Instrumento de Pesquisa:** Guia do Serviço de Documentação Textual e Iconográfico.

**Endereço dos Documentos:** Arq. 67 com 94 documentos, 60 pastas, 62 encadernados, 27 gavetas com fichas e 12 brochuras.

**História Administrativa/Biografia:** João Batista de Campos Aguirra nasceu em Limeira, em São Paulo, em 04 de setembro de 1871. Há poucos dados sobre sua juventude e formação. No entanto, desde a década de 20 existem referências sobre a firma Aguirra & Cia. Comissários, situada na Rua da Quitanda nº 17, na capital. A empresa era proprietária de terras na zona sul da capital.

A partir da década de 1940, a empresa agora localizada na Rua Líbero Badaró, nº 452, o mesmo local da sua residência, fornece informações sobre títulos de propriedade imobiliária, atividade que passou a ser conhecida como “Arquivo Aguirra”.

Aguirra foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e publicou vários artigos na revista do Instituto e do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo sempre tratando de questões de terras e seus proprietários, principal atividade de Aguirra tanto como profissional, como pesquisador. Em 1926, participa da Comissão sobre a questão de limites entre os estados de São Paulo e Minas Gerais. Num dos artigos publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, detecta e denuncia a falsificação de dados nos Registros Paroquiais e Cartas de Sesmarias, possibilitando a localização posterior dessas falsificações.

Dessa forma, o “Arquivo Aguirra” era e ainda é, importante fonte de informação sobre registros paroquiais, tombamentos oficiais, contratos particulares e processos sobre questões de terras. Consultado por advogados, engenheiros, peritos e todos aqueles interessados nas questões de posse de terras e limites de São Paulo. O próprio Aguirra informava que realizava permutas com cartórios que forneciam cópias de documentos em troca do fichário completo e organizado. Afirmava que seu acervo era o resultado de mais de vinte anos de

pesquisa e que continha cerca de 500 mil fichas. Faleceu em 1962, com 91 anos.

**Produtores:** João Baptista de Campos Aguirra

**Procedência:** O “Arquivo Aguirra” foi adquirido pelo Governo do Estado de São Paulo em 17 de Abril de 1962, quando o governador Carvalho Pinto autorizou a compra do Acervo. Após extensas negociações que se iniciaram em 1960, por iniciativa do jornalista e escritor Mario Neme, que nessa época era Diretor-substituto do Museu Paulista.

**Fontes Relacionadas:** Ver os Livros de Registros de Terras, no Arquivo do Estado de São Paulo. Os volumes 59 e 60 referem-se a Santos. Na referencia E 06649 se encontra o Livro índice dos interessados em terras devolutas de São Vicente.

#### 2.4 - Coleção IV Centenário da Cidade de São Paulo

**Data-Limite:** 1494/1955

**Tratamento Técnico:** Não há.

**Organização:** Não há.

**Conteúdo:** A coleção consta de documentos referentes à comissão do IV Centenário - projeto geral, guia das sessões de exposição histórica, relação de documentos doados e emprestados à comissão, material de imprensa, atas de recebimento de documentos, relação de documentos solicitados a diversas instituições, correspondência, folheto de propaganda. Alguns exemplos de

documentos sobre Santos nessa exposição: Carta de Brás Cubas para El Rey dando conhecimento da descoberta de ouro e pedras preciosas no Brasil em 1562. Carta de El Rey ao governador da Praça de Santos sobre a o Porto de Santos. Contratos dos dízimos reais do povoado de Santos e São Paulo – 1757. Documentos de protesto do povo da capital contra a demissão de José Bonifácio e Andrada e Silva e Martim Francisco – 1822. Carta Régia de D. João II concedendo a Brás Cubas o cargo de provedor, entre outras reproduções.

**Instrumento de Pesquisa:** Guia do Serviço de Documentação Textual e Iconográfico.

**Endereço dos Documentos:** Arq. 54 com 490 documentos.

**História Administrativa/Biografia:** A exposição do *IV Centenário da Cidade de São Paulo (1954)*, também conhecida como "Exposição Histórica de São Paulo no quadro da História do Brasil" foi coordenada pelo historiador português Jaime Cortesão, além de outros colaboradores como Mário Neme, Ernani da Silva Bruno e Hélio Damante. O objetivo deste evento era evidenciar elementos que se julgavam essenciais na história de São Paulo naquele contexto, tais como: a sua fundação, a importância educativa do colégio, a política da câmara e, principalmente, o bandeirantismo. Nesse sentido, o evento do IV centenário marca um acontecimento que despertou o que podemos chamar de "patriotismo paulista" em torno de uma memória edificada no mito do bandeirante.

Para a realização dessa exposição foi fundamental a colaboração de outros países, como Portugal, Holanda, França e Itália que franquearam seus arquivos para pesquisa de documentos textuais e iconográficos. Além disto, realizaram-se campanhas junto à população incentivando doações de objetos e de documentos com a finalidade de colocá-los na exposição. Grande parte

desses documentos, assim como outros produzidos pela própria Comissão do IV Centenário sobre os preparativos para a exposição, se encontra disponível no acervo do Museu Paulista, designado como depositário final destas doações.

**Produtores:** Comissão do IV Centenário.

**Procedência:** Diversas Instituições nacionais e estrangeiras.

**Fontes Relacionadas:** Fundo Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo – Arquivo Histórico Municipal Washington Luís.

## 2.5 - Coleções Especiais

**Data-Limite:** 1865/1960

**Tratamento Técnico:** Parcialmente digitalizado.

**Organização:** Parcialmente organizado.

### Conteúdo:

[1] Coleção Militão Augusto de Azevedo: fotos panorâmicas e edificações e logradouros da cidade de Santos em 1865.

[2] Coleção Benedito Calixto: Fotos das pinturas clássicas do artista como a “Fundação de Santos”.

[3] Coleção Theodor Preising: Álbum de Fotos (1924-1962) imagens do porto de Santos, trabalhadores, carregadores, funicular Monte Serrat, etc.

[4] Coleção Werner Haberkorn: fotos da Via Anchieta, porto de Santos, praias, etc. nas décadas de 1940 a 1960.

[5] Coleção Cartão postais: diversos logradouros de Santos e arredores, bondes, edificações, praias, trabalhadores, entre outros.

**Instrumento de Pesquisa:** Banco de Dados Iconográficos: Coleções, filtro: Santos.

**Endereço dos Documentos:** Consultar banco de dados.

### **História Administrativa/Biografia(s):**

[1] **Militão Augusto de Azevedo** nasceu em 1837 no Rio de Janeiro e faleceu em 1905 em São Paulo. Como fotógrafo se estabeleceu na cidade de São Paulo dando início a sua carreira no *Ateliê Carneiro e Gaspar* em 1862. Em 1875, compra o estúdio que passa a se chamar *Photographia Americana* funcionando até 1885 na Rua XV de Novembro, a principal rua comercial no centro de São Paulo.

Ao longo de sua carreira como fotógrafo produziu cerca de 12.000 retratos, constituindo um panorama da população colonial de São Paulo nesse período. O seu trabalho mais emblemático é o famoso "Álbum comparativo da cidade de São Paulo (1862-1887)" com o qual define um novo modo de retratar a paisagem urbana através da comparação de épocas distintas. Mais tarde, investe em outros trabalhos do mesmo estilo como: "Vistas da Cidade de São Paulo" (1863), "Álbum de vistas da Cidade de Santos" (1864-1865), "Álbum de vistas da Estrada de Ferro Santos Jundiá" (1868).

Em Santos, documentou as feições coloniais da cidade tais como: o casario de pedra, os animais de carga nas ruas, as igrejas e os pátios de terra batida, evidenciando algumas de suas características essenciais como a preferência por vistas parciais, ausência de figuras humanas e presença de vazios

urbanos<sup>20</sup>.

**[2] Benedito Calixto de Jesus** nasceu em 1853 em Itanhaém e faleceu em 1927, em São Paulo. Foi sepultado em Santos, no Cemitério do Paquetá, em jazigo perpétuo oferecido pela municipalidade. Ainda jovem muda-se para a cidade de Santos, onde trabalha na equipe de construção do Theatro Guarany, sob os cuidados de Tomás Antônio de Azevedo, realizando a decoração da sala de espetáculos. Entusiasmado com o resultado desse trabalho, Visconde de Vergueiro financia sua viagem de estudos para Paris no início de 1883. De Paris Benedito Calixto traz um equipamento fotográfico completo, que utilizaria na pintura de seus quadros, retratando pessoas, paisagens e prédios históricos, buscando chegar o mais próximo da realidade.

Era muito atento aos detalhes e procurava retratar a realidade, mesmo a histórica, da maneira mais fiel possível. Os temas mais tradicionais são as paisagens, os costumes populares, as cenas históricas e religiosas. Seus quadros se encontram espalhados por diversas Igrejas, instituições, museus e coleções da cidade de São Paulo, Santos e por todo o Brasil. Além da pintura, dedicou-se também à História, à astronomia e à música amadora.

Benedito Calixto tem uma obra estimada em cerca de setecentos quadros. No Museu Paulista (conhecido como Museu do Ipiranga), em São Paulo encontram-se algumas de suas mais importantes obras, como: "Fundação de São Vicente", "Inundação da Várzea do Carmo", "Domingos Jorge Velho", "Padre Anchieta", "D. Pedro I", "José Bonifácio", "Padre Bartolomeu de Gusmão", e diversas vistas do centro de S. Paulo em 1860, baseadas em fotos de Militão Augusto de Azevedo.

**[3] Theodor Preising** (1883-1962) fotógrafo alemão que fixou residência no Brasil nos anos 20. Inicialmente, comercializava máquinas fotográficas, acessórios e cartões-postais no Grande Hotel do Guarujá. Mais tarde, montou

---

20 - CALDATTO BARBOSA, Gino et al. *Santos e seus arrabaldes: álbum de Militão Augusto de Azevedo*. São Paulo: Magma Cultural e Editora, 2004.

um laboratório fotográfico em São Paulo onde produziu cartões postais e álbuns fotográficos de várias cidades do Brasil como São Paulo, Santos, Rio de Janeiro, Salvador, Curitiba, entre outras. Preising foi também o primeiro a introduzir no Brasil máquinas de pequeno formato como a Leica e a Contax. Com o início da Segunda Guerra Mundial, foi proibido de tirar fotos externas nas cidades, passando, então, a documentar a agricultura do país. Trabalhou ainda no Departamento de Imprensa e Propaganda/DIP no Rio de Janeiro e na Universidade de São Paulo.

**[4] Werner Haberkorn** nasceu na Alemanha em 1907 e mudou-se para o Brasil aos 30 anos. Aqui, trocou a carreira de engenheiro pela de fotógrafo, transformando diversos pontos da cidade em belos postais. Entre as principais características da obra de Haberkorn, destacam-se o interesse em cenas cotidianas, como a banca de jornal ou a fila de ônibus, e o tratamento diferenciado no enquadramento das imagens. Seu filho, Ernesto Haberkorn, conseguiu recuperar um acervo com cerca de 300 fotos. Parte desse material está no Museu Paulista, parte no Itaú Cultural. Há também imagens expostas no Espaço Cultural Werner Haberkorn (Rua Alfredo Pujol, 419 em Santana/São Paulo).

**Produtores:** Militão Augusto de Azevedo, Benedito Calixto, Theodor Preising, Werner Haberkorn.

**Procedência:** **[1]** Em 1996, a coleção completa de fotografias produzidas por Militão foi adquirida pela Fundação Roberto Marinho e doada ao Museu Paulista da Universidade de São Paulo. **[3]** A coleção foi adquirida em 1991 e é composta por 155 imagens. **[4]** Essa coleção foi adquirida pelo Museu Paulista da USP em 1999. Oferecido pela Sra. Vera Flieg é composta por fotos do acervo da empresa Fotolabor, de propriedade de Werner Haberkorn, perfazendo um total de 1107 imagens.

## 2.6 - Fontes Publicadas

**Data-Limite:** 1777/1969

**Tratamento Técnico:** Organizado.

**Organização:** Temática.

**Conteúdo:** “Poliantéia consagrada à vida e obra de José Bonifácio no bicentenário de seu nascimento” (1963); “Sanitary Improvements for the City and the Port of Santos” (1894); “Relatório anual da Comissão de Saneamento do Estado de São Paulo” (1894); “Inauguração dos trabalhos de saneamento de Santos” (1913); “Registro de estrangeiros nas capitanias – publicação do Arquivo Nacional sobre original do Ministério da Justiça e Negócios Exteriores” (1777/1819); “Registro de Estrangeiros – publicação do Arquivo Nacional sobre original do Ministério da Justiça e Negócios Exteriores (4 volumes)” (1808/1842); “Breve notícia sobre as obras executadas pela Cia. Docas de Santos” (1899); “Dados para a história da imigração e da colonização em São Paulo (relatório)” (1916).

**Instrumento de Pesquisa:** Índice geral na biblioteca do Museu Paulista. Também está disponível para consulta via internet no site do sistema de bibliotecas da USP - Dedalus:

<http://dedalus.usp.br:4500/ALEPH/por/USP/USP/DEDALUS/START>

**Fontes Relacionadas:** Fundo Câmara Municipal de Santos, SABESP (Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) Santos, Arquivo do Estado (Higiene Pública).

### 3 - FUNDAÇÃO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA ENERGIA E SANEAMENTO – FPHEs

<b>Subordinação Administrativa:</b> Instituição autônoma.	
<b>Endereço:</b> Rua do Lavapés, 463, Cambuci - São Paulo / SP - CEP 01519-000	
<b>Endereço Eletrônico:</b> www.fphesp.org.br	<b>E-mail:</b> biblioteca@fphesp.org.br
<b>Telefones:</b> +55 (11) 3276-4747	
<b>Responsável:</b> Mariana Rolim.	
<b>Atendimento ao Público:</b> Mediante agendamento prévio.	<b>Horário:</b> Segundas à sextas-feiras, das 9h às 12h e das 13h às 17h.
<b>Reprodução:</b> Mediante pagamento: eletrostática (xerox); digital (digitalização e impressão).	

**Histórico da Instituição:** A Fundação Energia e Saneamento foi criada em 1998 e qualificou-se em 2003 como organização da sociedade civil de interesse público – OSCIP, com o objetivo de preservar e divulgar o patrimônio histórico-cultural do setor energético.

A Fundação reúne acervos arquivísticos, bibliográficos, museológicos e arquitetônicos, compostos por mais de 1.500 metros lineares de documentos técnicos e gerenciais, 250 mil documentos fotográficos, cerca de 4 mil objetos museológicos, 20 mil obras bibliográficas, além de documentos cartográficos, audiovisuais e sonoros, reunidos a partir de meados do século XIX.

Integram esse patrimônio quatro pequenas centrais hidrelétricas em fase de

retomada da geração de energia (as usinas-parque em Salesópolis, Rio Claro, Brotas e Santa Rita do Passa-Quatro) e dois imóveis urbanos (Museu da Energia de Itu e Jundiá). A partir da trajetória do setor energético, esse acervo oferece subsídios essenciais para a compreensão da história da urbanização e industrialização contemporâneas.

### 3.1 - Fundo Companhia City

**Data-Limite:** 1884/1963

**Tratamento Técnico:** Organizado.

**Organização:** Onomástica.

**Conteúdo:** Textual - O fundo é composto por jornal institucional publicado pela empresa, folhas de pagamento dos funcionários, projetos de posteação e trajeto de bondes, relatório de salário mensal, correspondência com autoridades nacionais e estrangeiras, cópia de relatórios mensais e anuais, processos relativos ao pagamento de impostos, entre outros.

Cartográfico - Planta de posteação, localização dos trajetos das linhas de bonde, pontos de parada, obras relativas à tubulação de gás.

Iconográfico - Distribuição de água, fotos da ponte sob o rio Cubatão e instalação dos dutos de água sob a ponte do rio Casqueiro, obras na via Anchieta, fotos de unidades de distribuição de energia elétrica na Vila Mathias, fotos de subestações e obras, fotos de solenidades e coquetês da empresa, do City Atlético Clube.

**Instrumento de Pesquisa:** Inventário do Fundo City.

**Endereço dos Documentos:** CIT.ENG.RFE, CIT.ADM.CAE, CIT.ADP.RSM.

**História Administrativa/Biografia:** Criada em Londres em 1880, a Companhia City of Santos Improvements, foi autorizada a funcionar no Brasil em 1881. Era responsável pela exploração dos serviços de gás, água e linhas de bonde na cidade de Santos, entre outras cidades.

Com o passar do tempo incorporou diversas outras pequenas empresas que, em Santos, prestavam os mesmo serviços, entre elas Empresa Ferro-Carril Santista e a Cia. Melhoramentos.

**Produtores:** Companhia City of Santos Improvements e demais empresas incorporadas por esta.

**Procedência:** Parte da documentação foi recolhida pelo Depto. Patrimônio Histórico da Eletropaulo, durante o processo de criação da FPHEs. O restante foi doado em 1998 pela empresa Bandeirante de Energia S/A, Superintendência Regional da Baixada Santista.

### 3.2 - Fundo ELETROPAULO

**Data-Limite:** 1925/1962

**Tratamento Técnico:** Organizado parcialmente.

**Organização:** Parcialmente organizado. Parte da documentação foi encadernada pelo Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo – DPH e essa organização foi mantida.

**Conteúdo:** O conjunto contém relatórios técnicos de compra de material, taxas pagas, prestação de contas para a sede, entre outros.

**Instrumento de Pesquisa:** Instrumentos elaborados pelo DPH/Eletropaulo,

compostos por diversos inventários.

**História Administrativa/Biografia:** Em 1899, é fundada a empresa The São Paulo Railway, Light and Power, Company Ltd. Com o fim de estabelecer, construir completar, manter e fazer funcionar obras para a produção, utilização e venda e produzir eletricidade gerada por vapor e força motora elétrica, a gás, pneumática, mecânica e hidráulica ou outra força qualquer para quaisquer fins.

Em julho de 1900 a empresa foi autorizada, a funcionar no Brasil pelo decreto 3349, e inicia a implantação de linhas de bonde movidos a energia elétrica, no município de São Paulo. Após mudanças na razão social bem como ampliação de suas concessões de serviços públicos, a companhia incorporou as empresas Cidade de Santos - Serviços de Eletricidade e Gás S/A (City de Santos), entre outras, em 1967. Em 1981, a Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S/A (empresa do governo do Estado de São Paulo, criada em 1971) assumiu a operação dos sistemas de geração transmissão e distribuição de energia elétrica nos municípios da área de concessão da antiga empresa.

**Produtores:** Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S/A. e empresas incorporadas por esta.

**Procedência:** Documentos recolhidos no Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo, durante o processo de criação da FPHES, em 1998.

### 3.3 - Cia. Viação Paulista

**Data-Limite:** 1895/1909

**Tratamento Técnico:** Organizado parcialmente.

**Organização:** Onomástica.

**Conteúdo:** Possui ofícios de concessão de linha de bonde, certidão de representação, contratos, relação de compra de materiais, escritura de hipoteca, atividades próprias de cada uma das empresas, como artigos científicos, atas de reunião, cartas geográficas, contratos, correspondência, desenhos técnicos de engenharia e arquitetura, dossiês de trabalhadores, estudos técnicos, matérias publicadas na imprensa, relatórios gerenciais e administrativos, fotografias, negativos, fotografias aéreas e outros produtos de aerolevante, filmes e depoimentos orais.

**Instrumento de Pesquisa:** Registro topográfico da documentação.

**História Administrativa/Biografia:** A Companhia foi criada em 1889, a partir da fusão de empresas que operavam no transporte urbano de passageiros e cargas, sobre trilhos, por tração animal. Eram essas empresas: a Companhia Carris de Ferro de São Paulo, Companhia Ferro Carril de São Paulo, Cia. Transporte Paulista, Companhia São Vicente, Empreza Vila Matias e Empreza Santista.

Atuava no centro da cidade e em Santo Amaro, nessa época município independente. Em 11/05/1899, a lei municipal nº 400 unificou os contratos existentes com a Companhia Viação Paulista, concedendo-lhe privilégio de 40 anos no "transporte urbano de carga e passageiros por tração animal ou por qualquer sistema aprovado pelo poder executivo", limitando-se, "às ruas da cidade e estradas já servidas e trafegadas por linhas de tramway".

Em 1900, em virtude de fortes pressões econômicas, as ações da Companhia foram arrematadas pela The Tramway, Light and Power Co. Ltda, sua principal concorrente. A empresa continuou a funcionar até 1911, quando foi incorporada pela Light.

**Produtores:** Companhia Viação Paulista e empresas incorporadas.

**Procedência:** Documentos recolhidos no Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo, durante o processo de criação da FPHES, em 1998.

**Fontes Relacionadas:** Fundo Câmara Municipal de Santos; Fundo Prefeitura Municipal de Santos.(FAMS)

#### 4 - ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL WASHINGTON LUIZ (MUNICÍPIO DE SÃO PAULO)

**Subordinação Administrativa:** Prefeitura da Cidade de São Paulo / Secretaria Municipal de Cultura / Departamento do Patrimônio Histórico / Divisão do Arquivo Histórico Municipal.

**Endereço:** Praça Coronel Fernando Prestes, 152, Luz – São Paulo / SP - CEP 01124-060.

**Endereço Eletrônico:**

www.arquivohistorico.sp.gov.br

**E-mail:**

arquivohistorico@prefeitura.sp.gov.br

**Telefones:** +55 (11) 3396-6000 e 3326-1010

**Responsável:** Liliane Schrank Lehmann.

**Atendimento ao Público:** Visitas monitoradas:

educativoarq@prefeitura.sp.gov.br

**Horário:** Segundas à sábados, das 9h às 17h.

**Reprodução:** Os documentos microfilmados podem ser impressos em folha tamanhos A4 ou A3, mediante pagamento.

**Histórico da Instituição:** O Arquivo Histórico Municipal de São Paulo é o órgão responsável pela documentação produzida pela municipalidade paulistana desde meados do século XVI até a primeira metade do século XX.

Entre o século XVI e a proclamação da República, em 1889. A Câmara Municipal era o órgão responsável pela administração municipal direta. O

arquivo mantém sob sua guarda esse acervo.

Está subordinado ao Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura desde 1975, e desde 1969 traz o nome do prefeito municipal, presidente do Estado de São Paulo e presidente da República Washington Luís Pereira de Sousa (1869-1957), como uma homenagem por sua iniciativa de publicar as Atas da Câmara e Prefeitura e preservar a documentação municipal.

#### 4.1 - Fundo Câmara Municipal de São Paulo

**Data-Limite:** 1555/1851

**Tratamento Técnico:** Organizado.

**Organização:** Cronológica.

**Conteúdo:** Contém ofícios de doação de valores para a construção do Caminho de Santos/Cubatão, correspondências da Câmara Municipal de São Paulo, ofícios da Câmara de Santos e São Vicente, Atas das sessões da Câmara, traslados de carta de provisão, de termo de juramento de meirinho, editais e outros relacionados com a vila de Santos.

**Instrumento de Pesquisa:** Base de Dados, Catálogo geral da Seção de manuscritos (1983), in: Revista do Arquivo Municipal, nº 191.

**Outros Acervos:** Iconográfico, Cartográfico.

**História Administrativa/Biografia:** As câmaras no período colonial tinham

amplos poderes no exercício das funções administrativas, judiciárias e executivas com situações de sobreposição de funções. Todos os atos e assuntos referentes ao município, tanto na administração, como no policiamento e na aplicação da justiça eram da competência do conselho de vereadores. A função legislativa se limitava à imposição de posturas (normas de regulamentação urbana e social da vila) e estava subordinada ao Ouvidor, instância superior na capital, que tinha a função de Corregedor da Comarca.

Nos primeiros anos após a Independência, as câmaras municipais gozaram de certa autonomia. A Constituição de 1824 determinou a criação de câmaras municipais em todas as vilas e cidades com vereadores eleitos sendo presididas pelo vereador mais votado. No entanto, o regulamento das câmaras de 1º de outubro de 1828 suprimiu praticamente toda a autonomia municipal, tendo em vista que a construção do Estado Nacional exigia um executivo forte e uma cidadania limitada.

**Produtores:** Câmara Municipal de São Paulo.

**Procedência:** Correspondência da Câmara de São Paulo com outras Câmaras e autoridades e Atas das sessões da Câmara de São Paulo. Inclui ainda as Atas da Câmara Municipal de Santo André da Borda do Campo.

**Fontes Relacionadas:** Fundo Câmara Municipal de Santos (FAMS) e Arquivo Estado de São Paulo (1).

## 5 - MEMORIAL DO IMIGRANTE

**Subordinação administrativa:** Departamento de Museus e Arquivos, da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo

**Endereço:** Rua Visconde de Parnaíba, 1316, Mooca (Próximo à estação Bresser do metrô - linha Leste-Oeste) - São Paulo / SP - CEP 03164-300

**Endereço Eletrônico:**  
www.memorialdoimigrante.sp.gov.br

**E-mail:**  
debora@memorialdoimigrante.org.br

**Telefones:** +55 (11) 6693-0917 / 6692-1866

**Responsável:** Débora Cristina Santos Silva

**Atendimento ao Público:**  
Mediante agendamento.

**Horário:** Terças à sextas-feiras, das 10h às 16h30min.

**Reprodução:** Somente da documentação já digitalizada.

### 5.1 - Fundo Hospedaria dos Imigrantes

**Data-Limite:** 1882/1978

**Tratamento Técnico:** Organizado.

**Organização:** Cronológica.

**Conteúdo:** Listas de entradas (1888/1978) e saídas (primeiros anos do século XX até década de 1950) de Imigrantes; Livros de Registro de Imigrantes e

Migrantes Alojados na Hospedaria; Processos Administrativos da Secretaria da Agricultura referentes a Terras, Imigração e Colonização (TIC), Departamento de Terras e Colonização (DTC), Departamento de Terras, Colonização e Imigração (DTCI), Departamento de Imigração e Colonização (DIC) e Serviço de Imigração e Colonização (SIC), a partir do final dos anos 1920 até década de 1960, contém informações bastante diversificadas relacionadas aos temas anteriormente mencionados, ou seja: Terras, Política de Mão-de-Obra e Colonização; Fichas de Registro de Imigrantes (Mão-de-Obra Qualificada) e Curriculum Vitae – Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME); Documentos pessoais (Passaportes; Cartas de Chamadas; Carteiras de Trabalho; Correspondência Pessoal).

**Instrumento de Pesquisa:** Banco de dados da Instituição, acessível também via internet.

**Outros Acervos:** Iconográfico, Bibliográfico, Cartográfico, Tridimensional e Audiovisual.

**História Administrativa/Biografia:** O Memorial do Imigrante, órgão vinculado ao Departamento de Museus e Arquivos, da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, é uma instituição museológica, criada em 6 de abril de 1998, com o objetivo de reunir, preservar, pesquisar, documentar e divulgar a história da imigração e a memória dos imigrantes que, a partir da década de 1820, vieram para o Estado de São Paulo.

A Hospedaria de Imigrantes, onde hoje funciona o Memorial do Imigrante, era um enorme conjunto de prédios destinados a abrigar os recém-chegados nos seus primeiros dias em São Paulo.

O grande fluxo de imigração para o Brasil teve início a partir da década de 1870. Em São Paulo, a vinda de imigrantes era estimulada e subsidiada pelo Governo do Estado que precisava suprir a carência de trabalhadores para as

lavouras de café, principal atividade econômica do país nesse período. Em 1887, é inaugurada a Hospedaria de imigrantes, no bairro do Brás, e administrada pela Sociedade Promotora da Imigração durante os dez primeiros anos de funcionamento.

A maior parte dos imigrantes chegava a São Paulo pelo porto de Santos. A Hospedaria recebia e alojava os recém chegados que usufruíam da suas instalações onde podiam contar com dormitórios, refeições e assistência médica até que fossem definitivamente encaminhados para as fazendas de café no interior do Estado.

Ao contrário do que se acredita, Santos não hospedava e nem registrava esses imigrantes servindo apenas de porta de entrada dos imigrantes no país.

O processo de imigração resultou na vinda de aproximadamente três milhões de imigrantes para o estado de São Paulo, volume que representa cerca de metade do total dos imigrantes que se dirigiram ao Brasil. Desse total mais de 70 nacionalidades diferentes entraram no país e passaram a integrar parte da população brasileira.

**Produtores:** Funcionários da Inspetoria de Imigração – Secretaria da Agricultura e Abastecimento.

**Procedência:** Acumulação natural dos registros de imigrantes da própria Hospedaria, sede do Memorial.

**Fontes Relacionadas:** Fundo Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (Arquivo do Estado de São Paulo), Fundo de Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras (Arquivo Nacional).

**Observações:** É possível acessar através do site da instituição, o *Departamento de Pesquisa e Emissão de Certidão de Desembarque*.

## 6 - CENTRO DE MEMÓRIA BUNGE

**Subordinação Administrativa:** Grupo Bunge S/A.

**Endereço:** Avenida Maria Coelho Aguiar, 215, Bloco D, 5º andar - São Paulo / SP - CEP 05804-900.

**Endereço Eletrônico:**  
www.fundacaobunge.org.br

**E-mail:**  
centro.memoria@bunge.com

**Telefones:** +55 (11) 3741-3183 - Fax: 3741-4134

**Responsável:** Marilúcia Botallo

**Atendimento ao Público:**  
Mediante agendamento.

**Horário:** Segundas à sextas-feiras,  
das 9h às 16h.

**Reprodução:** É permitido escanear, fotografar e fotocopiar.

**Data-Limite:** 1905/2008

**Tratamento Técnico:** Organizado.

**Organização:** Fundos e Coleções.

**Conteúdo:**

**[1] Coleção Moinho Santos (1905/1993):** Documentos textuais: documentos administrativos, catálogos de produtos, publicações sobre o porto de Santos. Documentos iconográficos: linha de produção, comemorações, inaugurações, atividades com os funcionários. Documentos Tridimensionais: embalagens de

produtos e objetos.

**[2] Coleção S.A. Moinho Santista e Empresas Associadas (1905/1997):**

Documentos textuais – documentos administrativos e publicações. Documentos iconográficos: álbum fotográfico Celso Garcia, evento 50 anos S.A. Moinho Santista, funcionários, vistas externas e internas do moinho, linha de produção, porto, silos, cidade de Santos e comemorações. Documentos tridimensionais: sacarias e embalagens de produtos domésticos.

**[3] Coleção Santista Alimentos (1994-2002):**

Documentos textuais: clippings e informativos institucionais. Documentos tridimensionais: sacarias e embalagens de produtos domésticos.

**[4] Coleção Bunge Alimentos (2000-2005):**

Documentos textuais: clippings, ações do programa de RH “Clima Bunge”, informativos institucionais: Revista Planeta Bunge. Documentos iconográficos: visita a unidade moageira. Filme: institucional Moinhos.

**[5] Coleção Comunicação Corporativa (1967-2005):**

Documentos textuais: eventos 100 anos Bunge no Monte Serrat, clippings sobre agronegócio no porto de Santos, visita da exposição “Caminhos da Agricultura no Brasil”, informativo O Cilindro – dirigido aos colaboradores do Moinho. Documentos iconográficos: eventos 100 anos Bunge no Monte Serrat, visita da exposição “Caminhos da Agricultura no Brasil”, colaboradores no porto, eventos da empresa, moinho, silos, armazéns.

**[6] Coleção Fertimport (1996-2006):**

Documentos textuais: clippings, informativo institucional. Documentos iconográficos: TGG/Termag, prédio central, porto de Santos, balé da cidade de Santos.

**[7] Fundo Fundação Bunge (1955-2005):**

Documentos textuais: relatórios de ações do projeto de voluntariado corporativo “Comunidade Educativa”. Documentos iconográficos: ações do projeto de voluntariado corporativo “Comunidade Educativa”, realizado na Escola Municipal de Ensino

Fundamental Prof. Avelino da Paz Vieira, peças museológicas no Moinho, Seminário de Práticas Pedagógicas, exposição “Bunge: a Vida na Memória”. Documentos filmográficos: Feira dos Direitos ação do projeto de voluntariado corporativo “Comunidade Educativa”, realizado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Avelino da Paz Vieira, 14ª Semana de Educação.

**Instrumento de Pesquisa:** Guia do Centro de Memória Bunge, acesso via site da Instituição.

**História Administrativa/Biografia:** A empresa Moinho Santista foi criada em Santos em 1905 para moagem de trigo e fabricação de derivados. Situado à Rua Xavier da Silveira, no Porto de Santos, o Moinho possuía um edifício e nove silos, os primeiros do mundo em construção metálica, com arcabouços de ferro trazidos da Europa. A primeira linha de produção funcionava com energia gerada a gás, o edifício era iluminado por lâmpões de querosene e o transporte de trigo era feito por carroças.

Ao longo de sua história a empresa ampliou suas atividades na área de alimentos, produzindo farinhas de trigo, misturas para bolos, fermento, sobremesas, etc. A empresa diversificou suas atividades investindo em outras áreas como: empresas dos setores têxtil, minero-químico, seguro, imobiliário, comércio exterior e transporte marítimo.

Na área têxtil, a **S.A. Moinho Santista**, visando suprir sua demanda interna de sacaria para farinha, inaugurou, em 1924, uma fábrica de tecelagem e fiação em São Paulo. Em 1929, foi fundada a Fábrica de Tecidos Tatuapé, primeira de um complexo de sete fábricas que já em 1985 processavam cerca de 60 mil toneladas de matérias-primas/ano. Em 1936, adquiriu uma indústria de cimentos a Quimbrasil (Química Industrial Brasileira S.A.). Na década de 1940, constituiu a Serrana, atuando na área de fertilizantes. Em 1984, a Santista criou a divisão de agenciamento marítimo **Fertimport**, especializada em logística. Já em 1954, constituiu a Coral S.A., indústria de tintas instalada em

Santo André, São Paulo.

Em 1955, em comemoração ao seu cinquentenário, criou a Fundação Moinho Santista, entidade sem fins lucrativos que teve como primeiro objetivo estimular a criação intelectual nos diversos ramos do conhecimento humano. Para tanto, foram criados ao longo do tempo diversas premiações como o Prêmio Moinho Santista. Em 1994, já com a nova razão social **Fundação Bunge** foi criada o Centro de Memória com o objetivo de preservar e divulgar a história da empresa.

Ao longo da sua história empresarial o grupo Moinho Santista (Bunge) não parou de diversificar as suas atividades atuando também no setor de informática Proceda (1960), mercado imobiliário Lubeca S.A. (1973) e seguros com o controle majoritário da Vera Cruz S.A (1981). Na década de 1980, a Santista já possuía uma gama de atividades que a caracterizava como um dos maiores conglomerados do país.

**Produtores:** Empresas participantes do grupo Bunge, além de funcionários e ex-funcionários.

**Procedência:** O processo de constituição do acervo durou três anos (1995-1997) e o resgate da documentação histórica foi focado em quatro grandes áreas: departamentos de comunicação, marketing e recursos humanos, além de arquivos inativos e doações de funcionários e ex-funcionários.

**Observações:** As informações desse cadastro estão restritas à parte do acervo do Centro de Memória relacionado à história de Santos. As coleções e fundos do Centro de Memória Bunge abrangem temas, assuntos e localidades mais amplos e relacionam-se à presença e às ações das empresas Bunge no Brasil.

## 7 - INSTITUTO GEOGRÁFICO CARTOGRÁFICO (IGC)

**Subordinação Administrativa:** Secretaria de Economia e Planejamento de São Paulo.

**Endereço:** Av. Prof. Lineu Prestes, 813, Cidade Universitária - São Paulo / SP - CEP 05508-900.

**Endereço Eletrônico:**

www.igc.sp.gov.br

**E-mail:**

igc@planejamento.sp.gov.br

**Telefones:** +55 (11) 3031-2863 / 3031-9498 / 3031-3969 / Fax: ramal 203

**Responsável:** Michel Vitor Cury

**Atendimento ao Público:**

Mediante agendamento prévio.

**Horário:** Segundas à sextas-feiras, das 9h às 17h.

**Reprodução:** A cargo da Instituição, mediante pagamento. Instituições públicas são isentas.

**Data-Limite:** 1894/1972

**Tratamento Técnico:** Organizado.

**Organização:** Temática.

**Conteúdo:** Contém mapas, plantas cartográficas, cópias heliográficas e aerofotos, mostrando área urbana e rural, loteamentos, linha de bondes, calçamentos, entre outros.

**Instrumento de Pesquisa:** Inventário analítico das plantas e fotos on-line e banco de dados da instituição.

**História Administrativa/Biografia:** Criado em 1979, vinculado à Secretaria de Economia e Planejamento, o Instituto Geográfico e Cartográfico – IGC substituiu o antigo Instituto Geográfico e Geológico (1975), que já sucedera a Comissão Geográfica e Geológica (1886). Através da produção cartográfica, desenvolvimento de investigação metodológica e tecnológica na área de cartografia e da elaboração de projetos de pesquisa geográfica relacionados ao quadro territorial-administrativo do Estado de São Paulo, busca o conhecimento do território paulista, precisando limites geográficos e administrativos.

**Produtores:** Instituto Geográfico e Geológico; Instituto Geográfico e Cartográfico; Comissão de Saneamento; Prefeitura Municipal de Santos.

**Procedência:** Acumulação natural advinda das atividades do próprio instituto e as herdadas dos extintos Instituto Geográfico e Geológico (1975) e Comissão Geográfica e Geológica (1886).

**8 - ACERVO HISTÓRICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**Subordinação Administrativa:** Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

**Endereço:** Av. Pedro Álvares Cabral, 201 - São Paulo / SP - CEP 04097-900

**Endereço Eletrônico:**

[www.al.sp.gov.br/web/acervo](http://www.al.sp.gov.br/web/acervo)

**E-mail:**

[acervo@al.sp.gov.br](mailto:acervo@al.sp.gov.br)

**Telefones:** +55 (11) 3886-6308 e FAX - 3886-6309.

**Responsável:** Carlos Alberto Ungaretti Dias.

**Atendimento ao Público:**

Mediante agendamento prévio.

**Horário:** Segundas à sextas-feiras,  
das 9h às 19h.

**Reprodução:** Não são permitidas fotocópias, apenas cópias fotográficas e em disquete ou CD da documentação digitalizada, mediante requisição e termo de compromisso. As despesas de reprodução correrão por conta do solicitante.

**Data-Limite:** 1819/1889

**Tratamento Técnico:** Organizado.

**Organização:** Cronológica.

**Conteúdo:** Possui receita e despesa e recibos do Caminho de Santos, relatórios, lista de pagamento de trabalhadores, decretos, publicações,

pareceres, atas de eleição e apuração, entre outros.

**Instrumento de Pesquisa:** Banco de dados do acervo.

**História Administrativa/Biografia:** As origens da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo remontam ao Conselho Geral da Província criado pela Constituição de 1824, a quem cabia “propor, discutir e deliberar sobre os negócios mais interessantes das suas províncias; formando projetos peculiares e acomodados às suas localidades e urgências”.

As Assembleias Legislativas Provinciais foram criadas pelo Ato Adicional em 1834 (reforma da Constituição Política do Império), que também extinguiu os Conselhos Gerais de Província. Entre suas atribuições estavam: gerenciar os recursos provinciais, responder administrativamente pela educação, saúde, obras públicas, estradas e navegação no interior da Província, criação e supressão de cargos públicos na Província e nos seus municípios, fixação da força policial. Forneciam, também, autorização para as Câmaras Municipais e o Governo Provincial contrair empréstimos, organizar a estatística da Província, “a catequese e civilização dos indígenas” e o estabelecimento de colônias. Além disso, deliberavam sobre assuntos municipais - os orçamentos, as posturas e demais proposituras municipais. Essas passaram a ser matérias de deliberação exclusiva das assembleias provinciais, enquanto as câmaras municipais se transformaram em órgãos meramente consultivos.

Em 1889, com a proclamação da República, as Províncias foram convertidas em Estados, que passaram a elaborar sua Constituição e a eleger o chefe do Executivo, tomando a forma que até hoje tem a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

**Produtores:** Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

**Procedência:** Acumulação natural advinda das atividades da instituição.

**Fontes Relacionadas:** Fundo Câmara Municipal de Santos (FAMS)

## 9 - INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS (IEB)

**Subordinação Administrativa:** Universidade de São Paulo (USP)

**Endereço:** Av. Prof. Mello Moraes, nº 140 - Cidade Universitária - São Paulo/  
SP - CEP 05508-030.

**Endereço Eletrônico:**

[www.ieb.usp.br](http://www.ieb.usp.br)

**E-mail:**

[arquiieb@edu.usp.br](mailto:arquiieb@edu.usp.br)

**Telefones:** +55 (11) 3091-3199 / 3091-1149

**Responsável:** Maria Izilda C. N. Fonseca Leitão

**Atendimento ao Público:** Sem  
necessidade de agendamento  
prévio.

**Horário:** Segundas à sextas-feiras,  
das 9h às 17h.

**Reprodução:** A cargo da Instituição de acordo com o suporte mediante pagamento.

**Histórico da Instituição:** Fundado em 1962, por iniciativa do historiador Sérgio Buarque de Holanda, o IEB é um centro de estudos e pesquisa que reúne pesquisa e documentação sobre história e cultura do Brasil.

Em seu acervo se destacam fundos pessoais de nomes importantes da cultura nacional, livros raros, obras de arte entre outros acervos doados ou adquiridos pela instituição. No seu acervo de obras raras, considerado muito valioso, podem ser encontradas obras dos séculos XVI, XVII e XVIII. A origem de seu acervo é a famosa coleção brasileira do historiador paulista Yan de Almeida Prado que foi adquirida em 1962 pela Instituição. Desde então, o IEB vem incrementando sua coleção tanto através da compra, como da doação.

### 9.1 - Coleção Jornal Diário de Santos

**Data-Limite:** 1876-1894

**Tratamento Técnico:** Organizado.

**Organização:** Cronológica.

**Conteúdo:** Microfilme do jornal “Diário de Santos” que pertenciam originalmente ao Instituto Histórico e Geográfico de Santos. Os originais se perderam ao longo do tempo.

**Instrumento de Pesquisa:** Catálogo da Relação dos jornais santistas Instituto Histórico de Santos.

**História Administrativa/Biografia:** O Diário de Santos é um dos jornais

santistas mais importantes do século XIX ao lado da Revista Comercial (1849) e da Tribuna do Povo (1894). Fundando em 1872, o jornal foi o primeiro entre seus pares a ser administrado como uma empresa e gerido por uma sociedade comercial. Ideologicamente, se caracterizava pela postura abertamente republicana, abolicionista e anticlerical. Ao longo de sua história reuniu os maiores expoentes do jornalismo, sendo por esse motivo considerado uma escola para esses profissionais. Em 1911, foi dirigido pelo célebre político e jornalista Rangel Pestana. Extinguiu suas atividades em 1918 sendo considerado um dos mais longevos periódicos do século XIX.

**Produtores:** Diário de Santos.

**Proveniência:** Original pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico de Santos.

**Fontes Relacionadas:** Setor de periódicos da Biblioteca Nacional.

## SANTOS

- **INSTITUIÇÕES PÚBLICAS**

### 1- FUNDAÇÃO ARQUIVO E MEMÓRIA DE SANTOS

**Subordinação Administrativa:** Prefeitura Municipal de Santos

**Endereço:** Sede: Rua Visconde do Rio Branco, 48 – Centro – Santos/SP – CEP: 11013-030 – Telefone/Fax: (+55 13) 3223-7009 / 3223-7090.

Arquivo Permanente: Rua Amador Bueno, nº 6 – Centro – Santos/SP – CEP: 11013-151 – Telefone/Fax: (+55 13) 3219-4321 / 3219-2751.

Arquivo Intermediário: Rua do Comércio, nº 87 – Centro – Santos/SP – CEP: 11010-141 – Telefone/Fax: (+55 13) 3219-3513.

Arquivo Geral: Praça Mauá, s/nº – Centro – Santos/SP – CEP: 11010-000 – Telefone/Fax: (+55 13) 3201-5015.

**Endereço Eletrônico:** [www.fundasantos.org.br](http://www.fundasantos.org.br)

**Responsável:** José Manoel da Costa Alves (diretor-presidente da FAMS).

**Atendimento ao Público:** Segundas a sextas-feiras, das 9h às 17h, sem necessidade de agendamento prévio.

**Reprodução:** É permitida a reprodução fotográfica, sem o uso de *flash*.

**Histórico da Instituição:** A Fundação Arquivo e Memória de Santos teve início em 1992, quando foi criado o Centro de Memória de Santos, então vinculado à Secretaria Municipal de Cultura. Passou a denominar-se Centro de Memória Cultural, em abril de 1993 e a responder à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. No final de 1994, passou à subordinação da Secretaria Municipal de Administração e recebeu o nome de Centro de Memória e Arquivo. Em 1995 a Administração Municipal, atribuiu autonomia administrativa e maior liberdade na busca de recursos humanos, técnicos e financeiros ao Centro de Memória, criando assim a Fundação Arquivo e Memória de Santos - FAMS.

### **Fundo Câmara Municipal de Santos**

**Data Limite:** 1749/1889

**Tratamento Técnico:** Organizado.

**Organização:** Grupos funcionais.

**Conteúdo:** Livros de ata de sessões; livros de registro de ofício; livros enterramento do cemitério do Paquetá; requerimentos de indústria e profissão; relatórios; atas de eleição; livros de votantes; ofícios e requerimentos de aforamento e arruamento; relações de impostos, multas e licenças arrecadadas; pareceres; recibos de despesas; requerimentos de transporte e iluminação pública; ofícios relatórios de inspeção sanitária; provisões de nomeação de professores de primeiras letras; ofícios de nomeação de oficiais e praças da guarda nacional; ofícios de nomeação de juízes de fora, municipais e

de direito.

**Instrumento de Pesquisa:** Inventário do Fundo Câmara.

**História Administrativa/Biografia:** As Câmaras Municipais no Brasil foram responsáveis pela administração dos municípios durante todo o período Colonial (1500-1822) e Imperial (1822-1889), constituindo o principal poder do Estado a nível local.

A Câmara Municipal de Santos foi instalada com a elevação do Povoado à Vila entre os anos de 1545 a 1546.

Esta instituição acumulava funções administrativas, judiciais e policiais, legislando somente sobre Posturas Municipais. Durante o período do Império as competências administrativas das Câmaras estavam regulamentadas pela lei de 1º de Outubro de 1828 o “Regulamento das Câmaras” que até a Proclamação da República manteve as Câmaras Municipais em absoluta dependência do poder Provincial e Imperial.

**Produtores:** Câmara Municipal de Santos.

**Procedência:** Documentos sob custódia da FAMS através de Convênio de Cooperação Técnica com a Câmara Municipal de Santos.

**Fontes Relacionadas:** Arquivo do Estado de São Paulo (verbete Administração/Câmaras Municipais); Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento; Arquivo Nacional

<b>Fundo Milícias</b>
<b>Data Limite:</b> 1792/1832
<b>Tratamento Técnico:</b> Organizado.
<b>Organização:</b> Grupos funcionais.
<b>Conteúdo:</b> Documentos administrativos das diversas companhias milicianas do litoral de São Paulo, tais como: listas nominais; mapas de informações gerais; relações de praças agregadas e aquarteladas; relações de praças, carpinteiros e lavradores; listas e livros de matrícula; listas e relações de assentos; atestados de licença; listas e relações de baixas, dispensas e licenças; relações de patentes; atestados/recibos de pagamentos de soldo e farinha.
<b>Instrumento de Pesquisa:</b> Inventário do Fundo Milícias da Marinha de Santos.
<p><b>História Administrativa/Biografia:</b> As Milícias eram tropas deslocáveis que apoiavam as tropas de primeira linha<sup>21</sup>, defendendo do território da Colônia.</p> <p>Essas tropas não remuneradas eram formadas por aqueles que não eram aceitos nas tropas regulares, sendo dirigidos por oficiais provenientes das tropas de primeira linha.</p> <p>A partir de 1796 passam a ser reconhecidas como tropas de segunda linha, e divididas em distritos e comarcas.</p> <p>A costa paulista era defendida pelo Batalhão de Artilharia de Santos, de</p>

21 - As Tropas de Primeira Linha, iniciadas no Brasil no século XVI, eram as tropas regulares, formadas por oficiais de carreira, pagos, provenientes da metrópole.

primeira linha, e pelo Regimento de Artilharia Miliciana da Praça de Santos, de segunda linha. A esse regimento eram subordinadas 8 companhias, espalhadas pelo litoral: as companhias de Santos/São Vicente, Vila de Conceição de Itanhaém, Vila de Iguape, São Sebastião, Vila Bela da Princesa, e Ubatuba.

Em 1824 o Regimento de Artilharia Miliciana passou a ser Batalhão de Caçadores ou infantaria ligeira, contando com 6 companhias efetivas (3 em Santos, São Sebastião, Conceição de Itanhaém e Vila Bela) e 4 adidas ou de reserva (2 em Iguape, São Sebastião e Ubatuba).

As tropas de milícias foram extintas em 1831 com a criação da Guarda Nacional.

**Produtores:** Regimento de Artilharia Miliciana.

**Procedência:** A Câmara de Santos era custodiadora da documentação proveniente do Batalhão de Caçadores, sucessor do Regimento de Artilharia Miliciana. Foi entregue juntamente com o Fundo Câmara à Fundação Arquivo e Memória em 1992 mediante convênio de cooperação técnica, sendo organizado e desmembrado em 1997.

**Fontes relacionadas:** Arquivo do Estado de São Paulo (verbete militares/defesa).

<b>Fundo Intendência Municipal de Santos</b>
<b>Data-Limite:</b> 1889/1907
<b>Tratamento Técnico:</b> Parcialmente organizado
<b>Organização:</b> Cronológica
<b>Conteúdo:</b> O conjunto é composto por documentos avulsos compreendendo correspondências gerais, requerimentos de licença, pareceres, propostas, relatórios, contratos. Documentos encadernados como livros de registro de Atas das Sessões, livros de Registro de Ofícios, livros de Registro de Enterramento do Cemitério do Paquetá e Cemitério da Filosofia, livros de Arrecadação de Impostos e livros de Receita e Despesa.
<b>Instrumento de Pesquisa:</b> Não possui.
<b>História Administrativa/Biografia:</b> O Regime das Intendências Municipais, em Santos, teve início em 1889 e seu fim em 1908 com a eleição do primeiro Prefeito.  A Constituição Federal Republicana pouco falava sobre a administração dos municípios, deixando isso a cargo das constituições estaduais, motivo pelo qual há grande variação na estrutura administrativa de estado para estado, e de município a município.  A Administração Municipal, que era responsabilidade das Câmaras de Vereadores, logo após a Proclamação da República ficou a cargo de Intendentes. Desempenhavam as mesmas funções administrativas que a Câmara Municipal no município, com mais autonomia do que a que possuía durante o Império, e ainda mesclando uma pequena atividade legislativa.

Estes eram escolhidos entre os vereadores eleitos, ou entre populares, para gerenciar Comissões, ou Intendências, responsáveis pelas diferentes áreas da administração pública, como por exemplo, Comissão de Fazenda e Contas, Justiça e Poderes, Obras e Viação. Estas comissões eram coordenadas por um Intendente Geral, escolhido entre os vereadores eleitos.

**Produtores:** Intendência Municipal de Santos

**Procedência:** Documentos sob custódia da FAMS através de Convênio de Cooperação Técnica com a Câmara Municipal de Santos.

### **Fundo Prefeitura Municipal de Santos**

**Data-Limite:** 1908/2008

**Tratamento Técnico:** Parcialmente organizado.

**Organização:** Numérico/cronológica (por número de processos).

**Conteúdo:** O conjunto é composto por documentos administrativos que dizem respeito a processos de obras públicas e privadas, cobrança de impostos, registro de cemitérios, desapropriações, certidões, além de outros tipos de requerimentos que retratam as atribuições do município e a dinâmica da vida cotidiana dos munícipes. Documentos encadernados relativos a Livros de Impostos, Livros de Protocolo, Livros de Arrecadação de Impostos e Emolumentos e outros.

**Instrumento de Pesquisa:** CPNET (controle de processos via net) apenas

para controle do andamento dos processos.

**História Administrativa/Biografia:** O Poder Executivo em Santos foi instalado a partir da eleição do primeiro Prefeito em 1908, encerrando o período de transição denominado “Intendências”, que vigorou na passagem do regime Imperial para o Republicano.

Passando a responsabilidade da administração do município à Prefeitura, contou inicialmente com uma pequena estrutura administrativa dividida em Diretorias, como por exemplo, Diretoria de Obras e Viação.

No decorrer do século XX com o crescimento populacional e econômico chegou-se a estruturas mais complexas e abrangentes das várias áreas da competência administrativa municipal através da criação de Secretarias que, em diversas oportunidades, foram ampliadas ou suprimidas.

**Produtores:** Prefeitura Municipal de Santos

**Procedência:** Documentos recolhidos pelo Arquivo Permanente por diversas transferências do Arquivo Geral da Prefeitura.

**Coleção Costa e Silva Sobrinho**

**Data-Limite:** 1758/1949

**Tratamento Técnico:** Parcialmente organizado.

**Organização:** Temática.

**Conteúdo:** A coleção é constituída de cópias de documentos de diversos acervos como: Testamentos, Inventários, Registros de Nascimento, Casamento e Óbitos, Autos Cartorários, além de Jornais, Revistas e outros periódicos.

**Instrumento de Pesquisa:** Índice elaborado pelo próprio autor.

**História Administrativa/Biografia:** Bacharel em Direito e pesquisador, foi cronista do Jornal a Tribuna de Santos, membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e do Instituto Histórico e Geográfico de Santos.

**Produtor:** Dr. Costa e Silva Sobrinho

**Procedência:** A Coleção foi adquirida pela Prefeitura Municipal de Santos no início da década de 1990.

### **Acervo Cartográfico**

**Data-Limite:** 1893/1920

**Tratamento Técnico:** Parcialmente organizado.

**Organização:** Cronológica.

**Conteúdo:** O conjunto é composto de plantas arquitetônicas, basicamente projetos executivos de Obras Particulares e Obras Públicas, além de levantamentos topográficos e mapas da região.

**Instrumento de Pesquisa:** Possui índice e banco de dados em fase de

implantação.

**Produtor:** Conselho da Intendência Municipal e Prefeitura Municipal de Santos.

**Procedência:** O conjunto relativo ao Fundo Câmara (Intendências) foi recolhido juntamente com a documentação avulsa da Câmara Municipal de Santos após a assinatura do Termo de Cooperação Técnica com a Fundação Arquivo e Memória de Santos. O conjunto relativo ao Fundo Prefeitura foi transferido do Arquivo Geral da Prefeitura.

### Iconográfico

**Data-Limite:** 1865 (reprodução) / 2008

**Tratamento Técnico:** Parcialmente organizado.

**Organização:** Temática

**Conteúdo:** O Acervo é composto pelo Fundo Secretaria de Comunicação da Prefeitura (1989 a 2002), Fundo Prefeitura (1930 a 40), Fundo José Dias Herrera e Fundo Jornal da Orla (1973 a 2002). Conta ainda com estúdio para reprodução analógica de imagens, onde são reproduzidas fotografias antigas, plantas, mapas, imagens de livros e outros, doados ou adquiridos pela FAMS, para serem inseridas no Acervo Iconográfico.

**Instrumento de Pesquisa:** banco de dados em fase de implantação

**Produtor:** Prefeitura Municipal de Santos, José Dias Herrera, e outros.

**Procedência:** Secretaria de Comunicação de Prefeitura, compra e doação de particulares.

**Observações:** Instalado no Arquivo Intermediário.

### **BIBLIOGRÁFICO (Sala de Leitura Catarina de Aguiilar)**

Trata-se de biblioteca especializada em história de Santos e do Brasil, além de grande variedade de obras sobre Santos e a Baixada Santista. Cerca de 3.000 livros estão à disposição de historiadores, pesquisadores, estudantes e público em geral - as obras encontram-se em processo de catalogação em software especializado, facilitando a identificação por autor ou por título.

A sala conta ainda com uma hemeroteca com cerca de 15 mil recortes de 267 diferentes assuntos sobre história e patrimônio, além de disponibilizar espaço de leitura, oferecendo os principais jornais da região e revistas de circulação nacional.

Instalada no térreo do Outeiro de Santa Catarina (R. Visconde do Rio Branco, 48, Centro Histórico), sede da Fundação Arquivo e Memória de Santos, a Sala de Leitura Catarina de Aguiilar funciona de segunda a sexta das 9 às 17h30 e aos sábados, das 9 às 13 horas.

## 2- HEMEROTECA MUNICIPAL ROLDÃO MENDES ROSA

**Subordinação Administrativa:** Secretaria Municipal de Cultura

**Endereço:** Centro de Cultura Patrícia Galvão. Av. Pinheiro Machado, 48 Vila Mathias - Santos/SP - CEP 11075-907

**E-mail:** hemeroteca@carrier.com.br

**Telefones:** +55 (13) 3226-8021 e 3223-8908

**Responsável:** Wilson Rabelo de Santana

**Atendimento ao Público:** Não é necessário agendamento. Segunda a sexta-feira, das 8h às 19h e sábado, das 8h às 14h.

**Reprodução:** Podem ser tiradas cópias no local, já que os documentos não podem sair da Hemeroteca.

**Data-Limite:** 1879/2008

**Tratamento Técnico:** Organizado.

**Organização:** Cronológica e temática.

**Conteúdo: Revistas:** AABB (1957-1960), Aduana (1960), O Alquimista (1979-1980), Artéria (1991-1992), Brasilidade (1944), Brouha-Há (S.D.), Centro Português (1949-1951), Destaque (1987-2006), Flama (1939-1942), Judôfesis (1972), Lar das Moças Cegas (S.D.), Leopoldianum (1976-2005), Litoral (S.D.),

Mirante (1988-2007), Pesca em Revista (1975-1976), Revista Comemorativa ao Centenário da Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos (1979), Revista do Legislativo (S.D.), Rotary Club de Santos - Revista (1990), Rumo ao Tri Mundial Edição Especial (S.D.), Santos 74 (1974), Trans-Vip (S.D.).

**Jornais:** 1ª Página (1991), O Caiçara, Jornal Cultural (1990-1991), Cidade de Santos (1898-1987), City Jornal (1955-1963), Comércio de Santos (1922), Diário da Manhã (1937), Diário de Santos (1879-1930), O Diário (1939-1945), Entrevista (1989-2008), Espaço Aberto (1987-2008), O Estuário (1931), Gazeta do Povo (1922-1995), O Jacaré (1983), Jornal da Noite (1922-1933), Jornal da Orla (1987-2008), Jornal do Gonzaga (1989-1990), Jornal do Ponto (1990-2007), Jornal do Porto de Santos (1982-1990), O Popular (1956), Praça de Santos (1930-1931), Preto no Branco (1979-1980), Revista Comercial (1850-1868), Singra a Tribuna (1954), A Tribuna (1905-2008), Última Hora (1961).

**Relatórios:** Mensário Estatístico do Porto de Santos (1993-2005), Relatório Anual CODESP (1992), Rio de Atividades – Prodesan (1978).

**Diário Oficial:** D.O. Urgente (1989-1996), Diário Oficial de Santos (1970-2008).

**Instrumento de pesquisa:** Possui Banco de Dados.

**História Administrativa / Biografia:** A Hemeroteca Municipal foi criada em 19 de abril de 1991, como seção auxiliar da Assessoria de Imprensa da Prefeitura. Sendo anexada à rede de bibliotecas públicas da Secretaria Municipal de Cultura em 1993.

Em seu acervo possui jornais, revistas, diários oficiais do Município, Estado e União, totalizando aproximadamente de 85 mil periódicos.

**Produtores:** Diversos Jornais e Revistas

**Procedência:** Documentos acumulados no exercício das funções dos jornais e revistas, adquiridos pela Hemeroteca ou recebidos em doação.

### 3- MUSEU DA IMAGEM E DO SOM DE SANTOS

**Subordinação Administrativa:** Secretaria de Cultura

**Endereço:** Centro de Cultura Patrícia Galvão – piso térreo. Av. Pinheiro Machado, 48 - Vila Mathias, Santos/SP CEP 11075-907.

**Telefones:** +55 (13) 3226-8000 / ramal 8181

**Endereço Eletrônico:**

[www.portal.santos.sp.gov.br/miss](http://www.portal.santos.sp.gov.br/miss)

**E-mail:**

[miss@santos.sp.gov.br](mailto:miss@santos.sp.gov.br)

**Responsável:** Nívio Motta

**Atendimento ao Público:** Segundas à sextas-feiras, das 8h às 18h.

**Reprodução:** Mediante autorização.

**Acervo Audiovisual**

**Data-Limite:** 1980/2008

**Tratamento Técnico:** Organizado

**Organização:** Temática

**Conteúdo:** Documentários, eventos culturais, personalidades, social/história, cultura (no total cerca de 7.000 títulos entre vhs, dvd, película em 35-16-9,5-8 mm, sendo que boa parte deles podem ser locados).

**Instrumento de Pesquisa:** Possui catálogo dos filmes, com organização onomástica.

**Outros Acervos:**

**Tridimensional:** Máquinas fotográficas, filmadoras, projetores de 35-16-9,5 e 8 mm, vídeos, aparelhos de som, rádios, tvs, gramofones;

**Fonográfico:** Com aproximadamente 15.000 títulos entre discos, gravações em rolo, K7 e mídias digitais;

**Textual:** Periódicos, programas, cartazes, folheteria, textos, e *coleções* (eventos artísticos e culturais, personagens e personalidades).

**História Administrativa / Biografia:** O MISS – Museu da Imagem e do Som de Santos foi fundado em 1996.

É regido pela COCINE – Coordenadoria de Cinemas e subordinado à Secretaria Municipal de Cultura.

Tem como finalidade o resgate, guarda, catalogação e a preservação da vida cultural e artística de Santos e região.

Para isso mantém acervo diversificado de equipamentos e materiais para pesquisas relacionadas a rádio, cinema, teatro e música tais como cartazes e publicações atuais e de época, filmes e vídeos, fotografias e slides, gravações

em áudio de músicas, além de depoimentos de personalidades da cultura.

Para cumprir com sua finalidade de divulgação cultural possui uma sala de projeção onde são exibidos filmes semanalmente. Conta também com uma audioteca, com mais de dez mil discos, que podem ser reproduzidos em fitas K-7, e com mais de quatro mil fitas de vídeo (documentários, musicais, nacionais, filmes de arte, etc.), disponíveis para locação.

**Produtores:** A própria instituição, aquisições e doações.

**Procedência:** Documentos acumulados no exercício das funções culturais, além de doações de particulares e entidades afins.

**Observações:** Os filmes do acervo podem ser retirados mediante cadastro e pagamento de taxa de retirada.

#### 4- CENTRO DE MEMÓRIA ESPORTIVA DE VANEY

<b>Subordinação Administrativa:</b> Secretaria de Esportes da Prefeitura Municipal de Santos	
<b>Endereço:</b> Praça Eng. José Rebouças, s/nº - Ponta da Praia Santos/SP - CEP 11030-000	
<b>Endereço Eletrônico:</b> www.santos.sp.gov.br/esportes/ devaney/devaney1.html	<b>E-mail:</b> museudevane@ Santos.sp.gv.br
<b>Telefones:</b> + 55 (13) 3269-8090 / 3269-8091	
<b>Responsável:</b> Márcia Janete Sampaio de Sá	
<b>Atendimento ao Público:</b> Segundas a sextas-feiras, das 8h às 18h.	
<b>Reprodução:</b> Permitido scanear, xerocar e fotografar.	

<b>Data-Limite:</b> 1895/2008
<b>Tratamento Técnico:</b> Organizado
<b>Organização:</b> Cronológica e temática
<b>Conteúdo:</b> Acervo do jornalista De Vaney, acervos pessoais, acervo Documental Esportivo da cidade, Coleção de Troféus da cidade.

**Outros Acervos:** Biblioteca e Hemeroteca Esportiva.

**História Administrativa / Biografia:** Fundado em 07 de outubro de 1991, o Centro de Memória Esportiva “De Vaney” é considerado um dos principais espaços para a pesquisa de esportes no município de Santos.

Tem por objetivo resgatar, preservar e testemunhar a história esportiva da cidade.

O local abriga um acervo de troféus, biblioteca e hemeroteca esportivas, arquivo documental esportivo da cidade à partir de 1939, acervo fotográfico, além de material específico com resenhas sobre as várias modalidades de esportes no Brasil e no mundo.

Todo esse material é destinado à pesquisa escolar, acadêmica e jornalística, e o visitante conta com a monitoria de funcionários do local.

O Centro também realiza um trabalho constante de pesquisa sobre a participação do município desde as primeiras competições oficiais até os dias atuais, tendo sempre o atleta como protagonista.

**Produtores:** Acervos particulares, Prefeitura Municipal de Santos, Jornais e Revistas esportivos.

**Procedência:** Doação de acervos particulares de esportistas santistas. Coleção de Jornais e Revistas esportivas compilados pela Instituição, acumulação natural de documentação esportiva provenientes da Prefeitura Municipal de Santos.

**5- COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
– UNIDADE DE NEGÓCIOS BAIXADA SANTISTA**

**Subordinação Administrativa:** Governo do Estado de São Paulo.

**Endereço:** Av. São Francisco, 128 - Santos/SP - CEP 11013-200

**Endereço Eletrônico:** [www.sabesp.com.br](http://www.sabesp.com.br)

**Telefones:** +55 (13) 3201-2511 / 3201-2513

**Responsável:** Reinaldo Eduardo Young, Superintendente da Unidade de Negócios da Sabesp na Baixada Santista.

**Atendimento ao Público:** Segundas a sextas-feiras, das 8h às 17h.

**Reprodução:** O acervo não está aberto ao público, em razão de sua conservação e falta de catalogação. Algumas exceções são abertas às entidades, mediante autorização da Superintendência.

**Data-Limite:** 1900/2008

**Tratamento Técnico:** Não há.

**Organização:** Não organizado.

**Conteúdo:** Plantas, livros, fotografias, filmes, mobiliário e edificação, todos relacionados ao saneamento na região.

**Instrumento de Pesquisa:** Não possui.

**História Administrativa/Biografia:** A história da Sabesp na região começa com os primeiros planos de saneamento criados pelas Comissões de Saneamento, instituídas pelo Estado na década de 1890, com o objetivo de acabar com as doenças epidêmicas que levaram à morte mais de 22.000 pessoas, dando ao porto de Santos o estigma de “porto maldito”.

Em 1903 é criada a Comissão de Saneamento de Santos, presidida pelo Engenheiro José Pereira Rebouças. Dois anos depois o Engenheiro Saturnino de Brito assume o cargo de engenheiro Chefe da Comissão e começa a executar seu plano de assentamento da nova rede de esgotos do município, além dos canais e da Ponte Pênsil em São Vicente.

A Superintendência de Saneamento da Baixada Santista, que unifica vários órgãos que tratavam de abastecimento de água e coleta de esgotos da região é criada em 1968 e no ano seguinte é constituída a Companhia de Saneamento Básico da Baixada Santista – SBS, com a responsabilidade de gerenciar os serviços de água e esgotos dos municípios de Santos, São Vicente, Cubatão, Praia Grande, Mongaguá, Ilha Bela, Ubatuba, São Sebastião e Caraguatatuba.

**Produtores:** Comissão de Saneamento de Santos, Repartição de Saneamento de Santos, Departamento de Obras Sanitárias, Superintendência de Saneamento da Baixada Santista e por fim, Companhia de Saneamento Básico da Baixada Santista – SBS.

**Procedência:** Acumulação Natural advinda das atividades administrativas e executivas da empresa e suas predecessoras.

- **PODER JUDICIÁRIO**

**6- OFÍCIO DE DISTRIBUIÇÃO JUDICIAL - COMARCA DE SANTOS**

Nos arquivos do ofício de distribuição judicial é possível ter acesso aos processos jurídicos das mais diversas causas, como inventários, testamentos, averbações, hipotecas, heranças, etc.

**Endereço:** Praça Patriarca José Bonifácio, s/nº - Centro

Santos/SP - CEP 11013-910

**Endereço Eletrônico:** [www.tj.sp.gov.br](http://www.tj.sp.gov.br)

**E-mail:** [admsantos@tj.sp.gov.br](mailto:admsantos@tj.sp.gov.br)

**Telefones:** +55 (13) 3222-4919 / Fax: 3235-4340

**Responsável:** Eliliana Aparecida A. Rollo - Diretora Técnica de Divisão.

- **CARTÓRIOS**

**7- CARTÓRIOS DE REGISTRO DE IMÓVEIS - SANTOS/SP**

Nos cartórios de registro de imóveis podem ser encontradas registros, averbações, e matrículas, além da escrituração de atos translativos ou declaratórios da propriedade imóvel e os constitutivos de direitos reais, como por exemplo: compra e venda de imóveis, desmembramento de terrenos, e outros relativos às propriedades imóveis.

**1º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS**

**Endereço:** Rua Frei Gaspar, 22, cj. 53 - Centro

Santos/SP - CEP 11010-090

**Telefones:** +55(13) 3219.6295/3219.8263

**Responsável:** João Alves Franco

**2º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS**

**Endereço:** Av. Conselheiro Nébias, 741 - Boqueirão

Santos/SP - CEP 11045-003

**Endereço Eletrônico:**

[www.srisantos.com.br/](http://www.srisantos.com.br/)

**E-mail:** [certidoes@srisantos.com.br](mailto:certidoes@srisantos.com.br)

**Telefones:** +55 (13) 13 4009-4900 / Fax 4009-4916

**Responsável:** Ary José de Lima

**3º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS**

**Endereço:** Rua. São Francisco, 31 - Centro

Santos/SP - CEP 11013-201

**Telefones:** +55 (13) 3219-1998

**Responsável:** Nivaldo Lucato De Souza

## 8- CARTÓRIOS DE NOTAS - SANTOS/SP

Nos Cartórios de Notas, ou Tabelionatos de Notas pode-se encontrar elementos de transações imobiliárias e de documentação notarial como escrituras de compra e venda, doações, procurações, testamentos entre outros.

### 1º CARTÓRIO DE NOTAS

**Endereço:** Av. Conselheiro Nébias, 795 - Boqueirão

Santos/SP - CEP 11045-003

**Telefones:** +55 (13) 3285-8000 / 3288-3381

**Responsável:** Benedito Roberto Ribeiro

### 2º CARTÓRIO DE NOTAS

**Endereço:** Rua Azevedo Sodré, 152 - Gonzaga

Santos/SP - CEP 11055-051

**Telefones:** +55 (13) 3289-5009

**Responsável:** José Henrique do Nascimento

**3º CARTÓRIO DE NOTAS****Endereço:** Rua Cidade Toledo, 29 - Centro

Santos/SP - CEP 11010-010

**Telefones:** +55 (13) 3219.7337 / 3219.4116**Responsável:** Roberto Mário V. G. Carvalhal**4º CARTÓRIO DE NOTAS****Endereço:** Av. Pedro Lessa, 2772 - Aparecida

Santos/SP - CEP 11025-002

**Telefones:** +55 (13) 2104-4400**Responsável:** Enildo Valentim**5º CARTÓRIO DE NOTAS****Endereço:** Rua Frei Gaspar, 106 - Centro

Santos/SP - CEP 11010-090

**Telefones:** +55 (13) 3211-5000

**Responsável:** Edmundo R. Mendonça Neto

### **6º CARTÓRIO DE NOTAS**

**Endereço:** Rua XV de Novembro, 32 - Centro

Santos/SP - CEP 11010-150

**Telefones:** +55 (13) 3219-5357 / 3219-1052 / 3219-8713

**Responsável:** Informação indisponível.

### **7º CARTÓRIO DE NOTAS**

**Endereço:** Rua Euclides da Cunha, 70 - Gonzaga

Santos/SP - CEP 11065-100

**Telefones:** +55 (13) 3289-5666

**Responsável:** Informação indisponível.

**8º CARTÓRIO DE NOTAS****Endereço:** Praça Dom Idílio José Soares, 42, loja 1 - Centro

Santos/SP - CEP 11013-170

**Telefones:** +55 (13) 3233-6333**Responsável:** Sueli Maria Túmoli

## 9- CARTÓRIOS DE REGISTRO CIVIL - SANTOS/SP

Nos cartórios de registro civil encontram-se documentos relativos a nascimento, casamento e óbito, bem como o registro de interdições, tutelas, adoções, emancipações, entre outros.

### 01º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DE SANTOS

**Endereço:** Rua Amador Bueno, 203 - Centro

Santos/SP - CEP 11013-151

**Endereço Eletrônico:**

[www.primeiroregcivilsantos.com.br](http://www.primeiroregcivilsantos.com.br)

**E-mail:**

[regcivil@litoral.com.br](mailto:regcivil@litoral.com.br)

**Telefones:** +55 (13) 3223-5702

**Responsável:** Nelson Hidalgo Molero

### 02º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DE SANTOS

**Endereço:** Av. Conselheiro Nébias, 371 - Vila Mathias

Santos/SP - CEP 11015-003

**Endereço Eletrônico:**

[www.2registrocivildesantos.com.br](http://www.2registrocivildesantos.com.br)

**E-mail:**

[contato@2registrocivildesantos.com.br](mailto:contato@2registrocivildesantos.com.br)

**Telefones:** +55 (13) 3234-2811

**Responsável:** Jose Julio Pereira

- **INSTITUIÇÕES PRIVADAS**

**10- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SANTOS**

**Endereço:** Rua XV de Novembro, 129 - Centro

Santos/SP - CEP 11010-151

**Telefones:** +55 (13) 3212-8200 / ramal 229/ e 313

**Responsável:** Renata Cristina Silva e Katherine Landin

**Atendimento ao Público:** Segundas a sextas-feiras, das 8h às 12h e das 14h às 18h.

**Reprodução:** Com autorização, pode-se fotografar sem flash.

**Data-Limite:** 1870/2008

**Tratamento Técnico:** Parcialmente organizado.

**Organização:** Cronológica.

**Conteúdo:** Livros de ata; Livros caixa; Livros de presença; Boletins; Livros de balanço; Registro de sócios; Livros de exportação; Circulares; Relatórios; Certificados; Declarações.

**Outros Acervos:** Bibliográfico; Hemeroteca especializada.

**Instrumento de Pesquisa:** Não há.

**História Administrativa/Biografia:** A Associação Comercial de Santos foi fundada em 22 de dezembro de 1870. É a associação comercial mais antiga do Estado de São Paulo e a quarta do país.

Sempre esteve envolvida nos assuntos da região como: o desenvolvimento do Porto, o saneamento e iluminação pública, chegando até a governar temporariamente a cidade, no ano de 1891, quando da renúncia da administração municipal.

Entre seus objetivos estão desenvolver negócios e encontrar soluções para os problemas comerciais da região, organizar e manter um serviço completo de estatística comercial e informações e apurar diariamente as vendas de cafés na praça de Santos, estabelecendo os preços.

**Produtores:** Associação Comercial de Santos.

**Procedência:** Acumulação natural.

**11- JORNAL A TRIBUNA**

<b>Subordinação Administrativa:</b> Sistema A Tribuna de Comunicação.	
<b>Endereço:</b> Rua General Câmara, 100 - Centro Santos/SP - CEP 11010-121	
<b>Endereço Eletrônico:</b> www.atribunadigital.globo.com (link Pesquisa AT)	<b>E-mail:</b> pesqat@atribuna.com.br
<b>Telefones:</b> +55 (13) 2102-7115	
<b>Responsável:</b> Viviane Amaral	
<b>Atendimento ao Público:</b> Segundas a sextas-feiras, das 8h às 16h30min.	
<b>Reprodução:</b> Reprodução permitida com Câmera Digital sem flash. Há também serviço de xerox (cobrado) para quem precisar de cópia da matéria pesquisada.	

<b>Acervo jornal A Tribuna</b>
<b>Data-Limite:</b> 1921/2009
<b>Tratamento Técnico:</b> Encadernado.
<b>Organização:</b> Cronológica.

**Conteúdo:** Exemplos de edições completas ou em partes do jornal A Tribuna.

**Instrumento de Pesquisa:** Através do site [www.tribuna.com.br](http://www.tribuna.com.br) é possível pesquisar as matérias publicadas a partir de dezembro de 1998. O acesso às matérias é exclusivo aos assinantes de A Tribuna, mas a busca e o resultado são livres. Há ainda a versão digital do jornal a partir de 1º de abril de 2007.

**História Administrativa/Biografia:** Foi fundado em 26 de março de 1894 por Olímpio Lima com o nome A Tribuna do Povo.

Em 1909 o jornal foi adquirido por Manuel Nascimento Júnior, responsável pela modernização do jornal, trazendo novas tecnologias de impressão para a época.

Quando da morte de Manoel Nascimento Jr, em 1959, Giusfredo Santini, seu genro e então superintendente do jornal, assumiu a direção da empresa, e se mantém na mesma família até os dias de hoje.

Atualmente transformou-se em uma holding de comunicações, que engloba além do jornal, a TV Tribuna (afiliada à Rede Globo), rádio Tribuna FM, jornais Primeiramão Santos e Campinas, o portal A Tribuna Digital e o jornal Expresso Popular.

Jornal semanal de circulação nos municípios da Baixada Santista e em alguns pontos da Capital e Grande São Paulo.

Especializado nas notícias referentes às questões da Baixada Santista e região, além de atualidades e variedades da Capital.

**Produtores:** Redação do jornal A Tribuna.

**Procedência:** Acumulação natural das edições do jornal.

**Observações:** Devido ao incêndio que destruiu as instalações do jornal em 1930 não há exemplares de novembro do mesmo ano, pois não houve publicação.

A consulta e leitura dos jornais são gratuitas. Os interessados na compra de jornais dos dois últimos anos poderão adquiri-los nesse setor. Toda consulta no setor de pesquisas deve ser feita pessoalmente. Não há consultas por telefone.

### **Jornal Expresso Popular**

**Data Limite:** 2001/2009.

**Tratamento Técnico:** Encadernado

**Organização:** Cronológica

**Conteúdo:** Exemplares de edições completas jornal Expresso Popular.

**Instrumento de Pesquisa:** Os jornais estão encadernados por quinzenas e organizados por ordem cronológica. Através do site [www.atribuna.com.br](http://www.atribuna.com.br) é possível pesquisar as matérias publicadas a partir de dezembro de 1998. O acesso às matérias é exclusivo aos assinantes de A Tribuna, mas a busca e o resultado são livres. Há ainda a versão digital do jornal a partir de 1º de abril de 2007.

**História Administrativa/Biografia:** O Jornal Expresso Popular faz parte do Sistema A Tribuna de Comunicação, e começou a circular em toda a Baixada Santista no 2 de abril de 2001.

Visa como público-alvo as camadas populares, sendo o primeiro voltado para as classes C, D e E, lançado fora das capitais.

Dá destaque em seu conteúdo editorial às áreas de trabalho, emprego, consumidor, culinária, saúde, esporte, e grande espaço para a prestação de serviços.

**Produtores:** Redação do Jornal Expresso Popular.

**Procedência:** Acumulação natural das edições do jornal.

**12- MUSEU DO PORTO**

**Subordinação Administrativa:** Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP

**Endereço:** Esquina da Rua João Alfredo com Avenida Conselheiro Rodrigues Alves - Macuco – Santos/SP - CEP 11015-909

**Telefones:** +55 (13) 3202-6565 / ramal 2053

**E-mail:** complexocultural@portodesantos.com.br

**Responsável:** Abelardo José da Silva

**Atendimento ao Público:** Visitas deverão ser agendadas com antecedência.

**Horário:** 8h30min às 11h30min e das 14h30min às 17h30min, inclusive sábados, domingos e feriados.

**Reprodução:** Mediante autorização.

**Data-Limite:** 1888/1966.

**Tratamento Técnico:** Organizado.

**Organização:** Cronológica.

**Conteúdo:** Relatórios de diretorias; Registro de pedidos de restituições; Controle de taxas de navios; Notas de débito; Registro de D.I.; Registro de

trânsitos e memorandos; Registro das contas emitidas; Auxiliar de atracação; Relatório do tráfego; Tarifa das alfândegas; Registro de orçamentos; Tarifas portuárias; Discursos presidenciais; Livros de ata; Livros de Ponto; Livros de frequência; Folhas de pagamento; Livros caixa; Catálogos de desenhos; Livros de registro de orçamentos; Diplomas e Certificados; Livros de registro de exportação; Legislações; Registro de funcionários.

**Instrumento de Pesquisa:** Não possui.

**Outros Acervos:** Cartográfico; Iconográfico; Tridimensional; Audiovisual.

**História Administrativa/Biografia:** Destina-se a reunir o acervo textual da extinta Cia Docas de Santos, bem como, objetos e equipamentos utilizados durante as atividades da referida empresa.

Foi instalado em 1989 em um casarão de estilo vitoriano datado de 1906, projetado pelo engenheiro Guilherme Benjamin Weinschenck (responsável pela construção do Porto de Santos), e destinado à residência dos inspetores gerais da empresa.

**Produtores:** Companhia Docas de Santos

**Procedência:** Acumulação Natural advinda das atividades administrativas da empresa até sua extinção.

**Fontes Relacionadas:** Ver verbete Cia Docas, Rio de Janeiro.

**13- PINACOTECA MUNICIPAL BENEDITO CALIXTO****Endereço:** Av. Bartolomeu de Gusmão, nº. 15 - Boqueirão

Santos/SP - CEP 11045-400

**Telefones:** +55 (13) 3288-2260**Endereço Eletrônico:**

www.pinacoteca.unisanta.br

**E-mail:**

bcalixto@uol.com.br

**Responsável:** Geraldo Cesar Pierotti**Atendimento ao Público:** Terça-feira até domingo, das 14h às 19h.

**Reprodução:** Dentro dos espaços expositivos é permitido o uso de máquinas fotográficas (com o dispositivo de "flash" desligado), assim como também é permitido aos visitantes fotografar a parte externa do casarão (jardins e fachada). O uso de câmeras de vídeo também é permitido, mas sua autorização é válida com agendamento prévio.

**Data-Limite:** 1890/2007**Tratamento Técnico:** Organizado.**Organização:** Temática e cronológica.

**Conteúdo:** Atas de reunião mensal; Certidão de atestado de funcionamento do Ministério Público do Estado; Certidões de regularidade administrativo financeiro da Fundação; Relatórios de Atividades Mensais; Ofícios recebidos e

expedidos; Livros de Atas. Livros de presença das reuniões mensais, livros de presença de visitantes, livros de tombamento da Biblioteca; livro de registro de funcionários

**Instrumento de Pesquisa:** Não possui

**Outros Acervos: Hemeroteca:** Publicações referentes ao casarão e ao pintor Benedito Calixto (Centro de Documentação Benedito Calixto);

**Biblioteca:** Biblioteca temática sobre Artes;

**Iconográfico:** Imagens fotográficas referentes ao restauro e conservação do casarão e sobre a vida do pintor Benedito Calixto; Obras artísticas de Benedito Calixto e outros pintores

**Cartográfico:** Material Cartográfico sobre o casarão;

**Tridimensional:** Objetos que pertenceram ao pintor Benedito Calixto;

**História Administrativa/Biografia:** Foi fundada em 1986 como um Fundação de Direito Privado tendo entre seus objetivos divulgação de todas as artes, em especial as artes plásticas.

A Pinacoteca é especializada nas obras de Benedito Calixto, tendo desenvolvido pesquisas e a criação de um Centro de Documentação dedicado ao pintor.

Para auxiliar na captação de recursos e desenvolvimento de suas atividades, em 2003 foi criada a Sociedade Amigos da Pinacoteca.

**Produtores:** A própria instituição, o pintor Benedito Calixto e outros.

**Procedência:** Acumulação natural, aquisições e doações.

**Fontes Relacionadas:** Acervo Benedito Calixto, Museu Paulista – USP.

#### 14- MUSEU DO CAFÉ

**Subordinação Administrativa:** Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo

**Endereço:** Rua XV de Novembro nº 95 Centro - Santos/SP - CEP: 11010-151

**Endereço Eletrônico:**  
www.museudocafe.com.br

**E-mail:**  
museudocafe@museudocafe.com.br

**Telefones:** +55 (13) 3219-5585

**Responsável:** Guilherme Braga

**Atendimento ao Público:** Terças à sábados, das 9h às 17h e domingo das 10h às 17h.

**Reprodução:** Permitida mediante autorização.

**Fundo Bolsa Oficial de Café**

**Data-Limite:** 1892/2007

**Tratamento Técnico:** Organizado

**Organização:** Cronológica e temática

**Conteúdo:** Acervo Textual: Livros de Protocolo de Operações do café a termo, Protocolo de contratos de operação do café disponível, Cotações, Registro de Exportadores e Destinos, Registro de Transporte, Classificação de taxas, Registro de Obrigações, Registro de Cotações diárias, Verificação de Estoques, Arrecadação de Emolumentos, Presença de Corretores, Registro de operações de cada corretor e Usos e Costumes da Praça de Santos. Também existem livros de Despesas, Caixa, Razão, Atas, Balancetes e Copiador de Certificados.

**Instrumento de Pesquisa:** Índice geral do acervo.

**História Administrativa/Biografia:** A criação da Bolsa Oficial de Café foi uma iniciativa do governo do Estado de São Paulo que, desde os primeiros anos do século XX, queria centralizar e organizar o comércio da praça cafeeira de Santos. Foi então que, em 1914, o projeto de lei que tramitava no congresso desde 1906 foi aprovado e ficava assim criada a Bolsa Oficial de Café de Santos. Entretanto, mesmo oficializada a instituição só viria a realmente funcionar em 1917, por causa dos efeitos da I guerra mundial no comércio do país.

Sua principal função era a de registrar todas as transações cafeeiras e realizar pregões para conseguir a cotação diária do café e evitar a especulação dos comerciantes. Também possuía uma sessão para a classificação dos cafés vendidos, para que o preço demonstrado tivesse mais condizente com o café vendido.

Com o crescimento da importância da instituição, foi construída uma sede imponente e luxuosa, paga através de um imposto de 20 réis sobre saca comercializada na praça. Em 1922 o edifício foi entregue, com o térreo e mais três andares destinados ao funcionamento das repartições da Bolsa.

É a partir de 1929, com o crash da Bolsa de Nova York e a subsequente crise do café brasileiro que as funções da Bolsa começam a perder o prestígio até

que, em 1957 encerra totalmente suas atividades.

No mesmo edifício foi instalado, em 1998, o Museu do Café que mantém exposições temporárias e permanentes ligadas a história do café, além de ministrar cursos sobre o preparo e degustação do café. O Museu é mantido pela Associação dos Amigos do Museu do Café e no ano de 2008 foi qualificado pelo estado como Organização Social (OS).

**Produtores:** A própria instituição.

**Procedência:** Acumulação própria das atividades da instituição.

**Fontes Relacionadas:** Ver também documentação no Arquivo do Estado de São Paulo: Fundo Bolsa do Café (1913 – 1963) e Manuscritos Café (1901-1904) lata C5574.

**Observações:** A partir janeiro de 2009 o Museu do Café passou a custodiar a documentação do Sindicato dos Corretores de Café de Santos.

**15- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SANTOS****Endereço:** Av. Conselheiro Nébias, 689 - Boqueirão

Santos/SP - CEP 11045-300

**Endereço Eletrônico:**

www.ihgs.com.br

**E-mail:**

ihgs@ihgs.com.br

**Telefones:** +55 (13) 3222-5484**Responsável:** Paulo Monteiro**Atendimento ao Público:** Segundas a sextas-feiras, das 9h às-12h e das 14h às 18h.**Reprodução:** Permitido fotografar.**Data-Limite:** 1823/2009**Tratamento Técnico:** Em processo de organização.**Organização:** A definir.**Conteúdo: Textual:** Coleções privadas do Barão Homem de Mello, do início do século XVIII, além de documentos pessoais do Sr. Julio Conceição, fundador da instituição.**Bibliográfico:** Biblioteca de aproximadamente 20 mil volumes, com ênfase na história regional e do Brasil. Volumes editados pelo Instituto Histórico e

Geográfico Brasileiro, pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, entre outros. Compilações de documentos desde fins do século XVI até o início da República. coleções de periódicos como a revista “Flamma”. Enciclopédias, Leis, História do Mundo, Biografias. Existe uma biblioteca infantil com obras completas de Monteiro Lobato e outras de diversos autores nacionais e estrangeiros.

**Iconográfico:** Tem aproximadamente 70 negativos em vidro do fim do século XIX e início do século XX, com cenas da cidade de Santos.

**Objetos Tridimensionais:** O Instituto possui ainda objetos tridimensionais como por exemplo: máscara mortuária do poeta Martins Fontes, peças de artesanato/folclore brasileiro, escrivania que pertenceu a Prudente de Moraes, um relógio de parede que pertenceu à Marquesa de Santos e salas temáticas retratando a cultura indígena a revolução de 1932 e a Guerra do Paraguai.

**História Administrativa/Biografia:** O Instituto Histórico e Geográfico de Santos foi fundado em 19 de janeiro de 1938 com o objetivo de assegurar a preservação da memória da cidade, bem como auxiliar e estimular a produção de pesquisas e trabalhos que tenham o objetivo de perpetuar a história de Santos.

É uma entidade que visa zelar pela história de toda a região Metropolitana da Baixada Santista, atuando juntamente com entidades co-irmãs e todos os interessados.

**Produtores:** A própria instituição e diversos doadores.

**Procedência:** Aquisições e doações de terceiros.

**Observações:** O acervo está em um processo inicial de catalogação.

**\*Vale a pena ver também:****16- SOCIEDADE HUMANITÁRIA DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE SANTOS**

**Endereço:** Praça Patriarca José Bonifácio, 59, 1º andar - Centro

Santos/SP - CEP 11013-190

**Telefones:** +55 (13) 3223-1857

**Responsável:** Pedro Mahfuz

**Atendimento ao Público:** Segundas a sextas-feiras, das 8h às 18h.

**História Administrativa/Biografia:** Uma das primeiras Associações Mutualistas do Brasil, a Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos foi fundada no dia 12 de outubro de 1879, nas dependências da Escola do Povo.

Ocupa sua atual sede, na Praça José Bonifácio, desde 1931. Lá funcionaram aulas de português, línguas, escrituração mercantil, além de salão de festas, e atividades sociais e culturais, além de abrigar sua biblioteca, criada desde 1880 e que chegou a ser a maior da cidade.

A Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos conta com acervo de 40 mil volumes entre livros raros e jornais antigos, obras didáticas, literatura em geral, revistas e jornais diários. Desde 1992 tem Convenio com a Prefeitura Municipal de Santos. No prédio da Sociedade Humanitária funciona ainda a Biblioteca Municipal Alberto Sousa com acervo de aproximadamente 31 mil publicações entre literatura adulta e infanto-juvenil.

- **INSTITUIÇÕES MÉDICAS**

**17- IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTOS**

<b>Endereço:</b> Av. Dr. Cláudio Luis da Costa, 50 - Jabaquara Santos/SP - CEP 11075-900	
<b>Endereço Eletrônico:</b> www.scms.org.br	<b>E-mail:</b> sec.geral@scms.org.br
<b>Telefones:</b> +55 (13) 3202-0600 - Fax: 3234-9890	
<b>Responsável:</b> Manoel Lourenço das Neves	
<b>Atendimento ao Público:</b> Segundas a sextas-feiras, das 7h às 12h e das 13h às 16h.	
<b>Reprodução:</b> Informação indisponível.	

<b>Data-Limite:</b> 1699/2009.
<b>Tratamento Técnico:</b> Informação indisponível.
<b>Organização:</b> Informação indisponível.
<b>Conteúdo:</b> Livros de Atas de reuniões e Assembléias gerais, Livros de posse e registro de médicos, Livros de relatórios de pacientes, Atas de reuniões da mesa administrativa, livro de atas do conselho deliberativo, livro de posse de funcionários, livro de presença, Relatórios da Provedoria, Relatórios diários de

atividades, Anais da Santa Casa, Auditorias, balanços e balancetes, compromissos da irmandade, livros de conta-corrente, mapas de receitas e despesas, movimentação de enfermos, propostas de irmãos, processos administrativos, processos de importação, entre outros.

**Outros Acervos:** Iconográfico, biblioteca temática, e pequeno museu.

**História Administrativa/Biografia:** A ordem das Santas Casas de Misericórdia foi fundada em 1498 em Portugal, com o objetivo da prática de obras de caridade, como assistências aos necessitados e aos presos, cuidados dos enfermos e órfãos. Em vários países foi a responsável pela criação de cursos de ensino de medicina e enfermagem.

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos, a primeira do Brasil, foi organizada em Santos por iniciativa de Braz Cubas, e tem seu hospital inaugurado em 1543 com o nome de Hospital de Todos os Santos.

Inicialmente ocupava dependências no Centro da Vila de Santos, próximas ao Outeiro de Santa Catarina, origem do povoado. Em 1665, no local que passou a ser conhecido como Campo da Misericórdia, é construído seu segundo prédio e igreja, substituindo o antigo.

O terceiro edifício próprio da Santa Casa foi construído no sopé do Morro de São Jerônimo, sendo inaugurado em 1836. Este prédio foi soterrado e parcialmente destruído por deslizamentos de terras em 1928. A Irmandade transferiu suas atividades para o atual edifício, inaugurado em 1945, em solenidade que contou com a presença do então presidente da república Getúlio Vargas.

**Produtores:** A própria Instituições.

**Procedência:** Os documentos são provenientes de acumulação natural, em

decorrência do trabalho do hospital.

### **18- BENEFICÊNCIA PORTUGUESA**

**Endereço:** Avenida Bernardino de Campos, 47 - Vila Belmiro

Santos/SP - CEP 11065-910

**Endereço Eletrônico:** [www.spb.org.br](http://www.spb.org.br)

**Telefones:** +55 (13) 3219-1296

**Responsável:** Ademir Pestana

**Atendimento ao Público:** Segundas a sextas-feiras, das 8h às 17h.

**Reprodução:** É permitida a reprodução.

**Data-Limite:** 1859 / até hoje.

**Tratamento Técnico:** Organizado.

**Organização:** Cronológica e onomástica.

**Conteúdo:** Registro de internação de pacientes, atas, relatórios, livros de visitas ilustres, entre outros.

**Outros Acervos:** Biblioteca temática (medicina), Coleção Biblioteca Nacional

de Obras Célebres, peças tridimensionais (móveis, louças, cristais, pratarias e objetos de arte), acervo numismático (placas e medalhas), iconográfico.

**História Administrativa/Biografia:** A Sociedade Portuguesa de Beneficência foi fundada em 21 de agosto de 1859 por um grupo de portugueses, com a finalidade de auxílio à colônia portuguesa de Santos.

Devido às epidemias que assolavam a cidade, decidiu-se por construir um Hospital para tratamento de toda a população.

Inicialmente ocupou um terreno no bairro do Paquetá, no entanto, devido a pouca salubridade do local, com o crescimento da cidade, transferiu-se para o atual local, na Vila Belmiro, sendo inaugurado em 1926.

Além da sede, possui ainda prédio anexo, inaugurado em 1990, e posto avançado na cidade de Praia Grande, atendendo até hoje a população santista em diversas especialidades médicas.

**Produtores:** A própria instituição.

**Procedência:** Os documentos são provenientes de acumulação natural, em decorrência do trabalho do hospital.

**19- CASA DE SAÚDE SANTOS S/A**

<b>Endereço:</b> Avenida Conselheiro Nébias, 644 – Boqueirão Santos/SP – CEP 11045-002	
<b>Endereço Eletrônico:</b> www.casadesaudesantos.com.br	<b>E-mail:</b> faleconosco@casadesaudesantos.com.br
<b>Telefone:</b> +55 (13) 3202-2500	
<b>Responsável:</b> Maria Aparecida Rodriguez de Souza.	
<b>Atendimento ao Público:</b> Segundas a sextas-feiras, das 7h. às 18h20min.	
<b>Reprodução:</b> Permitida, mediante contato com a diretoria.	

<b>Data-Limite:</b> 1924/2008
<b>Tratamento Técnico:</b> Organizado.
<b>Organização:</b> Cronológica e onomástica.
<b>Conteúdo:</b> Atas, prontuários, relatórios, livros de registro e/ou assentamento, entre outros.
<b>Outros Acervos:</b> Objetos tridimensionais, como troféus, além de hemeroteca, acervo iconográfico.

**Instrumento de Pesquisa:** Banco de dados.

**História Administrativa/Biografia:** A Casa de Saúde de Santos foi fundada em 25 de maio de 1925, por José Dias de Moraes, Gastão Aires e Samuel Augusto Leão de Moura com a finalidade de ser um hospital constituído e administrado por médicos que pudessem exercer a medicina dentro dos princípios éticos, dando aos pacientes tratamentos eficazes e atendimento digno.

Começou como um pequeno hospital com apenas 8 leitos, porém foi crescendo com o passar dos anos, com uma pequena ampliação em 1936 e a aquisição da Antiga Residência, além de uma vasta área de terreno pantanoso atrás do hospital entre os anos 1937 a 1944.

Coube a este estabelecimento o conceito de parto assistido por obstetras, em ambientes hospitalares, como alternativa aos riscos dos partos nas residências. Assim foi construída a maternidade que, até os dias de hoje, tornou a Casa de Saúde referência em obstetrícia.

**Produtores:** Casa de Saúde Santos.

**Procedência:** Os documentos são provenientes de acumulação natural, em decorrência do trabalho do hospital.

- **ASSOCIAÇÕES ESPORTIVAS**

**20- CLUBE XV**

**Endereço:** Av. Washington Luiz, 569 - Boqueirão

Santos/SP - CEP: 11055-001.

**E-mail:** clubexv@litoral.com.br

**Telefones:** +55 (13) 3302-3004.

**Responsável:** Dr. Jorge Guedes Monte Alegre Filho

**Atendimento ao Público:** Segundas a sextas-feiras, das: 9h às 19h; sábados, das 9h às 13h.

**Reprodução:** É possível a reprodução de documentos desde que não retirados da sede.

**Data-Limite:** 1894/2009

**Tratamento Técnico:** Em processo de organização.

**Organização:** Cronológica.

**Conteúdo:** Livros de Atas Reuniões da Diretoria Plena, Livros de Atas Comissão de Sindicância, Livros Atas de Assembléia, Livro de propostas de sócios, Livros de Presença (reuniões da Diretoria), Livros de Atas do Conselho Fiscal, Justificativas do Conselho Fiscal, Livros de Atas do Conselho Deliberativo, Livro de Ouro, Livros de Subscrição de Título Social, Livros de

Movimento Social, Livros de Registro de Títulos, Registro de Títulos Patrimoniais, Livro de Ofícios expedidos, Folhetos (enviados aos sócios - divulgação das atividades), Arquivo com fichas de sócios, Livros de empregados.

**Outros Acervos:** Iconográfico e Bibliográfico, com 4.566 volumes e Hemeroteca, com recortes de jornais de 1976 a 2008.

**História Administrativa/Biografia:** O CLUBE XV, fundado em 12 de junho de 1869, originou-se como uma entidade carnavalesca dissidente da Sociedade Carnavalesca Santista, entidade fundada pelos idos de 1857. Escolheu-se o nome "CLUBE DOS QUINZE" por serem quinze os primeiros integrantes.

O clube teve sede em diversas localidades, como às Ruas Itororó nº 25, General Câmara nº 152, Conselheiro Nébias nº 166, e Avenida Vicente de Carvalho nº 50 e Pres. Wilson nº 13.

Entre seus sócios haviam diversos abolicionistas e republicanos que se reuniam em sua sede. A instituição chegou a promover bailes e festas com a finalidade de angariar fundos para a libertação de escravos.

O Clube XV organizou bailes e desfiles de carnaval e depois festas em seus salões. Dedicou-se também a eventos culturais, como peças teatrais, leituras, palestras sob diferentes temas. Recebeu artistas de renome nacional e internacional, como Elis Regina, Caetano Veloso, Juca Chaves, Roberto Carlos, Wilson Simonal, Johnny Mathis, Earl Grant, entre outros.

**Produtores:** A própria instituição.

**Procedência:** Acumulação natural, oriunda das atividades da instituição

**Observações:** Há a previsão da publicação de livro com a história do clube, e

sua participação na história da cidade.

## 21- SANTOS FUTEBOL CLUBE – CENTRO DE MEMÓRIA E ESTATÍSTICA

**Endereço:** Rua Princesa Isabel, 77 – Vila Belmiro

Santos/SP – CEP: 11075-501.

**Endereço Eletrônico:**

www.santosfc.com.br

**E-mail:**

santosfc@santosfc.com.br

**Telefones:** +55 (13) 3257-4000 / 3239-1152 / 3257-4087

**Responsável:** Marcelo Pirilo Teixeira – presidente do clube.

**Atendimento ao Público:** Necessário agendamento prévio.

Segundas a sextas-feiras, das 9h às 12h e das 14h às 18h

**Reprodução:** É permitida a reprodução de documentos.

**Data-Limite:** 1912/2008

**Tratamento Técnico:** Organizado.

**Organização:** Cronológica.

**Conteúdo:** Atas, certidões, prontuários, relatórios, ofícios recebidos e

expedidos, livros de registro.

**Outros Acervos:** Periódicos, iconográfico, Bibliográfico, cartográfico, tridimensionais, Filmográfico.

**Instrumento de Pesquisa:** Informação indisponível

**História Administrativa/Biografia:** Fundado em 14 de abril de 1912, por Raymundo Marques, Mário Ferraz de Campos e Argemiro de Souza Júnior, o Santos Futebol Clube teve seu primeiro jogo oficial, realizado em 15 de setembro do mesmo ano, contra o Santos Athletic Club, conhecido como Clube dos Ingleses.

Em 1913 entrou para a Liga Paulista de Futebol, participando do campeonato estadual, e disputou o Campeonato Santista de Futebol, que acontecia pela primeira vez, contra os times América, Escolástica Rosa e Atlético, ganhando seu primeiro título.

A primeira vez que se tornou Campeão Paulista foi em 1935, ganhando outro título somente em 1955. Um ano depois, chegou à Vila Belmiro Pelé, na época com 15 anos, que reavivou a história do clube, sendo responsável por várias conquistas nacionais e internacionais, entre eles o Bicampeonato da Taça Libertadores da América e do Mundial Interclubes (1962/1963).

**Observações:** O arquivo também funciona como um Centro de Documentação, reunindo publicações antigas e atuais sobre o clube.

\* **Vale a pena ver também**

**22- JABAQUARA ATLÉTICO CLUBE**

**Endereço:** Av. Francisco Ferreira Canto, 351 – Caneleira

Santos/SP – CEP 11085-601

**E-mail:** jabaquaraac@itelefonica.com.br

**Telefones:** +55 (13) 3299-7375 / 3299-7345

**Responsável:** Presidente Delchi Migotto Filho.

**Atendimento ao Público:** Segundas a sextas-feiras, das 8h às 18h

**Reprodução:** Informação indisponível.

**História Administrativa/Biografia:** O clube foi fundado em 15 de novembro de 1914 com o nome de Espanha Futebol Clube. Porém, durante a 2ª guerra mundial, houve a proibição de que os clubes adotassem nomes de países, motivo pelo qual o nome foi mudado homenageando o bairro que o acolheu inicialmente. Assim, em 07 de novembro de 1942, passou a ser chamado de Jabaquara Atlético Clube.

O clube reunia em sua maioria membros da colônia espanhola em Santos. No entanto, grande número de seus sócios eram portugueses, tanto que, quando da escolha das cores das camisas de futebol, ficou decidido que as principais seriam das cores da bandeira espanhola e as reservas da bandeira portuguesa.

**23- CLUBE INTERNACIONAL DE REGATAS**

**Endereço:** Av. Alm. Saldanha da Gama, 05 - Ponta da Praia

Santos/SP – CEP:11030-400.

**Endereço Eletrônico:** [www.inter.org.br](http://www.inter.org.br)

**Telefones:** +55 (13) 3269-6900 / Fax: +55 (13) 3269-6909

**Responsável:** Presidente José Augusto Cintra Mathias.

**História Administrativa / Biografia:** O Clube Internacional de Regatas foi fundado em 24 de maio de 1898 sob a presidência de João Scott Hayden Barbosa, por jovens esportistas que se encontravam insatisfeitos com o único clube da cidade, o Clube de Regatas Santista.

Seu primeiro imóvel foi na Bocaína (hoje Vicente de Carvalho), que contava com barracões para oficina, entretenimento dos sócios e guarda dos barcos. Outro imóvel, um Trapiche localizado no Paquetá em Santos, foi alugado em 1899 para guardar os barcos.

Finalmente, após a comemoração de um ano de fundação, o clube transferiu-se definitivamente para Santos, alugando outro trapiche situado à Rua João Octávio nº 13. Nesta época seus freqüentadores faziam parte da elite da cidade, dando grande prestígio ao clube.

**24- CLUBE DE REGATAS VASCO DA GAMA**

**Endereço:** Av. Alm. Saldanha da Gama, 35 - Ponta da Praia

Santos/SP - CEP: 11030-400.

**Telefones:** +55 (13) 3322-7891

**Email:** thomasmn@hotmail.com

**Responsável:** Geraldino Bezerra

**História Administrativa / Biografia:** O Clube de Regatas Vasco da Gama, foi fundado em 12 de fevereiro de 1911, graças à cooperação da colônia portuguesa, de esportistas e simpatizantes como Arnaldo de Andrade, Gabriel de Oliveira e Manuel da Silva Praça. Sua sessão solene de inauguração ocorreu no salão de honra do Real Centro Português.

Inicialmente, sua sede localizava-se à Rua Senador Feijó nº 62, com barracões no bairro da Bocaina (atual Vicente de Carvalho), mudou-se definitivamente em 1926 para a Ponta da Praia, tornando-se, na época, uma das agremiações náuticas de maior prestígio em S. Paulo e no Brasil.

**25- ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA PORTUGUESA**

**Endereço:** Av. Senador Pinheiro Machado, 240 – Marapé

Santos/SP – CEP: 11075-000

**Endereço eletrônico:** [www.portuguesasantista.net](http://www.portuguesasantista.net)

**Telefones:** +55 (13) 3239-4224

**Responsável:** Presidente Avelino dos Santos.

**História Administrativa / Biografia:** A Associação Atlética Portuguesa foi fundada, por um grupo de portugueses, em 20 de novembro de 1917.

Disputou seu primeiro campeonato oficial de futebol (Associação Santista de Esportes Athléticos – Asea) em 1920 sendo então campeã. No ano seguinte foi promovida à primeira divisão da Asea e ganhou oito campeonatos (1923, 1924, 1926, 1927, 1931, 1932, 1933 e 1934).

A construção de seu estádio, o Estádio Ulrico Mursa, que ocorreu entre os anos de 1928 e 1932, transformou a Associação Atlética Portuguesa na primeira a possuir uma praça de esportes com arquibancada de cimento armado, com cobertura. Além de possuir salão de festas, com forma de mini-ginásio, utilizado para diversas festividades e eventos, entre eles rodeios, festas juninas, missas campais e outros.

**26- CLUBE ATLÉTICO SANTISTA**

**Endereço:** Av. Washington Luis 105, - Encruzilhada

Santos/SP – CEP:11050-201.

**Telefones:** +55 (13) 3027-6668

**Responsável:** José Antônio Pires.

**História Administrativa / Biografia:** O Clube Atlético Santista foi fundado em 07 de setembro de 1913 nas dependências da Academia de Comércio José Bonifácio.

Foi seu primeiro presidente o Sr. Odair Delamare Porchat de Assis. Entre seus fundadores constam personalidades como Adolfo Porchat de Assis (diretor da Academia de Comércio José Bonifácio), Casimiro Reis de Vasconcelos, Edgard Galvão Bueno, Eugênio, Sócrates Aranha de Meneses entre outros.

Tinha por principal objetivo a prática do futebol, e teve nesse muito sucesso, chegando a ser tri-campeão da cidade. Contudo ficou famoso por seus bailes e eventos promovidos, inicialmente nas dependências da Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio, e posteriormente na sua sede própria na Avenida Washington Luís.

**27- CLUBE DE REGATAS SALDANHA DA GAMA**

**Endereço:** Av. Alm. Saldanha da Gama, 44, - Ponta da Praia

Santos/SP – CEP: 11030-400.

**E-mail:** crsaldanha@terra.com.br

**Telefones:** +55 (13) 3261-1898 / 3261-3897

**Responsável:** Vladimir dos Santos Matos.

**História Administrativa / Biografia:** O Clube de Regatas Saldanha da Gama foi fundado em 14 de julho de 1903, na sede da União Operária de Santos, tendo como primeiro presidente o Sr. Edgar Ramires Esquivel.

Entre seus fundadores estão Alberto e Albertino Xavier de Moraes e Antônio Figueiras Chaves Júnior, com a finalidade de praticar esportes náuticos.

Inicialmente, ocupavam um barracão de uma empresa comercial, a Neumann Gepp e Co. Ltda., na área portuária da cidade.

Em 1904 puderam adquirir um terreno na Avenida Almirante Saldanha da Gama, 44/63, na Ponta da Praia, onde construíram seus próprios barracões, que daria origem à sede social atual, inaugurada em 1932.

Hoje, além de sua sede social, possui ainda uma sede náutica, localizada na Praia de Santa Cruz dos Navegantes.

**28- CLUBE DOS INGLESES / SANTOS A.C. ATHLETIC CLUB**

**Endereço:** Rua Santa Catarina, 127, José Menino

Santos /SP – CEP:11065-670.

**Telefone:** +55 (13) 3251-8158

**Endereço Eletrônico:**

[www.clubedosingleses.com.br](http://www.clubedosingleses.com.br)

**Email:**

[sac@clubedosingleses.com.br](mailto:sac@clubedosingleses.com.br)

**Responsável:** Robert Emil Meier.

**História Administrativa / Biografia:** O Santos Athletic Club, conhecido como Clube dos Ingleses, foi fundado em 1889, por funcionários da São Paulo Railway, da Cia City e outros membros da colônia inglesas de Santos com o objetivo de praticar o cricket, então jogado nas praias santistas.

Inicialmente sem sede própria, mais tarde foram adquiridos os terrenos onde hoje está construída a sede do Clube. Passaram então a ser praticados outros esportes, como o atletismo, o tênis e o futebol, entre outros.

**29- ESTRELA DE OURO FUTEBOL CLUBE**

**Endereço:** Av. Rei Alberto I, 372 - Ponta da Praia

Santos/SP – CEP:11030-080.

**Telefones:** +55 (13) 3261 2179 / Fax: +55 (13) 3261 8501

**Endereço Eletrônico:** [www.estreladeouro.com.br](http://www.estreladeouro.com.br)

**Email:** secretaria@estreladeouro.com.br

**Responsável:** Sadão Nakai

**30- CLUBE DE PESCA DE SANTOS**

**Endereço:** Av. Alm. Saldanha da Gama, 85 - Ponta da Praia

Santos /SP - CEP: 11030-400.

**Telefones:** +55 (13) 3261 6188 / 3261 8800 / 3261 5216

**Endereço eletrônico:** [www.clubedepescadesantos.com.br](http://www.clubedepescadesantos.com.br)

**Email:** ilhadaspalmas@litoral.com.br

**Responsável:** Miguel Roque Baida

**31- TÊNIS CLUBE DE SANTOS**

**Endereço:** Rua Minas Gerais, 37 - Boqueirão

Santos/SP – CEP:11055-101

**Telefones:** +55 (13) 3228-8100

**Endereço Eletrônico:** [www.tcds.com.br](http://www.tcds.com.br)

**Email:** [michely@tcds.com.br](mailto:michely@tcds.com.br)

**Responsável:** José Carlos Soares Campos

**32- CLUBE SÍRIO LIBANÊS**

**Endereço:** Av. Ana Costa, 473 - Gonzaga

Santos/SP – CEP:11060-003.

**Telefones:** +55 (13) 3289 5151

**Email:** [clubesantos@terra.com.br](mailto:clubesantos@terra.com.br)

**Responsável:** Zafer Issa Chahda

- **IGREJAS, TEMPLOS E INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS**

### 33- CÚRIA DIOCESANA DE SANTOS

<p><b>Endereço:</b> Av. Conselheiro Rodrigues Alves, 254 - Macuco Santos/SP - CEP 11015-202.</p>
<p><b>Endereço Eletrônico:</b> <a href="http://www.diocesedesantos.com.br">www.diocesedesantos.com.br</a></p>
<p><b>Telefones:</b> +55 (13) 3228-8888</p>
<p><b>Responsável:</b> Dom Jacyr Francisco Braido</p>
<p><b>Atendimento ao Público:</b> Segundas a sextas-feiras, das 8h30min às 12h e das 14h às 18h.</p>
<p><b>Reprodução:</b> Informação indisponível.</p>

<p><b>Data-Limite:</b> 1669/2009</p>
<p><b>Tratamento Técnico:</b> Informação indisponível.</p>
<p><b>Organização:</b> Informação indisponível.</p>
<p><b>Conteúdo:</b> Livros de registro de batizados, Casamentos, óbitos e tombos, registro de terras, assentamentos.</p>
<p><b>Instrumento de Pesquisa:</b> Informação indisponível.</p>

**História Administrativa / Biografia:** A história da Diocese de Santos remonta aos princípios da colonização do Brasil, e à participação da Igreja nesse processo, através do Regime do Padroado.

Em 1551 é criada a Diocese de S. Salvador, subordinada a de Lisboa, que fazia parte da estrutura administrativa do Governo Geral.

No litoral da atual Baixada Santista a primeira paróquia criada foi a de S. Vicente em 30 de junho de 1535, que tinha como pároco o Pe. Gonçalo Monteiro, vindo com a esquadra de Martim Afonso, em 1532 e que também foi vigário de Santos, de 1549 a, pelo menos, 1560.

Em 1745 foi criado o bispado de São Paulo que compreendia toda a Capitania de São Paulo, que desde 1676 estava sob a jurisdição canônica do Bispado de São Sebastião do Rio de Janeiro.

No século XX, ocorreram novos desmembramentos entre os quais a Instituição da Diocese de Santos, em 1924. Compreendia além das de Santos e São Vicente, também as paróquias de Itanhaem, Ubatuba, Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião, além de Apiai, Iporanga, El-Dorado Paulista, Iguape, Cananéia, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu e Iguape.

Atualmente a Diocese de Santos engloba os municípios de Bertioga, Guarujá, Cubatão, Santos, São Vicente, Praia Grande, Mongaguá. Itanhaém e Peruíbe.

Contém não somente documentação relativa à religião, mas principalmente documentos referentes às funções cartoriais e judiciais que estavam sob a responsabilidade da Igreja Católica até a proclamação da República.

**Produtores:** Paróquias, capelas e outras divisões administrativas da Cúria Diocesana de Santos

**Procedência:** Documentos acumulados no exercício das funções paroquiais,

inclusive quando responsáveis pelo registros cartoriais.

**Observações:** As informações deste verbete foram retiradas do Anuário da Diocese de Santos de 1936 e 1942, conforme anotações cedidas ao Arquivo Permanente da FAMS pelo pesquisador Jaime Caldas.

### 34- CENTRO ESPÍRITA “ISMÊNIA DE JESUS”

**Endereço:** Rua Campos Melo, 312 - Encruzilhada

Santos/SP - CEP: 11015-012

**Endereço Eletrônico:**

[www.ismeniadejesus.org.br](http://www.ismeniadejesus.org.br)

**E-mail:**

[administracao@ismeniadejesus.org.br](mailto:administracao@ismeniadejesus.org.br)

**Telefones:** +55 (11) 3233-3095 / Fax: 3235-5218

**Responsável:** Ismael Leal Leite.

**Atendimento ao Público:** Segundas a sextas-feiras, das 7h às 17h e sábados, das 7h às 14h.

**Reprodução:** É permitida a reprodução.

**Data-Limite:** 1937/2007

**Tratamento Técnico:** Informação indisponível.

**Organização:** Informação indisponível.

**Conteúdo:** Esta Instituição conta, em seu arquivo, as atas desde sua fundação, certidão do INSS e Fundo de Garantia, Certidão do Ministério da Justiça, CEBAS, Certificado no CMAS e CMDCA, título de utilidade pública federal, estadual e municipal, Estatuto Social, Certidão de funcionamento da Secretaria Estadual de Assistência de Desenvolvimento Social (SEADS), livro de registro de funcionários e relatórios anuais.

**Instrumento de Pesquisa:** Informação indisponível.

**Outros Acervos:** Iconográfico; Cartográfico e Objetos tridimensionais.

**História Administrativa/Biografia:** O Centro Espírita Ismênia de Jesus foi fundado em 01 de janeiro de 1937. O nome da instituição é uma homenagem à mãe da fundadora Maria Máximo.

Entre suas atividades assistenciais destacam-se o atendimento a crianças abandonadas e moradores de rua ou pessoas que não tem condições de alimentar-se no dia-a-dia. Para isso conta com o “Prato de Sopa” e a Creche Ismênia de Jesus. Como complemento ao primeiro projeto oferece ainda roupas, material de higiene pessoal, banho, além de palestras de conscientização sobre drogas e alcoolismo e Terapia Comunitária.

Como prolongamento de sua preocupação educacional fundou-se em 1947, a Escola Espiritualista Ordem e Progresso, anexo ao Centro e com objetivo de alfabetizar estas crianças internas. Esta escola oferece hoje Ensino

Fundamental e Médio.

**Produtores:** A própria Instituição.

**Procedência:** Documentos acumulados no exercício das funções culturais.

**35- ASSOCIAÇÃO DA IGREJA EPISCOPAL DE TODOS OS SANTOS**  
*(nomes anteriores: Associação da Igreja Anglicana, All Saints´ Church Association)*

**Endereço:** Praça Washington, 92 e 93 - José Menino

Santos/SP - CEP 11065-600.

**Endereço Eletrônico:**

[www.ptodosossantos.com.br](http://www.ptodosossantos.com.br)

**E-mail:**

[fatherpatricio@gmail.com](mailto:fatherpatricio@gmail.com)

**Telefones:** +55 (13) 3237-4327

**Responsável:** Rev Leandro Campos, Ir Patricio, OASB.

**Atendimento ao Público:** Terças a sextas-feiras, das 9h às 17h, intervalo para almoço das 12h às 14h.

**Reprodução:** Os serviços autorizados são os de busca e expedição de certidões de Batismo, Casamento, de Ofício Funeral, mediante pagamento de taxa administrativa.

<b>Data-Limite:</b> 1918/2009
<b>Tratamento Técnico:</b> Organizado.
<b>Organização:</b> Cronológica.
<b>Conteúdo:</b> Livros de Registro de Batismo, Livros de Registro de Casamento e Ofício Funeral.
<b>Outros acervos:</b> Possui livros e periódicos especializados.
<p><b>História Administrativa/Biografia:</b> Originada com a ajuda dos funcionários ingleses das empresas British Bank, E. Johnston &amp; Co, The City of Santos Improvement Co, Bank of London &amp; South América, Wilson Sons entre outros, a Associação da Igreja Episcopal de Todos os Santos, começou como Associação da Igreja Anglicana em setembro de 1917, embora os cultos já acontecessem desde 1862, em lugares improvisados.</p> <p>O templo foi construído em um terreno doado pela City of Santos Improvements Co, recebendo o nome de All Saint's Church, em formato de cruz e estilo neogótico inglês com estrutura de pedras (sandstones).</p> <p>Em 21 de Abril de 1918, a Paróquia Anglicana de Todos os Santos foi consagrada e dedicada pelo Bispo Edward Francis Every, localizada na Praça Washington, 92 no bairro do José Menino.</p>
<b>Produtores:</b> A própria instituição.
<b>Procedência:</b> Acumulação natural, oriunda das atividades da instituição.

**36- SOCIEDADE BENEFICENTE ISLÂMICA DE SANTOS E DO LITORAL PAULISTA**

**Endereço:** Av. Afonso Pena, 309 - Macuco

Santos/SP - CEP 11020-001

**E-mail:** islamica@uol.com.br

**Telefones:** +55 (13) 3231-6864

**Responsável:** Salah Mohamad Ali

**Atendimento ao Público:** Segundas a sextas-feiras, das 8h às 16h, sem intervalo de almoço.

**Reprodução:** Mediante autorização.

**Data-Limite:** 1977/2009

**Tratamento Técnico:** Organizado.

**Organização:** Cronológica.

**Conteúdo:** Certidões de casamentos, de divórcios, de conversão. Atas de reunião da Diretoria a respeito da administração da Sociedade.

**Instrumento de Pesquisa:** Informação indisponível.

**História Administrativa/Biografia:** Foi fundada em 19 de outubro de 1977

com os seguintes objetivos: realizar a divulgação do Islamismo, da cultura e o idioma árabe na Sociedade, unir os Muçulmanos da região e manter relações com as demais sociedades islâmicas do Brasil.

Entre várias atividades oferecidas estão a prestação de assistências aos órfãos e idosos sem nenhum tipo de discriminação de cor, raça, nacionalidade ou religião.

**Produtores:** A própria instituição.

**Procedência:** Acumulação natural, oriunda das atividades da instituição.

### **37- IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ORTODOXA ANTIOQUINA NO BRASIL**

**Endereço:** Avenida Ana Costa, 323 - Gonzaga

Santos/SP – CEP 11060-001

**Telefones:** +55 (13) 3233-4176

**Responsável:** Pe. José Valério Lopes dos Santos

**Atendimento ao Público:** Diariamente, das 9h às 13h e das 15h às 18h.

**Reprodução:** Informação indisponível.

**Data-Limite:** 1947 até a presente data.

**Tratamento Técnico:** Informação indisponível.

**Organização:** Informação indisponível.

**Conteúdo:** Livros de atas, Livros de Registro de Batismo, Livros de Registro de Casamento entre outros.

**Outros acervos:** acervo iconográfico.

**História Administrativa/Biografia:** A Igreja Católica Apostólica Ortodoxa Antioquina se estabeleceu em Santos em 1947, através da irmandade Ortodoxa São Jorge, que envolvia imigrantes sírios, libaneses, gregos, moscovitas, ucranianos e ortodoxos oriundos dos países balcânicos.

Seu templo, construído em estilo bizantino foi inaugurado em 1958 com a presença do Arcebispo Metropolitano Ortodoxo de São Paulo.

\* **Vale a pena ver também**

**38- PRIMEIRA IGREJA PRESBITERIANA DE SANTOS**

**Endereço:** Rua Marquês de São Vicente, 100 - Campo Grande

Santos/SP - CEP 11075-690

**Telefone:** (013) 3237-0418

**E-Mail:** ipbsantos@terra.com.br

**39- PRIMEIRA IGREJA BATISTA DE SANTOS**

**Endereço:** Praça José Bonifácio, 11 - Centro

Santos/SP - CEP 11013-190

**Telefone:** +55 (13) 3234-4437 / 3235-3907

**Email:** pibsantos@pibsantos.com.br

**40- IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA**

**Endereço:** Av. Francisco Glicério, 626 - José Menino

Santos/SP - 11065-400

**Telefones:** +55 (13) 3237-2616

**E-mail:** paroquiadesantos@luteranos.com.br

- **INSTITUIÇÕES DE ENSINO**

**41- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA BAIXADA SANTISTA –  
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS**

<b>Endereço:</b> Rua Euclides da Cunha, 264 - Pompéia Santos/SP - CEP 11065-101	
<b>Endereço Eletrônico:</b> www.unisantos.br	<b>E-mail:</b> centrodocbaixadasantista@unisantos.br
<b>Telefones:</b> +55 (13) 3205-5555	
<b>Responsável:</b> Wilma Therezinha Fernandes de Andrade.	
<b>Atendimento ao Público:</b> Segundas a sextas-feiras, das 14h às 18h.	
<b>Reprodução:</b> Mediante autorização.	

<b>Data-Limite:</b> Século XVI (cópia) - 2008
<b>Tratamento Técnico:</b> Organizado.
<b>Organização:</b> Cronológica e temática.
<b>Conteúdo:</b> Trabalhos acadêmicos e trabalhos de conclusão de curso, elaborados pelos alunos do Curso de História, referentes a personalidades, locais e fatos da história de Santos e região. Dissertações e Teses sobre a região, Anuários de Santos, coleção de recortes de jornais, jornais, revistas, livros temáticos, fotografias, mapas, filmes, fitas e discos relativos a história da

Baixada Santista.

**Instrumento de Pesquisa:** Banco de Dados e índice impresso.

**História Administrativa/Biografia:** Organizado pela Prof.<sup>a</sup> Dra. Wilma Therezinha Fernandes de Andrade, o Centro de Documentação da Baixada Santista foi criado em 7 de julho de 1983, pelo Departamento de História da então Faculdade de Filosofia, hoje Centro de Ciências da Educação, atendendo as necessidades dos cursos de Ciências Humanas . Tem a função de reunir informações, dados e fundos documentais, assim como, auxiliar pesquisas e fornecer referências bibliográficas sobre a Baixada Santista.

**Produtores:** A própria instituição, alunos, aquisições e doações.

**Procedência:** coleções doadas e trabalhos acadêmicos acumulados

**Observações:** A Universidade mantém ainda o Centro de Estudos Folclóricos Albino Luiz Caldas - CEFALC, além do Instituto de Pesquisas em Arqueologia - IPARQ.

**42- UNIVERSIDADE SANTA CECÍLIA – CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DE SANTOS**

**Endereço:** Rua Dr. Oswaldo Cruz, 277 – biblioteca central, bloco M

Boqueirão - Santos/SP - CEP 11045-907.

**Endereço Eletrônico:** [www.unisanta.br/cdhs](http://www.unisanta.br/cdhs)

**E-mail:** [biblioteca@unisanta.br](mailto:biblioteca@unisanta.br)

**Telefones:** +55 (13) 3202-7100 / Fax 3234-5297

**Atendimento ao Público:** Segunda a sextas-feiras, das 8h às 22h, exceto meses de julho e janeiro, nos quais funciona das 14h30min às 19h.

**Reprodução:** É permitida a reprodução.

**Data-Limite:** 1850/2008.

**Tratamento Técnico:** Informação indisponível.

**Organização:** Informação indisponível.

**Conteúdo:** Livros, slides, pequena hemeroteca, periódicos, catálogos, depoimento de artistas da região.

**História Administrativa/Biografia:** O Centro de Documentação Histórica de Santos mantido pela Universidade Santa Cecília, tem a finalidade de recolher e preservar elementos relativos ao patrimônio histórico e artístico da cidade de

Santos.

Seu acervo abrange diversos aspectos da História da cidade como Arquitetura, Artes e Cultura entre outros.

Tem como público alvo principal os estudantes, contudo é aberto a todos aqueles que queiram estudar a história de Santos e região.

**Produtores:** A própria instituição, aquisições e doações.

**Procedência:** Coleções doadas e trabalhos acadêmicos acumulados.

**43- DIRETORIA DE ENSINO DE SANTOS**

**Subordinação Administrativa:** Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

**Endereço:** Praça Narciso de Andrade, s/n.º - Vila Mathias  
Santos/SP - CEP 11013-560.

**Endereço Eletrônico:** [www.dersantos.com.br](http://www.dersantos.com.br)

**Telefone:** +55 (13) 3221-3594

**Responsável:** Maria Lucia Ferreira dos Santos Almeida - Dirigente Regional de Ensino

**Atendimento ao Público:** Mediante autorização da Dirigente Regional de Ensino e agendamento prévio.

**Reprodução:** Permitida, mediante autorização.

**Data-Limite:** 1907/2007

**Tratamento Técnico:** Parcialmente organizado.

**Organização:** Onomástica.

**Conteúdo:** Prontuário de aluno, ficha de matrícula, histórico escolar (das escolas freqüentadas anteriormente, alguns com fotos), documentos pessoais em geral (RG, CPF, Certidão de nascimento), relatórios de estágio no caso de

curso técnico, diploma, declarações de trabalho, contrato de prestação de serviço (escolas particulares) e etc.

**Instrumento de Pesquisa:** Não possui.

**História Administrativa/Biografia:** As Delegacias de Ensino são criadas pelo decreto nº 7.510 de 29 de janeiro de 1976 e reorganizadas pelo Decreto nº 39.902 de 01 de janeiro de 1995.

A Diretoria de Ensino de Santos, órgão da Secretaria de Educação, é subordinada à Coordenadoria de Ensino do Interior. São responsáveis pela execução política Educacional do governo do Estado de São Paulo, supervisionar e orientar as atividades pedagógicas e educacionais, avaliar os resultados do processo ensino-aprendizagem, entre outras atribuições.

Além de coordenar e supervisionar o planejamento e a execução de atividades administrativo-pedagógicas nas unidades escolares estaduais, ainda supervisiona, presta assistência técnica e fiscaliza as escolas municipais e particulares de sua área territorial de atuação.

Cabe às Diretorias de Ensino, segundo o parecer 402 de 2000 do Conselho Estadual de Educação, a guarda dos documentos de vida escolar das escolas extintas, públicas e particulares, de sua circunscrição, e lhe compete a qualquer tempo expedir os documentos escolares que lhe forem solicitados.

**Produtores:** Escolas extintas da cidade de Santos.

**Procedência:** Documentos acumulados no exercício das funções educacionais.

**Observações:** Escolas Extintas até o ano 2000 (Parecer nº 402 de 2000 do Conselho Estadual de Educação) podem conter documentos como: contrato de trabalho, registro de ponto, documentos pessoais, diplomas, autorização para

exercício da docência, fichas com nome e período em que atuou na escola e outros de conteúdo fiscal e trabalhista.

#### 44- ESCOLA TÉCNICA DONA ESCOLÁSTICA ROSA

**Subordinação Administrativa:** Centro Paula Souza - Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo.

**Endereço:** Av. Bartolomeu de Gusmão, 111 - Ponta da Praia  
Santos/SP - CEP 11045-401

**Endereço Eletrônico:**  
www.escolasticarosa.com.br

**E-mail:**  
escolasticarosa@escolasticarosa.com.br

**Telefones:** +55 (13) 3236-9986 / 3238-8407

**Responsável:** Daisy Rodrigues de Lima Simões.

**Atendimento ao Público:** Mediante agendamento prévio. Segundas a sextas-feiras, das 9h às 18h.

**Reprodução:** Mediante autorização.

**Data-Limite:** 1904- 1957.

**Tratamento Técnico:** Organizado.

**Organização:** Cronológica e onomástica

**Conteúdo:** Registro dos diplomados pelo instituto; Data de matrícula do aluno, curso e dados pessoais e quadro resumo de notas, documentação fornecida e carga horária; Exames e notas; Avaliações dos alunos do curso profissional de mecânica, desenhos e esboços de peças produzidas pelos alunos; Livro de sessão feminina do curso profissional de corte e costura; Ofícios recebidos de diversas Instituições; Documentos de despesas efetuadas pelo Instituto com notas fiscais anexadas; Registros dos faturamentos das oficinas do Instituto; Registro das faltas, vencimentos, descontos e substituições dos professores e demais funcionários da Instituição; Registro de laudos de inspeção de saúde dos funcionários; Cópias do Diário Oficial manuscritas relativas à nomeações e licenças de funcionários; Livros de assinatura de presença de funcionários a atividade funcional; Livros contendo as assinaturas e comentários de autoridades que visitaram a escola; Ata de inauguração da Instituição, monografia onde se descreve detalhes do edifício da escola; Exercícios realizados no curso profissional de Bordado e Corte para a Costura; Atas de reuniões, balanços e livros caixa da Sociedade Pró-Cidade de Santos.

**Outros Acervos:** Iconográfico.

**Instrumento de Pesquisa:** MORAES, Carmem Silvia Vidigal (Org.); ALVES, Julia Falivene (Org.). *Inventário de Fontes Documentais. Contribuição à Pesquisa do Ensino Técnico no Estado de São Paulo*. 1a. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/ Centro Paula Souza, 2002. v. 1. 197 p.

**História Administrativa/Biografia:** O Instituto "Dona Escolástica Rosa" foi inaugurado em 1º de janeiro de 1908 a partir da doação feita por João Octávio dos Santos. Tinha por finalidade atender meninos pobres e órfãos da cidade, que deveriam receber educação, cultura e uma profissão.

João Octávio dos Santos era filho de Escolástica Rosa, ex-escrava do Conselheiro João Octávio Nébias, que o apadrinhou cuidando de sua educação e ingresso no mundo dos negócios. Atuou na política municipal sendo vereador e ocupando outros cargos públicos em Santos, e ainda foi provedor da Santa Casa de Misericórdia de Santos.

Em seu testamento previu a criação deste Instituto Educacional legou bens para sua manutenção, determinando ainda, além dos estatutos, que o mesmo deveria levar o nome de sua mãe.

O prédio que abriga a Escola foi projetado pelo arquiteto Ramos de Azevedo, em estilo neoclássico, e que seguia os princípios higienistas.

**Produtores:** A própria Instituição.

**Procedência:** Documentos acumulados no exercício das funções educacionais.

**Observações:** A organização, higienização e acomodação do acervo foi realizada pelo “Projeto de Historiografia do Ensino Público Profissional Paulista”, que contou com o apoio científico da Universidade de São Paulo, através da Faculdade de Educação (FE/USP), e o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Este projeto contemplou somente os documentos produzidos até o ano de 1950.

**45- ARQUIVO DA ESCOLA ESTADUAL BARNABÉ**

<b>Subordinação Administrativa:</b> Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.	
<b>Endereço:</b> Praça Corrêa de Mello, s/nº - Centro Santos/SP – CEP 11013-220	
<b>Endereço Eletrônico:</b> www.barnabe.org.br	<b>E-mail:</b> e011903p@see.sp.gov.br
<b>Telefone/Fax:</b> +55 (13) 3234-3738 / 3234-6800	
<b>Responsável:</b> Irani José Abudi Romano (Diretora)	
<b>Atendimento ao Público:</b> Na secretaria o atendimento é livre, porém, consultas ao acervo devem ser agendadas previamente.	
<b>Horário:</b> Segunda a sexta-feira, das 7:00h. às 18:20h.	
<b>Reprodução:</b> Mediante autorização.	

<b>Data-Limite:</b> 1902/2008
<b>Tratamento Técnico:</b> Organizado.
<b>Organização:</b> Grupos funcionais.

**Conteúdo:** Livros de correspondência (1902); Livros de matrícula (a partir de 1927); Livro em italiano, oferecido aos imigrantes que aportavam em Santos, indicando os pontos positivos e interessantes do Estado de São Paulo, incluindo a Escola Barnabé; Romances e dicionários (1888/1904); “Pôster” do corpo humano vindo da Universidade de Coimbra; Atas de reunião; Certificados de conclusão de curso (a partir de 1913); Livro de registros de comandantes estrangeiros (1909 em diante) que, aportando em de Santos, acabavam por ir conhecer a Escola Barnabé e deixavam suas impressões a respeito dela, em seu idioma de origem.

**Outros Acervos:** Pequeno museu de objetos da escola e outros, como capacetes de guerra utilizados na Revolução de 1932 e na 1ª Guerra Mundial.

**Instrumento de Pesquisa:** Índice de Livros de Registro (descrição e datas)

**História Administrativa/Biografia:** Esta escola tem sua origem no Grupo Escolar Barnabé, criado em 1902. No entanto o imóvel onde está instalada a escola, que começou a ser construído em 1895 e finalizado em 1900, é o mais antigo de Santos construído exclusivamente para esta finalidade.

Barnabé Francisco Vaz de Carvalhaes, que dá o nome à escola foi rico comerciante e político da cidade que doou em seu testamento recursos para a construção de um estabelecimento educacional pela Câmara Municipal.

O prédio da Escola serviu de base militar, ambulatório médico e escritório, durante a Revolução Constitucionalista de 1932. Até hoje mantém em seu acervo objetos deste período como capacetes, medalhas entre outros.

O edifício da escola foi tombado pelo CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Artístico Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo em 2002. Em 2007 a escola foi restaurada e reformada.

**Produtores:** A própria instituição.

**Procedência:** Acumulados naturalmente no exercício das funções educacionais.

#### 46- COLÉGIO CORAÇÃO DE MARIA

**Subordinação Administrativa:** Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria.

**Endereço:** Av. César Lacerda de Vergueiro, 45 - Ponta da Praia

Santos - SP - CEP 11030-220

**Endereço Eletrônico:**

[www.colegiocoracao.com.br](http://www.colegiocoracao.com.br)

**E-mail:**

[coracao@colegiocoracao.com.br](mailto:coracao@colegiocoracao.com.br)

**Telefones:** +55 (13) 3261-5119

**Responsável:** Maria Josefa Flores Soares - Diretora

**Atendimento ao Público:** Mediante agendamento prévio. Segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 18h.

**Reprodução:** Permitida mediante autorização.

**Data-Limite:** 1905/2008

**Tratamento Técnico:** Organizado parcialmente.

**Organização:** Cronológica e onomástica.

**Conteúdo:** O arquivo da escola contém: Livro de Ponto, Termo de Visita dos Supervisores de ensino, Inspeções da Secretaria da Educação, Livro de chamada, Livro de matrícula, Registro de Empregados, Folha de pagamento, Livro caixa, Anuidades, relatório do curso clássico e científico, planejamento 2º ciclo, contratos de professores, provas, breve histórico do colégio, curso comercial – portaria, circular e fiscalização, quadro de promoção de diplomandas, balanço, livro de ocorrências, ata de exame de admissão, boletins, livro de matricula do curso propedêutico, conselho de classe de professores, regimento interno.

**Outros Acervos:** **Iconográfico:** Eventos da Escola / **Bibliográfico:** Biblioteca escolar.

**Instrumento de Pesquisa:** Pasta contendo índice dos tipos documentais.

**História Administrativa/Biografia:** O Colégio Coração de Maria, instituição educacional católica pertencente à Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, foi fundado em 1º de setembro de 1904 pela Madre Maria Ignez Negrini.

Depois de estabelecido por mais de 60 anos na Vila Nova na Rua da Constituição, n. 374, o Colégio Coração de Maria localiza-se atualmente, desde 1971, no bairro da Ponta da Praia na Av. Senador César Lacerda de Vergueiro nº 45.

Hoje oferece cursos na área de Educação Básica: Infantil (Nível I, II e III), Ensino Fundamental de 9 anos e Ensino Médio.

**Produtores:** A própria Instituição.

**Procedência:** Acumulados naturalmente no exercício das funções educacionais.

#### 47- COLÉGIO SÃO JOSÉ

**Subordinação Administrativa:** Congregação das Irmãs de São José

**Endereço:** Avenida Ana Costa, 373 - Gonzaga

Santos/SP - CEP 11060-003.

**Endereço Eletrônico:**

[www.saojosecolegio.com.br](http://www.saojosecolegio.com.br)

**E-mail:**

[saojosecolegio@saojosecolegio.com.br](mailto:saojosecolegio@saojosecolegio.com.br)

**Telefones:** +55 (13) 3023-5753 / Fax: 3284-4417

**Responsável:** João José de Oliveira Pecchiore

**Atendimento ao Público:** Segundas a sextas-feiras, das 7h às 18h.

**Reprodução:** Mediante autorização.

**Data-Limite:** 1924/2009.

**Tratamento Técnico:** Organizado.

**Organização:** Cronológica e onomástica

**Conteúdo:** Livro ponto, Livro de matrículas, Correspondências e Ofícios, Exames, Mapa de movimento mensal, pedido de matrículas, atas de provas parciais, atas de colação de grau, relatórios de inspeção, atas de exames finais, livro de certificados, livros de estágios, atas do conselho de professores, prontuários de alunos da Escola de Comércio, entre outros.

**Outros Acervos:** Iconográfico e bibliográfico.

**Instrumento de Pesquisa:** Pasta contendo índice dos tipos documentais.

**História Administrativa/Biografia:** Esta instituição escolar está ligada à congregação das Irmãs de São José fundada em 1650, na França, e que chegou ao Brasil no ano de 1858, para dirigir um Colégio para meninas, o futuro Colégio Nossa Senhora do Patrocínio, em Itu.

O Colégio São José foi instalado em Santos em 1º de fevereiro de 1924, tendo à sua frente a Irmã Maria Simpliciana, oferecendo inicialmente o curso primário misto, passando às atuais instalações já em 1925.

Nos anos seguintes foram instalados o curso Complementar, com classes especiais até 7º, 8º, 9º anos, uma Escola Normal Livre, um curso de Comércio, e Colegial Clássico e Científico. Atualmente oferece Educação Infantil ao Ensino Médio, além de prestar auxílio à comunidade carente através do ensino gratuito, como por exemplo, o Ensino de Jovens e Adultos mantido pela Associação de Instrução Popular e de Beneficência.

O Colégio conta ainda com uma das maiores capelas da Diocese, inaugurada em 1953. Prestam ainda serviços à comunidade

**Produtores:** A própria instituição.

**Procedência:** Acumulados naturalmente no exercício das funções educacionais.

**Observações:** A escola mantém uma “Sala da Memória” criada em comemoração aos 150 anos da presença da Congregação das Irmãs de São José no Brasil.

**\*Vale a pena ver também**

**48- ESCOLA MODELO**

**Endereço:** Av. Ana Costa,164, Vila Mathias

Santos/SP - CEP 11060-000

**Endereço Eletrônico:**

www.escolamodelosantos.com.br

**E-mail:**

contato@escolamodelosantos.com.br

**Telefones:** +55 (13) 3222-4963 / 3877-7670

**Responsável:** Marli Possani Xavier Medeiros

**Atendimento ao Público:** Informação indisponível.

**Reprodução:** Informação indisponível.

**História Administrativa/Biografia:** A Escola Modelo tem sua origem na Sociedade União Operária de Santos, fundada em 25 de maio de 1890, por três mestres de obra: Thomaz Antonio de Azevedo (Mestre Thomaz), Leonardo Antonio de Castro e Francisco Gardini.

A escola começou a funcionar em 1898 com o nome de Escola União Operária, depois passando a chamar-se Escola Modelo, e oferecia a instrução primária. Sofreu grande influência da Escola do Povo, fundada em 9 de setembro de 1878 por Antônio Manuel Fernandes.

Hoje a Escola Modelo, além de educação infantil, ensino fundamental e médio oferece ainda cursos técnicos e profissionalizantes na área de saúde, sendo reconhecida na cidade como referência na área.

**49- COLÉGIO STELLA MARIS**

**Endereço:** Av. Conselheiro Nébias, 771 - Boqueirão

Santos/SP - CEP 11045-003

**Endereço Eletrônico:**

[www.colstellamaris.com.br](http://www.colstellamaris.com.br)

**E-mail:**

[stelladm@uol.com.br](mailto:stelladm@uol.com.br)

**Telefones:**+55 (13) 3288-3241 / Fax: 3222-2320

**Responsável:** Irmã Maria Bernadete da Silva

**50- COLÉGIO MARISTA DE SANTOS**

**Endereço:** Rua 07 de setembro, 34 - Vila Nova

Santos/SP - CEP 11013-350

**Endereço Eletrônico:** [www.marista.org.br](http://www.marista.org.br)

**Telefones:** +55 (13) 2102-3311 / Fax (013) 2102-3311 – Ramal: 3303

**Responsável:** Irmão Pedro João Wolter

## RIO DE JANEIRO

### 1 - ARQUIVO NACIONAL

<b>Subordinação Administrativa:</b> Ministério da Casa Civil	
<b>Endereço:</b> Praça da República, 173 - Rio de Janeiro / RJ – Brasil – CEP 20211-350.	
<b>Endereço Eletrônico:</b>  www.arquivonacional.gov.br	<b>E-mail:</b>  <u><a href="mailto:consultas@arquivonacional.gov.br">consultas@arquivonacional.gov.br</a></u>
<b>Telefones:</b> +55 (21) 2179-1273	
<b>Responsável:</b> Jaime Antunes da Silva (Diretor-geral do Arquivo Nacional)	
<b>Atendimento ao Público:</b> sem necessidade de agendamento.	<b>Horário:</b> Segundas a sextas-feiras, das 8h30min às 17h45min. Horário limite para ingresso: 16h30min.
<b>Reprodução:</b> autorizada mediante pagamento de taxa e assinatura de Termo de Responsabilidade pelo uso de Reproduções de Documentos. Pode ser feita através de microfilme, meio digital, fitas videomagnéticas, fitas audiomagnéticas e papel.	

## Acervo Textual

### 1.1. Tema: Fazenda

**Fundo:** Provedoria da Fazenda Real de Santos

**Data-Limite:** 1682-1774

**Tratamento técnico:** Organizado.

**Organização:** Cronológica.

**Conteúdo:** O fundo é composto por 23 volumes, reunidos em códices (sob o código de fundo "7T"), entre os quais os códices 445 (19 volumes) e 452 (1 volume), 453 (1 volume), 454 (1 volume) e 456 (1 volume) possuem informações relativas a Santos e região. Esses volumes contêm documentos relativos à cobrança de dízimos para a Vila de Santos, São Vicente e Ubatuba; arrendamentos; pagamentos de infantaria; dívidas entre a Casa da Moeda do Rio de Janeiro e a provedoria de Santos; ocorrências no Porto de Santos; contratos entre diversas Capitânicas e a Praça de Santos; impostos para a Provedoria; Provisões Régias; prestação de contas com importação; contratos da Fazenda Real; relações de rendimento e despesa; compra e venda de sesmarias; documentos relativos à venda de gêneros alimentícios (sal e bebidas); registros sobre a pesca da baleia; assuntos eclesiásticos; documentos sobre o caminho de São Paulo a Cuyabá e das novas minas de Goyazes (um deles assinado por Alexandre de Gusmão); assistência médica; relatos sobre obras na Fortaleza de Santo Amaro; documentos relacionados aos Ministros, oficiais do Conselho Ultramarino e Juizes de Fora; relatos sobre o estado das matrizes de São Vicente e Itanhaém.

<b>Fundo:</b> Junta da Fazenda da Província de São Paulo
<b>Data-Limite:</b> 1591/1865
<b>Tratamento técnico:</b> Organizado.
<b>Organização:</b> Cronológica
<b>Conteúdo:</b> O fundo é reunido em códices (sob o código de fundo “EG”), entre os quais os códices 439, 446 (Vol. 1 a 7), 447 (Vol. 1 e 3), 448 (Vol. 1 a 3, 5, 7, 13, 14), 457 (Vol. 1 e 2), 469 (Vol. 3 e 4), 474 (Vol. 1 a 3), 482, 483, 486, 491 que possuem informações relativas a Santos e região. Esses reúnem documentos relativos ao pagamento de impostos; despesas de viagens; encargos administrativos dos juizes de fora; comércio do sal; condução de tropas e infantaria da Praça de Santos, registros sobre a pesca da baleia; instrução pública; relatos sobre obras da Vila de Santos; assuntos eclesiásticos e jesuítas.

<b>Fundo:</b> Conselho de Fazenda
<b>Data limite:</b> 1792/1843
<b>Tratamento técnico:</b> Organizado.
<b>Organização:</b> Cronológica
<b>Conteúdo:</b> O fundo é reunido em códices (sob o código de fundo “EL”), entre os quais os códices 31 (vol. 2), 32 (vol. 1), 33 (vol. 1), 37 (vol. 1), 41 e 43 possuem informações relativas a Santos e região. Os mesmo reúnem documentos relativos à condecorações, pagamento e cobrança de impostos; registros de ordens e provisões régias do Conselho de Fazenda; assuntos

militares, entre outros.

**Fundo:** Ministério da Fazenda

**Data limite:** 1804/1932

**Tratamento técnico:** Organizado parcialmente.

**Organização:** Cronológica

**Conteúdo:** O fundo é reunido em códices (sob o código de fundo “40”), entre os quais o Códice 142. Os volumes 2, 6 e 10 trazem informações relativas a Santos e região. Esses são compostos de registros de avisos e portarias da Junta da Fazenda, Real Erário e Tesouro Público.

**Instrumento de Pesquisa:** SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional e Catálogo SDE 001.

**História Administrativa/Biografia:** A Provedoria da Fazenda Real era a espinha dorsal da administração fazendária até 1770. Suas funções e atribuições não eram meramente tributárias ou fazendárias. Elas constituíam o cerne da administração civil e o suporte da intendência militar. Desde a arrecadação de impostos até o armazenamento de armas e munições. Competia às provedorias: construir obras públicas e navios, organizar e financiar expedições bélicas ou exploratórias ao interior, prover à manutenção de serviços essenciais, administrar portos, pagar servidores civis e militares, afugentar piratas, entre outras competências.

A **Provedoria da Fazenda Real de Santos** atuava como juiz da alfândega local, fiscalizando e registrando a movimentação comercial e a cobrança dos direitos alfandegários. A Alfândega de Santos foi fundada em 1550 junto ao prédio do Conselho da Vila (Câmara). O primeiro Provedor da Fazenda Real da Capitania de São Vicente foi Brás Cubas, de acordo com a Carta de Mercê de 18/06/1551.

O Erário Régio criado em Portugal (1761) foi incorporado ao Conselho da Fazenda em 1790. As atribuições do Erário Régio eram a arrecadação e contabilidade das rendas nas capitanias e no ultramar. Marquês de Pombal foi o responsável pela extinção gradativa das Provedorias que foram substituídas pelas **Juntas da Real Fazenda**, órgãos colegiados, onde o poder administrativo passava para os governadores e para os ouvidores. As Juntas por sua vez eram diretamente subordinadas ao Erário português.

As Juntas de Fazenda eram responsáveis pela nomeação, fiscalização e pagamento dos funcionários civis, militares e eclesiásticos em todo território da colônia, além de arrecadar todas as rendas régias de acordo com as instruções do erário.

Com a vinda da família real para o Brasil, o alvará de 26/06/1808 estabeleceu o Real Erário em território brasileiro e recriou o extinto Conselho de Fazenda com as mesmas prerrogativas do existente em Portugal. O **Conselho de Fazenda** era o órgão deliberativo responsável pelos contratos da Fazenda e tinha sido extinto em 1769. Em 1808, foi criado também o **Ministério da Fazenda** através do Decreto s/n de 11/03/1808.

Em 1831, já no contexto do Império do Brasil, a lei s/n de 04/10 extinguiu o Erário Régio e o Conselho de Fazenda e criou o Tesouro Público Nacional (atual Ministério da Fazenda) ao qual competia fiscalizar a receita e a despesa nacional, inspecionando a arrecadação, distribuição

e contabilidade. Em 1850, o Tesouro Nacional ou Administração Central da Fazenda ficou dividido em Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, Diretoria Geral das Rendas Públicas, da Despesa Pública, da Contabilidade e do Contencioso.

**Produtores:** Provedoria da Fazenda Real de Santos, Juntas de Fazenda, Conselho de Fazenda, Ministério da Fazenda

**Procedência:** acumulação natural e transferência

**Fontes Relacionadas:** *Fazenda Pública em São Paulo* (Museu Paulista), *Real Fazenda e Alfândega de Santos* (Arquivo do Estado) e *Fundo Câmara Municipal de Santos* (Fundação Arquivo e Memória de Santos).

## 1.2. Tema: Administração

**Fundo:** Secretaria do Estado do Brasil

**Data limite:** 1645-1821

**Tratamento técnico:** Organizado, porém sujeito à revisão.

**Organização:** Temática.

**Conteúdo:** O fundo é organizado em códices, sendo que cada código possui uma data limite específica. Os códices que possuem documentos referentes a Santos e região são: o Código 73 v.02; 80 v.07; 64 v.03, 06,15,39; 61 v. 05; 70 vols.01,02,06,12,86; 73 vols.01 e14; 77 vols.07,08,17; 80 vols.09 e10; 84 v.12; 87 vols.06 e 09; 111;126; 128

vols. 11,16,21,86; 952 vol.35. Os códices reúnem vários documentos tais como: ofícios sobre obras e fortificações, provisão sobre os contratos de pesca de baleia. Ordem sobre os Alqueires de Sal, nomeações de Cargos para a Vila de Santos. Relatos sobre disputas e conflitos entre religiosos na Vila de Santos. Suprimento de armas e munições para as fortalezas. Relatos sobre presos na Fortaleza de Santo Amaro. Pagamento de soldo. Inspeção e fiscalização dos navios no porto de Santos. Bando sobre ouro por “quintar” no porto de Santos. Ordem régia para o recolhimento dos padres jesuítas de Santos para o sul do Rio de Janeiro, representação de contratadores do estanco do sal, cartas de governadores do Rio de Janeiro, livro de ordens régias, entre outros.

**Instrumento de Pesquisa:** SIAN (Sistema de Informação do Arquivo Nacional) sob o Código 86

**Produtores:** Secretaria do Estado do Brasil, Vice-Reinado

**Proveniência:** acumulação natural

**Fontes Relacionadas:** Veja também a série Agricultura – Administração Código 8M (IA2) Contrato do Barão de Mauá concessionário para linha férrea de Santos a Jundiaí. Em São Paulo, Tema: Fazenda Arquivo do Estado de São Paulo.

**Fundo:** Vice-Reinado

**Data-Limite:** 1677-1808

**Tratamento Técnico:** Apenas identificado.

**Organização:** Cronológica.

**Conteúdo:** Caixas 745 e 750 pacotes 1. Ofícios sobre compra da casas para obras na Alfândega, contrato de arrematação de pesca de baleia, resumo de gêneros que embarcaram em portos brasileiros com destino a Lisboa. Contratos de arrematação de sal de diversas capitanias e portos inclusive Santos.

**Instrumento de Pesquisa:** SIAN (Sistema de Informação do Arquivo Nacional) sob o Código D9

**História Administrativa/Biografia:** O conjunto em questão reúne documentos provenientes da Provedoria da Fazenda Real da Capitania do Rio de Janeiro, da Secretaria do Estado do Brasil, da Provedoria Mor do Estado do Brasil, da Secretaria do Governo da Capitania do Rio de Janeiro. A documentação abrange assuntos relativos a território mais vasto que o do Rio de Janeiro, uma vez que o mesmo foi sede do governo dos vice-reis a partir de 1763 e porque, já anteriormente, havia subordinado várias áreas ao sul e a oeste como a colônia do Sacramento e Minas Gerais.

A Secretaria do Governo da Capitania do Rio de Janeiro foi sucedida pela Secretaria do Estado do Brasil. Em 1621, sob a União Ibérica, Felipe III separou o Estado do Maranhão e o Estado do Brasil. Este último foi administrado por governadores gerais até 1640, quando Dom Jorge de Mascarenhas recebeu o título de Vice-Rei com valor honorífico.

O cargo de vice-rei foi uma forma encontrada para centralizar a autoridade real e o governo na colônia, visto que as dimensões continentais dessas colônias superavam em muito o tamanho da metrópole. O vice-rei era subordinado diretamente ao rei, desenvolvendo

as políticas administrativas reais para a colônia, sem interferência de outros aparelhos burocráticos na metrópole, salvo sobre nomeações de governadores e capitães-gerais. O poder do vice-rei foi substancialmente reforçado durante o governo do Marquês de Pombal. Com a transferência da capital para o Rio de Janeiro (1763) a nomeação de um vice-rei para o Brasil tornou-se usual. O primeiro vice-rei foi o Conde da Cunha e o último o Conde dos Arcos.

**Produtores:** Secretaria do Estado do Brasil e funcionários dessa secretaria.

**Proveniência:** Acumulação natural e transferência

**Fontes Relacionadas:** Tema 1.1 – Fazenda, Arquivo Nacional e tema 1.3 – Fazenda, Arquivo do Estado.

**Fundo:** Ministério do Império

**Data-Limite:** 1808-1891

**Tratamento técnico:** organizado parcialmente.

**Organização:** alfanumérica e temática.

**Conteúdo:** Relação das eleições de oficiais (vereadores e procuradores) para diversas comarcas e vilas. Sobre Santos constam relações de 1819 a 1828; Carta de José Bonifácio de Andrada e Silva saudando sua Alteza Real sobre a independência. O fundo é organizado em códices as relações de eleições encontram-se no códice 223 e a carta de José

Bonifácio no códice 896.

**Instrumento de Pesquisa:** SIAN (Sistema de Informação do Arquivo Nacional) sob o Código 53

**História Administrativa/Biografia:** A partir da independência e da aclamação de D. Pedro como imperador do Brasil, a 12/10/1822, a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiros recebeu uma nova denominação: Secretaria de Estado dos Negócios do Império e Estrangeiros. Em 1823, o império criou uma nova secretaria somente para os negócios estrangeiros, desmembrando a antiga secretaria. Após a proclamação da República, o novo governo, já em 1889, modificou novamente a denominação da secretaria para Ministério do Interior. O Ministério do Império tinha entre outras atribuições, o acompanhamento e a fiscalização das eleições municipais, bem como a administração da instrução e saúde públicas. A partir do Ato Adicional de 1834, os níveis primário e secundário da instrução pública ficaram a cargo das Províncias.

**Produtores:** Ministério do Império

**Proveniência:** Documentação recolhida do antigo Ministério do Império

**Fontes Relacionadas:** Fundo Câmara Municipal de Santos.

**Observações:** Microfilmado. Códigos: 003.1.76 / 006.0.76

<b>1.3. Tema: Justiça</b>
<b>Fundo:</b> Relação da Bahia
<b>Data-Limite:</b> 1527-1800
<b>Tratamento Técnico:</b> organizado.
<b>Organização:</b> Temática (Tipo Documental: Provisões e avisos)
<b>Conteúdo:</b> Aviso relativo à cobrança de 45 mil réis de assentamentos ao Convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo da Vila do Porto de Santos (1664); Aviso relativo à permissão de pagamento aos conventos da Vila de Santos(1677); Documento relativo a problemas na administração dos quintos do ouro de São Paulo e da Provedoria da Fazenda de São Vicente (1663); Concessão de capitania em São Vicente à Luiz Lopes de Carvalho(1678). O fundo é organizado em códices esses documentos constam do códice 537 volume 1.
<b>Instrumento de Pesquisa:</b> SIAN (Sistema de Informação do Arquivo Nacional) sob o Código 83
<b>História Administrativa:</b> Na colônia, a administração da justiça era feita através da Relação da Bahia, em Salvador, de acordo com o regimento de 25/09/1587. Também eram especificados nesse regimento os campos de atuação da Relação, as funções do governador-geral no que dizia respeito à justiça, além dos direitos do chanceler e dos três desembargadores que faziam parte da Relação. Dirigida pelo governador-geral, foi instalada, de fato, apenas com o regimento de 07/03/1609. O alvará de 05/04/1626 determinou a extinção da Relação,

atendendo aos interesses dos proprietários de terras e comerciantes. Foi restabelecida 1652, de acordo com as disposições do regimento de 12/09 do mesmo ano. Retornou com estrutura semelhante ao momento anterior, reunindo todas as questões judiciais, com exceção ao estado do Maranhão.

Em 1751, foi criada a Relação do Rio de Janeiro, que tinha competência sobre as comarcas do Rio de Janeiro, São Paulo, Ouro Preto, Rio das Mortes, Sabará, Rio das Velhas, Serro Frio, Cuiabá, Paranaguá, Espírito Santo, Itacases e Ilha de Santa Catarina, o que fez com que a jurisdição da Relação da Bahia fosse bastante diminuída.

**Produtores:** Provedor Mor da fazenda Alexandre Pereira, Escrivão da Fazenda Gonçalo Pinto de Freitas, Conde de Obidos, Manoel Pinheiro da Fonseca, Manoel Pinheiro de Sampaio, Dom Vasco de Mascarenhas, Dom Bernardo Vieira Ravasco, Cap. Antonio Lopes de Ulhoa, José Cardozo e João Dias da Costa.

**Proveniência:** Acumulação natural.

**Fontes Relacionadas:** Tema - Justiça Arquivo do Estado de São Paulo

**Observações:** O códice contém 264 páginas frente e verso com quatro documentos sobre Santos.

<b>Fundo:</b> Mesa da Consciência e Ordens.
<b>Data-Limite:</b> 1679-1828
<b>Tratamento Técnico:</b> organizado, porém sujeito a revisão.
<b>Organização:</b> Cronológica / Temática
<b>Conteúdo:</b> Requerimento do cap. Antonio Inácio de Mesquita morador da Freguesia da Vila de Santos, bispado de São Paulo em que pede confirmação da ereção de uma capela com a invocação de Nossa Senhora da Solenidade na sua fazenda das Pellaes (1812); Nomeação de Inácio Borges Chaves como Tesoureiro do Cofre da província de São Paulo (1815); Ofício informando sobre arrematação do ofício de segundo tabelião, escrivão de órfãos e mais anexos da Vila de Santos (1820). Os documentos relativos a Santos neste fundo se encontram na caixa 286 pacote 4 e caixa 310 pacote 2.
<b>Instrumento de Pesquisa:</b> SIAN (Sistema de Informação do Arquivo Nacional) sob o Código 4J.
<b>História Administrativa:</b> Criada em 1532, em Portugal, e incorporando as ordens militares em 1551, a Mesa da Consciência e Ordens tinha entre suas atribuições o recolhimento dos impostos dos súditos falecidos fora do Reino. Todos os processos eclesiásticos ou civis, que tivessem relação com religiosos com privilégios de foro passavam pela Mesa, que atuava também na atribuição de cargos eclesiásticos, como conselheira, em função do padroado. Tinha poderes para emitir pareceres a respeito dos estabelecimentos de beneficência ligados à igreja, universidades,

capelas, hospitais, etc.

Com a vinda da família real em 1808, a Mesa foi criada no Rio de Janeiro pelo alvará de 22/04/1808, durante a regência de D. João. Em 1828 foi extinta, de acordo com a lei de 18/09/1828, sendo seu arquivo transferido para o Supremo Tribunal de Justiça.

**Produtores:** Mesa da Consciência e Ordens.

**Proveniência:** Acumulação natural.

**Fontes Relacionadas:** Tema “Justiça”, Arquivo do Estado de São Paulo.

**Fundo:** Mesa do Desembargo do Paço

**Data-Limite:** 1799-1834

**Tratamento Técnico:** Organizado, porém sujeito a revisão.

**Organização:** Alfabética/temática.

**Conteúdo:** Consulta sobre representações do ex Juiz de fora da Vila de Santos João Carlos Leal em que se queixa da insubordinação da dita vila (19/08/1813); Carta do Juiz de Fora da Vila de Santos o Bacharel João Carlos Leal (10/12/1808); Patente dada por sua Alteza Real à Bento Alberto da Gama e Sá para supervivência<sup>22</sup> do governo da praça de Santos (02/07/1811). O fundo é organizado em códices, os documentos relativos a Santos se encontram no códice 17 volume 5 e no códice 150.

---

22 - Enquanto sobreviver.

**Instrumento de Pesquisa:** SIAN (Sistema de Informação do Arquivo Nacional) sob o Código 4K.

**História Administrativa:** Criada no Brasil, em 1751, pelo regimento de 13/10 do mesmo ano, a Mesa do Desembargo do Passo foi, a princípio, ligada à Casa da Suplicação ou Tribunal das Cortes, em Portugal. No Brasil, o seu regimento tinha como atribuições receber e despachar petições e perdões; passar, em nome do rei, alvarás e provisões; comutar as condenações ou penas; eleger os vereadores da cidade do Rio de Janeiro; despachar os alvarás de fiança; expedir os negócios que pertencessem ao despacho e expediente do Desembargo do Paço. Em 1808, cria-se o Tribunal da Mesa do Desembargo do Paço, com atribuições relativas à Mesa do Desembargo do Paço, com exceção das questões militares, que eram de responsabilidade do Conselho Supremo Militar. Esse tribunal foi extinto pela lei de 22/09/1828 e a Mesa teve suas funções encerradas pela decisão nº 154 de 15/10/1828, sendo seu arquivo também recolhido pelo Supremo Tribunal de Justiça.

**Produtores:** Mesa do Desembargo do Paço.

**Proveniência:** Acumulação natural.

**Fontes Relacionadas:** Tema “Justiça”, no verbete do Arquivo do Estado de São Paulo.

<b>1.4 Tema: Comércio</b>
<b>Fundo:</b> Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação.
<b>Data-Limite:</b> 1808-1902
<b>Tratamento Técnico:</b> Organizado, porém sujeito à revisão.
<b>Organização:</b> Temática/Cronológica.
<b>Conteúdo:</b> [1] Consulta do Intendente de Marinha do Porto de Santos sobre o estabelecimento de direitos de ancoragem de navios estrangeiros; [2] apreensão de cargas no porto de Santos; [3] registros de embarcações de carga; [4] apólices e registros de sinistros ocorridos com embarcações no porto de Santos; [5] pedidos e contribuições para construção e manutenção de faróis; [6] solicitações de contribuições arrecadadas no porto de Santos; [7] mapas de importação e exportação e entrada e saída pelo porto de Santos; [8] avisos sobre entrada e relação de escravos que entraram pelo porto de Santos; [9] registro de cobrança de contribuições sobre produtos exportados inclusive para Portugal; [10] estabelecimento de comércio com a Colônia Britânica nas Ilhas Maurício; [11] solicitação de envio dos livros de entrada e saída dos trapiches de Santos; [12] registros de cobrança de impostos para obras públicas; [13] registro de provisões do Juiz de Fora de Santos; [14] registro de ordens relativas à escrituração, arrecadação e remessa de contribuições de Santos; [15] registros dos rendimentos das passagens do Cubatão; [16] registros de contribuições a serem pagas ao Juiz da Alfândega de Santos. O fundo é composto por caixas e códices, os que possuem documentos relativos à Santos são: cx.375 - pct.04 / cx.387 -

pct.01 / cx.419 - pct.01 / cx.434 - pct.01 / cx.437 - pct.02 / cx.448 - pct.01 / Códices: 47 vol.02 / 161 / 162 vol.01 / 165 vol.01 / 173 vol.01 / 174 vol.01 / 178.

**Instrumento de Pesquisa:** SIAN (Sistema de Informação do Arquivo Nacional) sob o Código 7X.

**História administrativa:** A Junta do Comércio foi criada em Portugal, em 1765, por D. José, como orientador da economia em Portugal e suas colônias. Em 1788 teve sua denominação alterada para Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, adquirido o status de Tribunal, com poder de decisão sobre diversas áreas de atividade econômica.

Com a vinda da família real, em 1808, a estrutura da Junta é transferida para o Brasil, incorporando as antigas funções da Mesa de Inspeção, controlando a qualidade e o comércio do açúcar e do tabaco. No período que abrange os anos de 1808 a 1850, a Junta destacou-se na orientação da política manufatureira do país. Teve um papel relevante no desenvolvimento das atividades econômicas, englobando as mais diversas áreas de atuação, como na regulamentação de falências comerciais, administração de bens e falecidos e pesca de baleia, navegação, faróis, estradas, pontes e canais. Sua receita era proveniente de pequenas contribuições sobre os produtos importados e exportados pelos portos brasileiros.

Em 1850, com a promulgação do Código Comercial Brasileiro, a Junta foi extinta e substituída pelos Tribunais do Comércio.

**Produtores:** Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação.

**Proveniência:** Acumulação natural, parte da documentação foi recolhida

pelo Ministério do Império em 1865.

**Fontes Relacionadas:** Fundo “Provedoria da Real Fazenda de Santos”, Arquivo Nacional e tema “Real Fazenda e Alfândega de Santos”, Arquivo do Estado de São Paulo.

**Observações:** A Biblioteca Nacional possui um conjunto de documentos com o mesmo título do fundo.

**Coleção:** Série Interior – Negócios de Províncias e Estados

**Data-Limite:** 1808/1957

**Tratamento Técnico:** Organizado, porém sujeito a revisão.

**Organização:** Temático/Cronológica

**Conteúdo:** Registro de correspondências da Província de São Paulo. Requerimentos e pedidos de licença do juiz de Fora da Vila de Santos e outros moradores; pedido de que as embarcações inglesas recebam um bom tratamento no porto de Santos; sobre problemas com os presos e embarcações no porto de Santos. Resposta do Juiz de Fora de Parati sobre medida tomada com o Bergantim Santo Antonio Firme (embarcação), onde ele permite o conserto desta no Rio de Janeiro e impossibilitando sua viagem a seu destino: o porto de Santos. Ordem ao conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva para que ajudasse ao bom êxito das Salinas do Físico-Mor João Alvares Fragozo (1821). Notícias da Senhora Princesa real do reino Unido de Portugal, Brasil e

Algarves através do Governador da Fortaleza da Barra de Santos (1821). Pedido de funcionário da Corte e Vilas vizinhas a São Paulo para ajudarem nas Juntas de Justiça: pedem o Juiz de Fora de Santos (1821); Aviso Régio do Príncipe para que fossem presos todos os desertores a bordo de embarcações no porto de Santos (1821); Traslado do termo de eleição dos deputados ordinários e substitutos, em que assina o Presidente Conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva (1821); Pedido de notícias ao governador da praça de Santos a respeito do sequestro da carga de bergantim que veio de Lisboa (1823). Requerimento de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, Juiz de Fora de Santos e Auditor Geral da Capitania de São Paulo sobre cobrança de pagamento à junta de São Paulo (1808); Correspondências de Bento Alberto Gama de Sá, Governador da Praça de Santos, ao ministério do Império (1818); Telegrama do Inspetor de Saúde do Porto de Santos falando das dificuldades e falta de funcionários para o Inspetor Geral de Saúde dos Portos (1886); sobre a posse do Juiz de Fora da Vila de Santos (1821).

**Instrumento de Pesquisa:** SIAN (Sistema de Informação do Arquivo Nacional) sob o Código AA. (IJJ9)

**História Administrativa/Biografia:** A Secretaria de Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiros recebeu, a partir de 1822, uma nova denominação: Secretaria de Estado dos Negócios do Império e Estrangeiros. Em 1823, o império criou uma nova secretaria somente para os negócios estrangeiros, desmembrando a antiga secretaria. Após a proclamação da República, o novo governo, já em 1889, modificou novamente a denominação da secretaria para Ministério do Interior.

Na década de 60, o professor francês Henri Boullier de Branche, liderando um grupo de trabalho nas dependências do Arquivo Nacional,

estabeleceu um quadro de arranjo para o acervo textual, criando algumas séries funcionais que classificam parte da documentação dos ministérios e seus órgãos de acordo com suas funções ou atividades. Criaram-se assim as séries documentais específicas para cada órgão, subdivididas, ainda, em atividades secundárias. Dessa forma, “Negócios de Províncias e Estados” corresponde a uma subsérie da série “Interior”.

**Produtores:** Secretaria de Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiros / Secretaria de Estado dos Negócios do Império e Estrangeiros / Ministério do Interior.

**Proveniência:** Acumulação natural nos órgãos produtores.

**Fontes Relacionadas:** Tema 1.6 – “Justiça”, Arquivo do Estado, tema 1.1 – Militares/Defesa, Arquivo do Estado e Fundo Câmara Municipal de Santos, FAMS.

**Observações:** O microfilme 003,1,1976 apresenta reprodução de documentos deste fundo.

<b>Coleção:</b> Série Interior - Gabinete do Ministro.
<b>Data-Limite:</b> 1802-1938
<b>Tratamento Técnico:</b> Organizado, porém sujeito a revisão.
<b>Organização:</b> Cronológica/Temática.
<b>Conteúdo:</b> Aviso sobre requerimento da Câmara da Vila de Santos sobre negócios de justiça (não expõe o assunto).
<b>Instrumento de Pesquisa:</b> SIAN
<b>História Administrativa:</b> Em 1966, a documentação deu entrada no Arquivo Nacional, através de recolhimento realizado junto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Na década de 60, o professor francês Henri Boullier de Branche, liderando um grupo de trabalho nas dependências do Arquivo Nacional, estabeleceu um quadro de arranjo para o acervo textual, criando algumas séries funcionais que classificam parte da documentação dos ministérios e seus órgãos de acordo com suas funções ou atividades. Criaram-se assim as séries documentais específicas para cada órgão, subdivididas, ainda, em atividades secundárias. Dessa forma, “Gabinete do Ministro” corresponde a uma subsérie da série “Interior”.
<b>Produtores:</b> Conde de Aguiar.
<b>Proveniência:</b> Recolhimento do Ministério da Justiça e Negócios

Interiores em 1966.

**Fontes Relacionadas:** Tema “Justiça” do Arquivo do Estado de São Paulo. Série Interior – Negócios de Províncias e Estados, do Arquivo Nacional.

### 1.5. Tema: Ordens Religiosas

**Fundo:** Ordem do Carmo

**Data-Limite:** 1563-1957

**Tratamento Técnico:** parcialmente organizado e microfilmado.

**Organização:** não há.

**Conteúdo:** O fundo é composto por sete rolos de microfilmes sob o Código 013.4.77 (Código: S1) Codes. Síntese do conteúdo: doações de terra, translados de escrituras e sesmarias, escrituras de compra e venda, certificados, procurações e ações de interpelações de cartório a respeito de terras localizadas em Santos, termo de doação feita ao Convento do Carmo por Brás Cubas das terras da Nossa Senhora da Graça na Vila do Porto de Santos (1589), Inventário dos bens pertencentes ao Convento do Carmo de Santos e suas fazendas em 1857.

**Instrumento de Pesquisa:** SIAN – Sistema de Informações do Arquivo

Nacional.

**História Administrativa/Biografia:** A Ordem do Carmo teve origem na região de Monte Carmelo, na Síria, a partir de um grupo de eremitas liderados por São Bertoldo da Calábria que aí se instalou no século XII. Esses eremitas receberam uma regra severa em 1226 e foram elevados a Ordem Mendicante em 1245, com o título da Ordem da Nossa Senhora de Monte Carmelo. Inicialmente, masculina, em 1451, fundou-se um ramo feminino. Em 1580, durante o reinado do Cardeal Dom Henrique, os carmelitas chegaram ao Brasil, com a expedição da colonização da Paraíba. O primeiro convento no Brasil foi fundado em Olinda, Pernambuco. Já a segunda casa erigida no Brasil foi a da Bahia em 1586. Em 1589, Frei Pedro Viana e outros confrades estabelecem-se em Santos, recebendo a Capela da Graça e um terreno doado por Brás Cubas. Outros conventos foram instalados na região do Rio de Janeiro (1560), São Paulo (1594), Mogi das Cruzes (1629), Angra dos Reis e Itu formando o que seria mais tarde a Província Carmelitana Fluminense.

**Produtores:** Ordem do Carmo de Santos.

**Procedência:** A documentação foi acumulada pelo Convento de Santos e doada ao Arquivo Nacional em 1971 pelo Frei Carmelo da Província Carmelitana Santo Elias – Lapa/RJ. Contém ainda registros da ação da Ordem em outras localidades.

**Fontes Relacionadas:** Bens Religiosos (Arquivo do Estado de São Paulo).

**Observações:** Essa documentação se encontra em péssimo estado de conservação com prejuízo para leitura, sendo necessário algum

conhecimento de paleografia.

### 1.6. Tema: Imigração

**Fundo:** Divisão de Polícia Marítima Área e de Fronteiras

**Data limite:** 1875-1974

**Tratamento Técnico:** em processo de organização e reprodução.

**Organização:** Cronológica

**Conteúdo:** Relação de passageiros de embarcações que chegaram aos portos brasileiros. Relações de aviões que aterrissaram em vários estados brasileiros. Fichas consulares com identificação completa dos passageiros / imigrantes cartão de embarque e desembarque, pedido de visto e cartão de serviço de tripulantes marítimo. O fundo contém aproximadamente 23.480 listagens microfilmadas.

**Instrumento de Pesquisa:** SIAN (Sistema de Informação do Arquivo Nacional) sob o Código OL.

**História Administrativa/Biografia:** Em 1944, foi criada a Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, subordinada ao Departamento Federal de Segurança Pública, que, por sua vez, era sucessor da Polícia Civil do Distrito Federal.

A Divisão de Polícia Marítima herdou as atribuições de outros órgãos,

que, ao longo do tempo, foram responsáveis pela fiscalização da entrada e saída de estrangeiros dos portos brasileiros. Esses órgãos são: Inspetoria Geral de Terras e Colonização (1876); Agência Central de Imigração (1892); Secretaria de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas (1896); Departamento Nacional de Povoamento (1931); Departamento Nacional de Imigração (1938); Delegacia de Estrangeiros (1941).

Em 1973, as atribuições da Divisão de Polícia Marítima passaram por uma ampliação, ficando responsável pelo planejamento, orientação e coordenação de todas as questões ligadas à entrada, permanência e saída de brasileiros e estrangeiros do país, bem como a concessão de passaportes e vistos.

Finalmente em 1985, a Divisão de Polícia Marítima passou à subordinação da Coordenação Central Policial do Departamento de Polícia Federal, mantendo as mesmas atribuições até a atualidade.

**Produtores:** Divisão de Polícia Marítima Área e de Fronteiras

**Proveniência:** acumulação natural e transferência

**Fontes Relacionadas:** Fundo Hospedaria dos Imigrantes.

**Observações:** A documentação está em processo de organização, finalizada até o ano de 1917 e de microfilmagem e digitalização concluída até 1912. O acesso às reproduções é liberado assim que o processo é concluído. O acesso à documentação original continua restrito.

<b>Fundo:</b> Serviço de Polícia Marítima Área e de Fronteiras – SP (Santos)
<b>Data-Limite:</b> 1894-1982
<b>Tratamento Técnico:</b> Organizado.
<b>Organização:</b> cronológica
<b>Conteúdo:</b> Prontuários de estrangeiros registrados junto à repartição competente em Santos; com dados pessoais, data de chegada ao Brasil e informações relativas aos procedimentos para obtenção de registro de permanência. Relação de entrada e saída de passageiros no porto de Santos, registros diários de navios, passageiros e tripulantes. Registro de controle de tripulantes. Registros de vistos de saída em passaportes de estrangeiros. Cópias de certidão de registro de estrangeiros e outros. O fundo contém aproximadamente 91.327 listagens.
<b>Instrumento de Pesquisa:</b> SIAN (Sistema de Informação do Arquivo Nacional) sob o Código BS
<b>História Administrativa/ Biografia:</b> Em 1944, com a transformação da Polícia Civil do Distrito Federal em Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), foram criados também os serviços de polícia marítima, aérea e de segurança de fronteiras, em nível estadual, subordinados ao DFSP. Antes dessa data, esse órgão estava subordinado à Inspetoria de Imigração do Porto de Santos que por sua vez era vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento.  Em 1946 (decreto-lei nº. 8805) a Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras foi organizada pela primeira e passou a abrigar seis

inspetorias regionais e o Serviço de Registro de Estrangeiros. Cada inspetoria era composta da Seção de Policiamento Marítimo, Fluvial, Aéreo e Portuário e da Seção de Passaportes, entre outras. Em 1967 (decreto-lei nº. 200), o DFSP passa a denominar-se Departamento de Polícia Federal (DPF).

Em 1973 houve uma reformulação do regimento interno do Departamento de Polícia Federal, descentralizando as superintendências regionais e as divisões de Polícia Federal. Dessa forma, os serviços de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras passaram a ser subordinados às superintendências regionais.

A superintendência regional de Santos é responsável pela região da Baixada Santista e Vale do Ribeira.

**Produtores:** Serviço de Polícia Marítima Área e de Fronteiras.

**Proveniência:** acumulação natural e transferência.

**Observações:** O acesso à documentação se dá através das reproduções em microfilme. A documentação original está fechada para consultas.

**Fontes Relacionadas:** Fundo Hospedaria dos Imigrantes.

**Fundo:** Polícia da Corte

**Data-Limite:** 1808-1880

**Tratamento Técnico:** Organizado.

**Organização:** cronológica

**Conteúdo:** O fundo é organizado em códices. No códice 375 (1821-1824) e 390 volume 1 (1815-1821) constam livro de despachos de escravos para seus compradores nos portos do Sul do Brasil, entre eles o porto de Santos. Ainda consta o livro de registro de passageiros portugueses que deram entrada nos portos brasileiros pela Polícia. Alguns desses registros se referem a passageiros que passaram pelo porto de Santos ou tiveram o mesmo porto como origem ou destino de sua viagem.

**Instrumento de Pesquisa:** SIAN (Sistema de Informação do Arquivo Nacional) sob o Código OE

**História Administrativa/ Biografia:** A Polícia da Corte e do Estado do Brasil, criada em 1808 com a chegada da família real, tinha entre as suas diversas competências: a fiscalização dos divertimentos públicos, da mendicidade, da concessão de licença para casas de jogos e botequins e também o expediente dos passaportes, a legitimação de estrangeiros, o registro e expediente da Casa de Correção, dos escravos e calabouço. Inicialmente, estava subordinada ao Ministério e Secretaria do Estado do Brasil. Em 1892, de acordo com a lei n.76, o Serviço Policial do Distrito Federal foi reorganizado e passou a ser subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

**Produtores:** Polícia da Corte

**Proveniência:** A documentação foi recolhida pela Secretaria de Polícia do Distrito Federal pela Brigada Policial do Distrito Federal.

**Observações:** O código 390 pode ser consultado através da reprodução em microfilme nº 013.0.74. Em todos os seis volumes deste código podem ser encontrados despachos de escravos para os portos do sul entre 1815 e 1826.

**Fontes Relacionadas:** Fundo Hospedaria dos Imigrantes.

### 1.7. Tema: Fundos Privados

**Fundo:** Paulo de Assis Ribeiro

**Data-Limite:** 1872/1975

**Tratamento Técnico:** Organizado

**Organização:** Não há

**Conteúdo:** Caixa 139. Relatório de Paulo de Assis Ribeiro ao Ministro João Alberto sobre as condições de trabalho dos operários nas docas de Santos em 1945.

**Acervo Cartográfico:** Cartogramas regionais de São Paulo (3 mapas em 3 folhas). Destaques para Santos, São Paulo e Campinas. Apresenta legendas: campo de pouso, rede de energia elétrica e esgoto, água e telefone. 1950. Código: S7/MAP 303 – 49/02. Seção de guarda: CODAC (Coordenação de Documentos Áudio-visuais e Cartográficos).

**Instrumento de Pesquisa:** SIAN. Código geral do fundo: S7.

**História Administrativa/Biografia:** Paulo de Assis Ribeiro nasceu no Rio de Janeiro em 1906 e faleceu em 1974. Foi engenheiro geógrafo e civil, além de economista. Atuou na área de educação, exercendo os cargos de presidente da Associação Brasileira de Educação e Delegado da Educação em São Paulo, entre outros. Foi ainda diretor-executivo da FGV. Publicou diversos trabalhos, entre os quais “Problemas da justa remuneração do trabalho” (1942).

**Produtores:** Paulo de Assis Ribeiro

**Proveniência:** O fundo foi doado por Vera Lúcia de Assis Ribeiro em 1974 e 1993.

**Fontes Relacionadas:** Item 6 – Cia. Docas.

**Fundo:** João Ignácio da Cunha

**Data-Limite:** 1808/1966

**Tratamento Técnico:** Organizado

**Organização:** não há

**Conteúdo:** Caixa 6J - 87, código OI. Documentos da Intendência Geral de Polícia assinados e/ou remetidos a José Bonifácio de Andrada e Silva; documentos sobre fuga de escravos.

**Instrumento de Pesquisa:** SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional (Diversos GIFI – Grupo de Identificação de Fundos Internos).

**História Administrativa/Biografia:** João Ignácio da Cunha, o Visconde de Alcântara, nasceu em São Luiz do Maranhão em 1781 e faleceu no Rio de Janeiro em 1834. Em 1808 foi nomeado Desembargador da Relação da Bahia, com exercício na Casa da Suplicação do Brasil<sup>23</sup>. Intendente Geral da Polícia de 1821 a 1822, ocupou os cargos de deputado e senador, recebeu o título de Visconde de Alcântara em 1829 e foi eleito para o Conselho do Estado. Exerceu ainda os cargos de Ministro do Império, em 1830 e Ministro da Justiça em 1831.

**Produtores:** João Ignácio da Cunha

**Proveniência:** Os documentos que compõem o conjunto identificado como GIFI, foram recolhidos de diversos órgãos, que compunham as estruturas administrativas do Império como: Casa da Suplicação, Mesa da Consciência e Ordens, Ministério da Agricultura e outros.

**Fontes Relacionadas:** Tema “Justiça”, Arquivo Nacional e tema “Justiça”, Arquivo do Estado.

---

23 - Precursora do Supremo Tribunal Federal dos dias atuais.

<b>Fundo:</b> José Correa Pacheco e Silva
<b>Data-Limite:</b> 1808/1966
<b>Tratamento Técnico:</b> Organizado
<b>Organização:</b> Cronológica
<b>Conteúdo:</b> Caixa 5B – 227, código: OI. Documento relatando possíveis problemas de insubordinação entre o Juiz da Alfândega da Vila de Santos e Manoel Theotonio Rodrigo de Carvalho. Documento sobre posse de Juiz de Fora da Vila de Santos.
<b>Instrumento de Pesquisa:</b> SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional (Diversos GIFI – Grupo de Identificação de Fundos Internos).
<b>História Administrativa/Biografia:</b> José Correa Pacheco e Silva (1778-1836) foi Juiz de Fora da Vila de Santos, Ouvidor Geral e participou do Triunvirato que governou provisoriamente a província de São Paulo, de 1822 a 1823, logo após a Independência do Brasil.
<b>Produtores:</b> José Correa Pacheco e Silva
<b>Proveniência:</b> Os documentos que compõem o conjunto identificado como GIFI, foram recolhidos de diversos órgãos, que compunham as estruturas administrativas do Império como: Casa da Suplicação, Mesa da Consciência e Ordens, Ministério da Agricultura e outros.

**Fontes Relacionadas:** Fundo Câmara Municipal de Santos (Fundação Arquivo e memória de Santos), tema “Justiça”, Arquivo Nacional e tema “Justiça”, Arquivo do Estado.

**Fundo:** Família Carvalho Soares Brandão

**Data limite:** 1809/1973

**Tratamento técnico:** organizado

**Organização:** cronológica e temática

**Conteúdo:** Caixa: 1, pacote 3, código: QE. Correspondências da família sobre mudanças para a Vila de Santos e negócios com café. Há referências sobre a febre amarela, carroceiros, empregados da Cia. Estrada de Ferro e recibos de licença da Câmara Municipal para negociar café.

**Instrumento de Pesquisa:** SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional

**História Administrativa/Biografia:** O conjunto reúne a documentação produzida e acumulada por Francisco de Carvalho Soares Brandão Neto e seus avôs Francisco de Carvalho Soares Brandão e Antonio Carlos de Arruda Botelho, conde de Pinhal (nascido em São Paulo em 1827 e falecido em 1901). Foi vereador e presidente da Câmara de Araraquara (1857-1860), Deputado Provincial (1864-1889), Chefe do Partido Liberal em São Paulo (1881) e Deputado Geral (1889). Francisco de Carvalho

Soares Brandão nasceu em Pernambuco em 1839 e faleceu em 1899. Foi Presidente da Província das Alagoas (1878); Rio Grande do Sul (1881); Senador e Conselheiro do Império em 1882; Ministro dos Negócios Estrangeiros (1883-1884); Diretor do Banco Nacional.

**Produtores:** Família Carvalho Soares Brandão

**Proveniência:** Não identificada.

**Fontes Relacionadas:** Verbetes de Santos, item 14 – Museu do Café e item 1 – Fundo Câmara Municipal de Santos, FAMS.

## 1.8. Iconografia

**Fundo:** Agência Nacional

**Data-Limite:** 1935-1982

**Tratamento Técnico:** Organizado parcialmente.

**Organização:** Alfanumérica, assunto, cronológica, espécie/tipo, procedência.

**Conteúdo:** fotos do Presidente Castelo Branco em inauguração na Cosipa 31/03/1966 (67 fotos) cód. EH/COC – p/08899; Presidente Getúlio Vargas em Santos s/data (10 fotos)cód. EH/COC- p/0042; presidente Getúlio Vargas visita obras da Via Anchieta 25/11/1941 (12

fotos) cód. EH/coc – p/00473; Presidente Getúlio Vargas visita Monumento dos Andradas e Alfândega 02/07/1945 (51fotos) cód. EH/COC – p/08132; Presidente João Goulart Inaugura sede do Sindicato dos Operários dos portos de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão 14/05/1962 (28 fotos) cód. EH/COC – p/08132; Presidente Café Filho inaugura a Refinaria Arthur Bernardes em Cubatão 16/04/1955 (18 fotos) cód. EH/COC – p/04609; Presidente João Goulart em inauguração na Cosipa 19/12/1963 (10 fotos) cód. EH/COC – p/ 08146; Presidente Juscelino Kubtschek em inauguração de obras no Porto de Santos 23/01/1958 (32 fotos) cód. EH/COC – p/05480; Presidente Getúlio Vargas preside o Congresso Brasileiro dos Municípios em Santos 13/12/1952 (19 fotos) cód. EH/COC – p/0225; Visita do Presidente Dutra à Bolsa do Café e ao Porto de Santos 15/10/1949 (19 fotos) cód. EH/COC – p/03454; Visita do Presidente Juscelino Kubtschek à Refinaria de Cubatão e Base área de Santos 29/01/1957 (22 fotos) cód. EH/COC – p/05469; Presidente Dutra lançando a Pedra Fundamental do Conjunto da Refinaria de Cubatão 05/09/1950 (30 fotos) cód. EH/COC – p/ 03457.

**Instrumento de Pesquisa:** SIAN (Sistema de informação do Arquivo Nacional) Código geral do fundo EH.

**História Administrativa:** À Agência Nacional competia difundir informações relativas ao governo, junto aos órgãos de imprensa. Era subordinada ao Departamento Nacional de Informações, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. A Agência era herdeira do antigo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) e do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

O DPDC foi criado pelo decreto nº 24.651, de 10/07/1934, sendo subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Foi extinto em 1939, e substituído pelo DIP, de acordo com o decreto-lei nº 1.915,

de 27/12/1939, este diretamente subordinado à Presidência da República.

O DIP foi extinto em 1945, pelo decreto-lei nº 7.582, de 25/05/1945, que criou o Departamento Nacional de Informações, e, por consequência, a Agência Nacional.

A partir de 1971, a Agência ampliou suas atividades, passando a transmitir o noticiário referente aos atos administrativos do governo federal, sendo também responsável pela distribuição da publicidade dos diversos ministérios e secretarias. Com o decreto nº 83.993, de 19/09/1979, a Agência passou a denominar-se Empresa Brasileira de Notícias.

**Produtores:** Empresa Brasileira de Notícias

**Proveniência:** A documentação foi recolhida pela própria Agência Nacional de 1964/1973 e pela Empresa Brasileira de Notícias em 1972.

### 1.9. Documentação Cartográfica

**Fundo:** Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas

**Data-Limite:** 1842/1896

**Tratamento Técnico:** organizado parcialmente.

**Organização:** Alfanumérica, assunto, cronológica, espécie/tipo e numérica.

**Conteúdo:** [1] Mapa de Santos (Santos, depois de efetuados os melhoramentos propostos), 1866 – em destaque Rua Santa Catarina; Convento do Carmo; Fortaleza; Alfândega projetada; Bahia de Santos; Canal de Bertioga e Monte Serrate. Código: 4M/MAP 33 62/10. [2] Planta de parte da linha telegráfica compreendida entre o cruzamento da linha nova com a estrada de São Vicente, até o porto de Piaçabussú, 1872 – Carimbo: R. dos Telégrafos, Arquivo da S. de Desenho. Código: 4M/MAP 87 62/11 CODAC (Coordenação de Documentos Audiovisuais e cartográficos).

**Instrumento de Pesquisa:** SIAN (Sistema de informação do Arquivo Nacional) Código geral do fundo 4M.

**História Administrativa:** O Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas foi criado em 1860, pelo decreto nº 1067, de 28/07 do mesmo ano, incorporando atribuições que anteriormente competiam ao Ministério do Império e também ao Ministério da Justiça.

Sua estrutura organizacional foi regulamentada em 1861 pelo decreto nº 2748, de 16/02/1861. Com a implantação do regime republicano, e com a conseqüente reorganização da estrutura administrativa federal, o Ministério recebeu a denominação de Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, através da lei nº 23, de 30/10/1891.

**Produtores:** [1] Levantada por Augusto T. Coimbra, sócio do Instituto dos Engenheiros Civis de Londres. [2] Engenheiro Luís Vieira Ferreira.

**Proveniência:** Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

**Observações:** Para acessar os mapas e plantas digitalizados, é preciso consultar o programa “Mr. Sid Viewer”, disponível nos computadores da

sala de consulta do Arquivo Nacional.

**Fontes Relacionadas:** Divisão de Cartografia, Biblioteca Nacional e Arquivo Histórico do Exército.

**Fundo:** Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas

**Data-Limite:** 1882/1910

**Tratamento Técnico:** organizado.

**Organização:** Temática/Cronológica.

**Conteúdo:** [1] Planta da estrada de ferro de São Paulo: de Santos à Jundiaí. 1869. Código: 4Q/MAP172 17/05 CODAC (Coordenação de Documentos Audiovisuais e cartográficos). [2] Estrada de ferro Sorocabana: São Vicente à Santos. Indica nomes de proprietários; modificação proposta para túnel de 210 metros de comprimento; planta da cidade de São Vicente; apresenta o cais do porto e sinaliza zonas a serem desapropriadas. Representa ainda linha para os outeirinhos; curvas de nível; a Av. Anna Costa, Cidade Nova. Cita: Família Macuco; Estação de Santos; Cia. Villa Mathias; Linhas de Bonde. 1891. Código: 4Q/MAP 296 19/04 CODAC (Coordenação de Documentos Audiovisuais e cartográficos).

**Instrumento de Pesquisa:** SIAN (Sistema de informação do Arquivo Nacional) Código geral do fundo 4Q.

**História Administrativa:** Com a lei nº 23, de 30/10/1891, o Ministério da

Agricultura, Comércio e Obras Públicas tem sua denominação alterada para Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Tinha como competências a execução e regulamentação de legislação nas áreas de agricultura (inclusive na conservação de florestas), indústria e comércio, construção, supervisão e administração da infra estrutura viária (portos, vias férreas, estradas e navegação marítima). Era responsável também pelo registro de patentes de invenção e marcas industriais e comerciais, além do serviço de correios e telégrafos, entre outros.

Em 1906, através do decreto nº 1.606, de 29/12, uma reforma administrativa dividiu o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, dando origem a dois ministérios: o Ministério da Viação e Obras Públicas e o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

**Produtores:** [1] Daniel M. Fox, engenheiro residente; James Brunlees, engenheiro chefe. [2] Carlos Schimith, engenheiro chefe; A. Aiello, segundo desenhista.

**Proveniência:** Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas.

**Observações:** Para acessar os mapas e plantas digitalizados, é preciso consultar o programa “Mr. Sid Viewer”, disponível nos computadores da sala de consulta do Arquivo Nacional.

**Fontes Relacionadas:** Cia. Docas de Santos e Fundo “Cia. City of Santos”, Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento.

<b>Fundo:</b> Ministério da Viação e Obras Públicas
<b>Data-Limite:</b> 1853/1964
<b>Tratamento Técnico:</b> Organizado.
<b>Organização:</b> Temática/Cronológica.
<b>Conteúdo:</b> [1] Carta ilustrada da Província de São Paulo dedicada a D. Pedro II 1875. Código 4Y/MAP 40 13/03. [2] Porto de Santos nas marés cheias. Desenho acompanhando o relatório do engenheiro. Plano mostra as obras propostas para porto e centro de Santos. Traz detalhes da construção do cais e o porto de Santos nas marés baixas (4 plantas). 1866. Código: 4Y/MAP 118 13/08. [3] Canal de Bertioga. Menciona o porto de Santos. 1879. Código 4Y/MAP 124. [4] Santos Port Improvements (mapa em inglês). Mapa mostrando o estado “atual” do porto de Santos e propostas de reformas. Destaca ainda as principais construções do centro. 1871. Código 4Y/MAP 147 13/D. [5] Planta do porto de Santos: projeto para o cais. Destaque para os estudos feitos pela comissão hidráulica grafados em tinta preta, realizados sob a direção do engenheiro W. Milnor Roberts em 1879 (2 plantas). 1886. Código 4Y/MAP 156 61/07. [6] Planta do porto de Santos: projeto de melhoramentos. Retrata ainda o centro de Santos. Detalhe para as áreas grafadas em vermelho como “zona que deve ser alterada”. 1875. Código 4Y/MAP 158 61/07. [7] Perfil das alturas do cais e pontes de Santos. Nível de cais; preamar de águas vivas; baixamar de águas vivas. Mostra ponte da Alfândega. S/D. Código: 4Y/MAP 201 14/02. [8] Conjunto de diversos estudos referentes a projetos de melhoramentos no porto e cidade. Destaque para estudos na garganta do Monte Serrat, perfis

transversais do projeto de uma estrada entre a cidade de Santos e a praia da Barra, passando pelo caminho do “Tabaquara” (7 plantas). 1884. Código 4Y/MAP 271 21/09. [9] Planta da cidade de Santos, apresentada em 1879 pela comissão chefiada pelo engenheiro Milnor Roberts. 1879. Código 4Y/MAP 544 13/C. [10] Planta do pavimento térreo do projeto para o edifício da Mesa de Rendas Provinciais. 1884. Código 4Y/MAP 596 15/10. [11] Projeto de uma hospedaria de imigrantes em Santos. Detalhes dos cômodos e fachada. 1890. Código: 4Y/MAP 640 16/08.

**Instrumento de Pesquisa:** SIAN (Sistema de informação do Arquivo Nacional) Código geral do fundo 4Y. Seção de guarda CODAC (Coordenação de Documentos Audiovisuais e cartográficos).

**História Administrativa:** Criado em 1906, a partir da divisão do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, teve suas atribuições focadas especificamente nas questões de infra estrutura viária, através do decreto nº 8205 de 08/09/1910. O Ministério da Viação e Obras Públicas tinha como competências todos os temas relacionados às estradas de ferro e de rodagem, à navegação marítima, fluvial ou aérea, além das obras públicas federais do país. Era responsável, ainda, pela exploração e navegabilidade dos rios, bem como a desobstrução e abertura de portos e canais.

**Produtores:** [1] Robert Habersham; Jules Martin. [2] Augusto T. Coimbra. [3] Sem autor. [4] M. R. Brereton's Report. [5] D.S. Sabóia e Silva. [6] J. Ewbank; Nota explicativa de Parreira Horta. [7] Sem autor. [8] Garcia Redondo; Augusto T. Coimbra. [9] W. Milnor Roberts. [10] Garcia Redondo; desenho de Camilo Vedani [Vendani]. [11] Urbano Cândido de Vasconcellos, engenheiro da intendência.

**Proveniência:** Ministério da Viação e Obras Públicas.

**Fontes Relacionadas:** Cia. Docas de Santos e Arquivo Histórico do Exército.

**Observações:** Para acessar os mapas e plantas digitalizados, é preciso consultar o programa “Mr. Sid Viewer”, disponível nos computadores da sala de consulta do Arquivo Nacional.

**Fundo:** Ministério da Instrução Pública Correios e Telégrafos.

**Data-Limite:** 1869/1892

**Tratamento Técnico:** Organizado.

**Organização:** Temática/Cronológica.

**Conteúdo:** Planta da estrada velha de São Paulo a Santos com a linha telefônica. Destaque para a estrada de ferro, Santa Casa, Monte Serrat e Vila Mathias. 1891. Código 50/MAP 03 – 42/SB.

**Instrumento de Pesquisa:** SIAN (Sistema de informação do Arquivo Nacional) Código geral do fundo 50. Seção de guarda CODAC (Coordenação de Documentos Audiovisuais e cartográficos).

**História Administrativa:** Em 1890, nos primeiros meses da república no Brasil, através do decreto n°. 346, de 19/04/1890, foi criado o Ministério da Instrução Pública Correios e Telégrafos, com a competência de

administrar as questões relativas à instrução pública: escolas, academias, institutos e sociedades destinadas ao estudo e ensino das artes, ciências e letras, atribuições anteriormente de competência do Ministério do Interior. O novo ministério ficou responsável, ainda, pela administração dos correios e telégrafos, atribuições provenientes do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Esse ministério teve curta duração, sendo extinto já em 1891, na reforma administrativa que reorganizou a administração federal. Suas atribuições foram divididas entre o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas e o Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

**Produtores:** Carlos Daniel Hath.

**Proveniência:** Ministério da Instrução Pública Correios e Telégrafos.

**Fontes Relacionadas:** Fundo “Cia. City of Santos”, Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento.

**Observações:** Para acessar os mapas e plantas digitalizados, é preciso consultar o programa “Mr. Sid Viewer”, disponível nos computadores da sala de consulta do Arquivo Nacional.

<b>Fundo:</b> Ministério da Guerra
<b>Data-Limite:</b> 1782-1944
<b>Tratamento Técnico:</b> Organizado.
<b>Organização:</b> Temático/Cronológica.
<b>Conteúdo:</b> [1] Planta de Melhoramentos para o porto de Santos. Apresenta sondagens. Destaque para o Arsenal, a Alfândega e o centro de Santos, 1881. Código OG/MAP 58 – 5/3. [2] Planta da Cidade de Santos. Destaque para a área central da cidade com representações da Alfândega, Praça dos Andrades, Largo do Gusmão, Arsenal de Marinha, Chafariz da Imperatriz e outros, s/data. Código OG/MAP 117 – 5/7.
<b>Instrumento de Pesquisa:</b> SIAN (Sistema de informação do Arquivo Nacional) Código geral do fundo OG. Seção de guarda CODAC (Coordenação de Documentos Audiovisuais e cartográficos).
<b>História Administrativa:</b> A origem do ministério remonta à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, criada em Portugal por Alvará de 28/07/1736. Com a vinda da família real para o Brasil, em 1808, a secretaria foi transferida para o país, com as mesmas competências. Era responsável pela nomeação de ministros para representação no estrangeiro, assinatura de tratados de paz, guerra, alianças, comércio e casamentos, deliberava a respeito de questões de guerra e exércitos, administrava os hospitais militares, fortificações militares, bem como toda a burocracia administrativa militar.

Em 1822, logo após a independência, a secretaria foi dividida. As questões diplomáticas passaram a integrar a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, já as questões militares passaram a integrar a Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, que manteve a mesma denominação durante todo o Império. A grande reforma administrativa da república, em 1891, alterou a denominação da secretaria para Ministério da Guerra e o decreto-lei nº 200 de 25/02/1967, alterou-a para Ministério do Exército. Atualmente, o Ministério do Exército foi incorporado, juntamente à Aeronáutica e Marinha, ao Ministério da Defesa.

**Produtores:** Ministério da Guerra.

**Proveniência:** A documentação foi recolhida pelo próprio Ministério no período de 1850 a 1974.

**Fontes Relacionadas:** Arquivo Histórico do Exército.

**Observações:** Para acessar os mapas e plantas digitalizados, é preciso consultar o programa “Mr. Sid Viewer”, disponível nos computadores da sala de consulta do Arquivo Nacional.

**Tema: Fundos Privados**

**Fundo:** Marcos Carneiro de Mendonça

**Data-Limite:** 1600/1988.

**Tratamento Técnico:** organizado.

**Organização:** Temático/Cronológica.

**Conteúdo:** Planta do litoral do estado de São Paulo entre a praia de São Lourenço e Guarujá e bem assim do canal da Bertioga a Mogi das Cruzes / Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo. O mapa apresenta a Ilha de Santo Amaro, o Canal da Bertioga e a Enseada de Bertioga. 1912. UO/MAP 29 – 51/04.

**Instrumento de Pesquisa:** SIAN (Sistema de informação do Arquivo Nacional) Código geral do fundo: UO. Seção de guarda CODAC (Coordenação de Documentos Audiovisuais e cartográficos).

**História Administrativa:** Marcos Cláudio Felipe Carneiro de Mendonça, filho de Alberto Carneiro de Mendonça e Leocádia Carneiro de Mendonça, nasceu a 25/12/1894, em Cataquazes (MG) e faleceu em 19/10/1988, no Rio de Janeiro. Foi atleta, engenheiro, industrial, historiador e conferencista. Com formação autodidata de historiador, comprou diversos documentos, constituindo assim o acervo do Arquivo do Cosme Velho, especialmente no que se refere ao século XVIII, incluindo os do Marquês do Lavradio e Rio Maior. Ingressou no Instituto Histórico e Geográfico, como sócio efetivo, em 1951. Além de artigos na revista do IHG e outros periódicos, escreveu os livros: “O Intendente Câmara”, “O Marquês de Pombal e o Brasil”, “A Amazônia na Era Pombalina”, “Erário Régio” e “Raízes da Formação Administrativa do Brasil”.

**Produtores:** Comissão Geográfica e Geográfica do Estado de São Paulo.

**Proveniência:** A documentação foi doada em 1995, pela Academia

Brasileira de Letras, que a adquiriu do espólio de Marcos Carneiro de Mendonça.

**Observações:** Para acessar os mapas e plantas digitalizados, é preciso consultar o programa “Mr. Sid Viewer”, disponível nos computadores da sala de consulta do Arquivo Nacional.

**Fontes Relacionadas:** Arquivo Histórico do Exército.

**Fundo:** Francisco Bhering

**Data-Limite:** 1700/1937

**Tratamento Técnico:** organizado.

**Organização:** Temático/Cronológica.

**Conteúdo:** [1] Cia Docas: Planta geral do cais mostrando as faixas em tráfego, construídas e em construção no fim do ano de 1897. Indica projetos para armazéns de inflamáveis e corrosivos, e estaleiros e diques para reparos de navios. 1898. Código: F4/MAP 265 – 34/01. [2] Planta da via férrea de São Paulo e parte dos estados vizinhos. Mostra relação com a posição quilométrica e altitudes das estações do Rio de Janeiro a São Paulo, da estrada de ferro Central do Brasil. Mostra a relação com a posição quilométrica e altitudes das principais estações. 1912. Código: F4/MAP 277 – 31/C. [3] San Sebastian Island to Bom Abrigo Island. Carta náutica inglesa com levantamento do litoral sul de São Paulo, com profundidade dos locais e qualidade dos fundos (areia, lama). Mostra

ângulo de alcance dos faróis. 1919. Código: F4/MAP 410 – 34/07.

**Instrumento de Pesquisa:** SIAN (Sistema de informação do Arquivo Nacional) Código geral do fundo: F4. Seção de guarda CODAC (Coordenação de Documentos Audiovisuais e cartográficos).

**História Administrativa:** O engenheiro Francisco Bhering foi um dos primeiros professores da Escola Politécnica de São Paulo. Integrou o “Comitê Eletrotécnico Brasileiro”, criado em 1909, no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro. Entre 1916 e 1922, chefiou a comissão encarregada de elaborar o novo mapa geral do Brasil, trabalho que foi publicado como parte das comemorações do Centenário da Independência. Organizou em 1919 uma escola de radiotelegrafia anexa ao Observatório da Escola Politécnica, no Rio de Janeiro.

**Produtores:** [1] Louiz Ruy. [2] R. Heyse, engenheiro. [3] Amedée Ernest Barthélemy Mouchez, marinha imperial francesa.

**Proveniência:** Não identificada.

**Observações:** Para acessar os mapas e plantas digitalizados, é preciso consultar o programa “Mr. Sid Viewer”, disponível nos computadores da sala de consulta do Arquivo Nacional.

**Fontes Relacionadas:** O mapa nº [2] possui um equivalente no Fundo Academia Brasileira de Letras. Ver também Arquivo Histórico do Exército.

<b>Fundo:</b> Academia Brasileira de Letras
<b>Data-Limite:</b> Não há.
<b>Tratamento Técnico:</b> Organizado.
<b>Organização:</b> Temático/Cronológica.
<b>Conteúdo:</b> Mapa da viação férrea de São Paulo e estados vizinhos. Apresenta tabelas com posições quilométricas e altitudes nas estações ferroviárias e dados estatísticos sobre exportação e importação no ano de 1911 no porto de Santos. 1912. DS/MAP 26 – 08/A.
<b>Instrumento de Pesquisa:</b> SIAN (Sistema de informação do Arquivo Nacional) Código geral do fundo: DS. Seção de guarda CODAC (Coordenação de Documentos Audiovisuais e cartográficos).
<p><b>História Administrativa:</b> No final do século XIX, um grupo de escritores, a partir do êxito da Revista Brasileira, espelhando-se na Academia Francesa, passou a discutir a criação de uma Academia Nacional de Letras. Inicialmente, se aventou a possibilidade de uma instituição ligada ao governo. Diante do desinteresse do Estado, fundou-se, independentemente, a Academia Brasileira de Letras.</p> <p>A primeira sessão preparatória ocorreu no dia 15 de dezembro de 1896, tendo como presidente Machado de Assis. Em 28 de janeiro de 1897 foi realizada a última sessão preparatória, em que compareceram, instalando a Academia: Araripe Júnior, Artur Azevedo, Graça Aranha, Guimarães Passos, Inglês de Sousa, Joaquim Nabuco, José Veríssimo, Lúcio de Mendonça, Machado de Assis, Medeiros e Albuquerque, Olavo</p>

Bilac, Pedro Rabelo, Rodrigo Otávio, Silva Ramos, Teixeira de Melo, Visconde de Taunay, Coelho Neto, Filinto de Almeida, José do Patrocínio, Luís Murat e Valentim Magalhães, Afonso Celso Júnior, Alberto de Oliveira, Alcindo Guanabara, Carlos de Laet, Garcia Redondo, conselheiro Pereira da Silva, Rui Barbosa, Sílvio Romero e Urbano Duarte, ao todo trinta membros. Dada a necessidade de se completarem quarenta membros, a exemplo da Academia Francesa, foram eleitos Azevedo, Barão de Loreto, Clóvis Beviláqua, Domício da Gama, Eduardo Prado, Luís Guimarães Júnior, Magalhães de Azeredo, Oliveira Lima, Raimundo Correia e Salvador de Mendonça, completando o quadro. A sessão inaugural foi realizada em 20 de julho de 1897.

A ABL possui entre suas diretrizes o cultivo da língua portuguesa e da literatura nacional. Possui um rico acervo documental e bibliográfico originário de seus membros.

**Produtores:** R. Heyse, engenheiro; Estab. Weiszflog Irmãos; organizado e desenhado no Escritório Técnico da Comissão dos Prolongamentos e Desenvolvimento da Estrada de Ferro Sorocabana.

**Proveniência:** Não há.

**Observações:** Para acessar os mapas e plantas digitalizados, é preciso consultar o programa “Mr. Sid Viewer”, disponível nos computadores da sala de consulta do Arquivo Nacional.

**Fontes Relacionadas:** Arquivo Histórico do Exército.

<b>Coleção:</b> Proveniência Desconhecida
<b>Data-Limite:</b> 1645/1940
<b>Tratamento Técnico:</b> organizado.
<b>Organização:</b> Temático/Cronológica.
<b>Conteúdo:</b> [1] Canal e porto de Santos. Inclui sondagens do canal de Santos pela Cia. Hidráulica; mostra profundidade do canal e do porto. 1881. Código: F2/MAP 242 – 10/03. [2] Plano das costas e portos desde o Rio da Prata até o Rio de Janeiro (1 mapa em 15 folhas). Inclui um texto explicativo em cada folha. 1776. Código: F2/MAP 92 – 04/05. [3] Plan du port de Santtos (mapa em francês). Inclui sondagens no canal e baía de Santos; mostra a vista da entrada do canal de Santos, Monteserrate e Outeiro; Forte no Guarujá. 1867. Código: F2/MAP 244 – 10/03. [4] Perfil batimétrico da grande laje dos outeirinhos, no canal de entrada do porto de Santos, determinado pela sondagem e sua forma desenhada com a maior aproximação possível, examinada pelo Barão de Tefé que desceu num sino hidráulico, antes de começar a instalação de minas para destruí-las. 1876. Código: F2/MAP 264 – 10/05. [5] Trecho do canal de entrada de Santos, contendo a laje submarina denominada dos Outeirinhos. 1877. Código: F2/MAP 265 – 10/05. [6] Planta hidrográfica da barra e porto de Santos. Inclui sondagens. Mostra localização de sítios e chácaras (“sítio do conselheiro José Bonifácio”, “Chácara de João Macuco”), linhas de bonde e telegráficas, as ruínas da capela de São José, cachoeiras, o Monte Serrat e a Vila de São Vicente. 1876. Código: F2/MAP 291 – 10/06. [7] Mapa parcial dos estados de São Paulo e Minas Gerais com indicação de todas as estradas de ferro em tráfego e em construção, cidades, vilas, povoados,

estações e serras, com altitudes em referências ao mar. 1893. Código: F2/MAP 344 – 63/06. **[8]** Município de Santos. Mostra toda a baía de Santos, traz ainda São Vicente e a Ilha de Urubuquessaba (antiga Ilha das Cobras); o loteamento apresenta todos os canais numerados. 1940. Código: F2/MAP 375 – 63/06. **[9]** Largo de São Vicente. Mostra linha telegráfica e Vila de São Vicente. Santos não consta nesse mapa. 188?. Código: F2/MAP 378 – 11/02.

**Instrumento de Pesquisa:** SIAN (Sistema de informação do Arquivo Nacional) Código geral da coleção F2. Seção de guarda CODAC (Coordenação de Documentos Audiovisuais e cartográficos).

**História Administrativa:** Como a coleção é formada por documentos das mais diversas origens não identificadas, não é possível estabelecer uma contextualização histórica da produção dos documentos. Cabe apenas uma indicação dos mesmos pelas informações contidas.

**Produtores:** **[1]** Proveniência desconhecida. **[2]** José Custódio de Sá e Faria. **[3]** Mr. E. Mouchez, capitaine de frigate; commandant Le Lamotte Piquet, assisté de M. Mrs. De Libran Turquet, Boistel, Janet Guidou officiers Du det Bâtimet. **[4]** Antônio Luis Von Hoonholtz, Barão de Tefé, capitão de Fragata. **[5]** Proveniência desconhecida. **[6]** Adolpho Pereira Pinheiro; Antônio Luis Von Hoonholtz, Barão de Tefé. **[7]** Arthur H. O'Leary, engenheiro da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo. **[8]** José Castiglione, cartógrafo; Colaborador: Francisco Martins dos Santos, historiador. **[9]** Proveniência desconhecida.

**Proveniência:** Coleção formada no Arquivo Nacional com documentos cartográficos e iconográficos de proveniência não determinada.

**Fontes Relacionadas:** Arquivo Histórico do Exército e Divisão de

Cartografia da Biblioteca Nacional.

**Observações:** Para acessar os mapas e plantas digitalizados, é preciso consultar o programa “Mr. Sid Viewer”, disponível nos computadores da sala de consulta do Arquivo Nacional.

### 1.10. Outros Fundos de Interesse

**Coleção:** Série Educação – Ensino Técnico

**Data–Limite:** 1850-1916

**Tratamento Técnico:** Organizado

**Organização:** Cronológica

**Conteúdo:** Pedido de regulamentos e Leis referentes à Instrução Pública pela Academia de Comércio de Santos (15/04/1908). Pedido de Remessa regular do Diário Oficial para o Arquivo da Academia de Comércio de Santos (15/03/1908)> Documentos referentes ao pedido do Dr. Porchat de Assis, diretor da Academia de Comércio de Santos pedindo equiparação do Curso Gymnasial anexo a mesma academia, tendo mudado a sua denominação para Gymnásio Santista José Bonifácio.

**Instrumento de Pesquisa:** SIAN (Sistema de informação do Arquivo Nacional) Código geral da coleção 96.

**História administrativa:** Parte da Documentação foi recolhida pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, em 1908. Na década de 60,

o professor francês Henri Boullier de Branche, liderando um grupo de trabalho nas dependências do Arquivo Nacional, estabeleceu um quadro de arranjo para o acervo textual, criando algumas séries funcionais que classificam parte da documentação dos ministérios e seus órgãos de acordo com suas funções ou atividades. Criaram-se assim as séries documentais específicas para cada órgão, subdivididas, ainda, em atividades secundárias. Dessa forma, “Ensino Técnico” corresponde a uma subsérie da série “Educação”.

**Produtores:** Ministério da Justiça e Negócios Interiores

**Proveniência:** Documentação recolhida pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores em 1908.

**Fontes relacionadas:** Ver o Verbetes “Instrução Pública” – Arquivo do Estado de São Paulo. Fundo “Intendência Municipal de Santos” – FAMS.

<b>Coleção:</b> Ordens Honoríficas
<b>Data-Limite:</b> 1808-1889
<b>Tratamento Técnico:</b> Organizado.
<b>Organização:</b> Cronológica
<b>Conteúdo:</b> Concessões de mercês a Antonio Carlos Ribeiro de Andrada e Martim Francisco Ribeiro de Andrada. Hábito da Ordem de Cristo com rubrica do regente Dom João e assinatura de Dom Fernando José de Portugal, autorizando-os a professarem na matriz de Santos. Nomeação de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada como provedor da fazenda dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos da comarca de São Paulo em 31/01/1812. A coleção é organizada em códices, os documentos relativos a Santos se encontram no Códice 137 volume; Códice 15, volume 10 e na caixa 787.
<b>Instrumento de Pesquisa:</b> SIAN (Sistema de Informação do Arquivo Nacional) sob o Código 69
<b>História Administrativa:</b> As ordens honoríficas no Brasil começaram a ser conferidas com a vinda da família real portuguesa em 1808. Em Portugal, desde o século XV, esses títulos e honrarias eram concedidos a pessoas consideradas merecedoras por serviços prestados ao Estado. A concessão desses títulos conferia ao portador certas distinções. As graças honoríficas são os brasões de armas de nobreza e fidalguia, as medalhas humanitárias, os títulos de nobreza, as ordens honoríficas, os títulos de conselho, os foros de fidalguia, os ofícios das casas real e imperial e os tratamentos e títulos de real e imperial

concedidos à empresas. Algumas dessas ordens são: a Ordem de São Bento de Aviz, de São Tiago da Espada, de Santa Cruz, de Dom Pedro I, a de Cristo, a Imperial do Cruzeiro e da Rosa. É importante ressaltar que essas ordens não estão restritas ao período monárquico sendo concedidas ainda hoje pelo poder público nas suas diversas instâncias.

**Produtores:** Governo do Império do Brasil

**Proveniência:** Os documentos que compõem essa coleção foram separados dos demais documentos dos processos de concessão de honrarias que por sua vez deram origem a coleção Graças Honoríficas.

**Fontes Relacionadas:** Coleção Graças Honoríficas, Código 37, Arquivo Nacional/RJ.

**Observações:** O acesso a essa documentação encontra-se restrito devido a necessidade de organização.

**Fundo:** Fisicatura-Mor

**Data-Limite:** 1808-1828

**Tratamento Técnico:** Organizado

**Organização:** Cronológica

**Conteúdo:** Registro de Provisão a Salvador Machado de Oliveira, morador da Vila de Santos, atendendo ao pedido para ser examinado nas “artes de Sangria e Cirurgia” pelo físico-mor da Capitania de São Paulo, por estar impossibilitado de se apresentar na Corte no Rio de Janeiro. O fundo é organizado em códices, o documento citado faz

parte do Códice 145 volume 06.

**Instrumento de Pesquisa:** SIAN (Sistema de Informação do Arquivo Nacional) Código 20

**História Administrativa:** A fiscalização e a regulamentação da prática médica, as chamadas “artes de curar”, estavam a cargo da Fisicatura-mor, criada em 1591 em Portugal, com delegados nas colônias. A partir de 1808, com a chegada da corte, a Fisicatura instalou-se no Brasil. Foram criados os cargos de físico-mor e cirurgião-mor, que expediam licenças para o exercício das profissões de cirurgião, sangrador, farmacêutico e dentista. Atendiam também a pedidos de exame de licenças para vender drogas medicinais, de habilitações para estrangeiros e concediam autos de exames e nomeações para boticários.

Foi extinta por volta de 1828, com a criação das escolas de medicina de Salvador e do Rio de Janeiro.

**Produtores:** Conselheiro José Corrêa Picenço

**Proveniência:** A documentação foi recolhida pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império em 1861 e 1864.

**Fontes Relacionadas:** Ver tema Higiene Pública – Arquivo do Estado de São Paulo e Fundo Câmara Municipal de Santos. FAMS/Santos.

<b>Coleção:</b> Negócios de Portugal
<b>Data-Limite:</b> 1596-1851
<b>Tratamento Técnico:</b> Organizado
<b>Organização:</b> Cronológica
<b>Conteúdo:</b> Representação do Senado da Câmara da Vila de Santos, Capitania de São Paulo, sobre conflitos de jurisdição com o Conselho da Fazenda. Lisboa 03/11/1807. O documento é encontrado na caixa 692 pacote 2.
<b>Instrumento de Pesquisa:</b> SIAN (Sistema de Informação do Arquivo Nacional) Código 59
<b>História Administrativa:</b> A coleção Negócio de Portugal reúne uma vasta documentação proveniente de diversos fundos da administração portuguesa, agrupados de acordo com os órgãos produtores do Império português. Foi transferida para o Brasil juntamente com a família real, em 1808. Como a coleção foi reunida aleatoriamente, não é possível estabelecer uma contextualização histórica, cabendo apenas citá-los por seu conteúdo de interesse para a história de Santos.
<b>Produtores:</b> Conde da Lapa, Lazaro da Silva Ferreira, Nicolao de Miranda Silva de Marcos, Ayres Pinto de Souza.
<b>Proveniência:</b> Gabinete do Rei e Ministério do Reino
<b>Observações:</b> Este fundo contém despachos e pareceres do Príncipe Regente com respeito a requerimentos e processos de Portugal e suas

colônias
<b>Fontes Relacionadas:</b> Fundo Câmara Municipal de Santos FAMS/SANTOS.

<b>Coleção:</b> Diversos Códices
<b>Data-Limite:</b> 1612-1954
<b>Tratamento Técnico:</b> Organizado.
<b>Organização:</b> Temática.
<b>Conteúdo:</b> Traslado de títulos de terra pertencentes a Nossa senhora da Conceição de Araçariguama anexo aos Autos de Medição feitos pelo juízo ordinário da Vila de Parnaíba. O documento menciona Vila de São Vicente. A coleção é organizada em códices sendo o documento encontrado no código 806.
<b>Instrumento de Pesquisa:</b> SIAN (Sistema de Informação do Arquivo Nacional) Código 59
<b>História Administrativa:</b> A Coleção Diversos Códices reúne uma documentação oriunda de diversos fundos de proveniência não identificada, que se encontravam sob a guarda da extinta Seção de Documentação Histórica, portanto, não é possível estabelecer uma contextualização histórica, cabendo apenas citá-los por seu conteúdo.
<b>Produtores:</b> Diversos códices

**Proveniência:** Não identificada.

**Observações:** A coleção se encontra microfilmada sob os códigos:  
021.0.74 à 026.0.79.

## 2 - FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

<b>Subordinação Administrativa:</b> Ministério da Cultura	
<b>Endereço:</b> Av. Rio Branco, nº. 219, Centro – Rio de Janeiro / RJ – Brasil – CEP 20040-008.	
<b>Endereço Eletrônico:</b> www.bn.br	<b>E-mail:</b> cada divisão ou coordenadoria possui e-mail próprio, disponível através da página eletrônica da Biblioteca.
<b>Telefones:</b> +55 (21) 3095-3879 / Fax 3095-3811	
<b>Responsável:</b> Muniz Sodré de Araújo Cabral (Presidente da FBN)	
<b>Atendimento ao Público:</b> Aberto ao público, sem necessidade de agendamento.	<b>Horário:</b> Segundas a sextas-feiras, das 9h às 20h. Sábados, das 9h às 15h. Horário válido exceto para as salas de leitura das coleções especiais, que funcionam de segundas a sextas-feiras, das 10h às 16h. A requisição de obras em qualquer setor só é permitida até uma hora antes do término do expediente.
<b>Reprodução:</b> Mediante autorização da instituição e pagamento de taxa.	

**Histórico da Instituição:** A Biblioteca Nacional tem a sua origem na Real Biblioteca, transferida para o Brasil, quando da chegada da família real em 1808.

O acervo trazido para o Brasil era composto de aproximadamente 60 mil peças, entre livros, manuscritos, mapas, estampas, moedas e medalhas, acomodadas, num primeiro momento, no Hospital do Convento da Ordem Terceira do Carmo. Em 29 de outubro de 1810, um decreto do Príncipe Regente determinou que as catacumbas do mesmo convento acomodassem a Real Biblioteca. Essa data é considerada como a data oficial de fundação da Real Biblioteca no Brasil.

Em 1821, quando a família real voltou para Portugal, grande parte dos manuscritos do acervo foi levada de volta. Após a independência, a Biblioteca Real foi comprada pelo Brasil, em 29 de agosto de 1825.

Em 1990, a Biblioteca Nacional, em conjunto com a Biblioteca Euclides da Cunha, no Rio de Janeiro e o Instituto Nacional do Livro, com sua Biblioteca Demonstrativa de Brasília, passam a integrar a Fundação Biblioteca Nacional, que, além de biblioteca, é também a sede do Escritório de Direitos Autorais e abriga a Agência Nacional do ISBN (International Standard Book Number).

A FBN é a única beneficiária da Lei 10.994 de 14 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o Depósito Legal, cujo objetivo é assegurar o registro e a guarda da produção intelectual nacional.

**Observação:** A Biblioteca Nacional possui um serviço de consulta ao seu acervo, direcionado aos pesquisadores que residem fora do município do Rio de Janeiro e do Grande Rio. A DINF (Divisão de Informação Documental) disponibiliza, via internet ou telefone, informações bibliográficas e sobre o acervo, além de prestar serviços de

informação, como pesquisa e reprodução do acervo. O acesso é feito através da página principal da Biblioteca, clicando no item "Serviços aos Leitores", e no sub item "Atendimento à Distância", e é necessário preencher um formulário de consulta.

## 2.1. Divisão de Manuscritos

**Data-Limite:** 1648/1876

**Tratamento Técnico:** Organizado.

**Organização:** Temática.

**Conteúdo:** [1] Cartas da Bahia. Cartas com diversas instruções para as Câmaras de Santos, São Vicente e São Paulo. 1648/1685. Código: 07,01,029 (novo) ou I-4,1,42 (antigo) e 08,03,001 (novo). [2] Cartas e representações de engenheiro sobre a construção da estrada de ferro. 1876. Código: 04,03,022 (novo) ou I-2,3,39 (antigo) e II-31,24,24 (antigo). [3] Levantamento econômico da capitania de São Paulo. 1782. Código: 22,2,43 (novo) ou II-35,26,29 (antigo). [4] Livro de registro de provisões. 1721/1723. Código: 04,02,001 (vol.1), 04,02,002 (vol.2), 04,002,003 (vol. 3), 04,02,004 (vol. 4) e I-2,2,021 (antigo, que reúne os quatro num código só). [5] Coleção Morgado de Mateus (microfilmada). 1765/1775. Códigos: 21 I-30,9-29 cofres ou 5,4,9 ou 17,2,21.

**Instrumento de Pesquisa:** catálogo de manuscritos sobre São Paulo, existentes na Biblioteca Nacional, publicado nos Anais da Biblioteca Nacional, vol. 74, 1954, páginas 49 a 212 e banco de dados. Nem todos

os códigos identificados nessa publicação foram localizados no banco de dados. É preciso uma consulta muito criteriosa.

**História Administrativa/Biografia:** Por ser uma coleção formada por documentos das mais diversas origens, não é possível estabelecer uma contextualização histórica da produção dos documentos. Cabe apenas uma indicação dos mesmos pelas informações contidas.

O arquivo de Mateus foi comprado pela Biblioteca Nacional em 1959 da Casa de Mateus em Portugal. D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, governou a Capitania de São Paulo entre 1765 e 1775. No início de seu governo na Capitania permaneceu em Santos de julho de 1765 a abril de 1766 para resolver problemas com a Provedoria da Fazenda. De acordo com as diretrizes estabelecidas por Pombal, Ministro Português responsável por sua nomeação, implementou a exploração do território, melhorando o povoamento e a urbanização; incentivou a economia, fortalecendo a agricultura voltada para a exportação, principalmente do açúcar. Nesse contexto, aprimorou os caminhos para o Porto de Santos, fortaleceu e reorganizou as defesas militares no litoral, iniciou a construção do Fortim da Praia do Góes (ilha de Santo Amaro) para melhorar as defesas da Fortaleza da Barra Grande, reformou e ampliou o Forte de São Felipe no Canal de Bertioga, medidas que fortaleceram a defesa do Porto de Santos. Reorganizou ainda a burocracia administrativa da Capitania.

**Produtores:** Governadores gerais e Vice-reis do Brasil; São Paulo Railway Company Ltda.

**Procedência:** A Coleção Morgado de Mateus foi adquirida em 1960, os demais conjuntos têm procedência não identificada.

**Observações:** Existem dois tipos de códigos – o antigo e o novo. O código antigo é caracterizado por um algarismo romano seguido de algarismos arábicos. No código atual, apenas algarismos arábicos.

**Fontes Relacionadas:** Ver no arquivo do Estado de São Paulo um volume de grandes dimensões com correspondências de Morgado de Mateus (1765/1771) na referência E00023. A coleção Morgado de Mateus da BN possui um instrumento de pesquisa publicado.

## 2.2. Divisão de Cartografia

**Data-Limite:** 1775/1910.

**Tratamento Técnico:** Organizado.

**Organização:** Temática.

**Conteúdo:** Coleção Morgado de Mateus (séc. XVIII); Mapas e plantas da barra de Santos (séc. XVIII, XIX); Plantas e mapas da vila e praça de Santos (séc. XVIII); Plantas e projetos de Saturnino de Britto (1910); Mapas e cartas cartográficas do Estado de São Paulo, Santos e região (séc. XVIII, XX); Plantas do porto e lagamar de Santos (séc. XX); Cartas topográficas do continente do Sul e parte meridional da América portuguesa (1775).

**Instrumento de Pesquisa:** Banco de dados “Projeto Biblioteca Virtual” da cartografia histórica dos séculos XVI e XVIII.

**História Administrativa/Biografia:** O setor cartográfico da Biblioteca Nacional possui um vasto acervo, originário em boa parte, da Real Biblioteca de Lisboa, transferida para o Rio de Janeiro quando da vinda da Corte Portuguesa para o Brasil.

Ao longo do tempo, esse acervo foi ampliado através de diversas doações e aquisições.

Atualmente, o acervo conta com mais de 22.000 mapas, manuscritos e impressos, e por volta de 2.500 atlas de grande relevância para a pesquisa, disponíveis para consulta no setor.

Os mapas mais antigos que retratam a capitania de São Paulo, com destaque para Santos e região, em sua maioria fazem parte das coleções Morgado de Mateus e Bernardo José Maria de Lorena e Távora, ambos governadores da capitania no século XVIII, porém, existem também diversas plantas posteriores a esse período, dos séculos XIX e XX, que estão disponíveis no banco de dados geral da Biblioteca Nacional.

**Produtores:** Diversos autores.

**Procedência:** Aquisições e doações de particulares.

**Fontes relacionadas:** Arquivo Histórico do Exército e Arquivo do Itamaraty no Rio de Janeiro.

**Observações:** Todos os documentos aqui relacionados estão digitalizados e disponíveis no banco de dados do setor de cartografia da Biblioteca Nacional.

### 2.3. Coordenadoria de Periódicos

**Data-Limite:** 1850/1925

**Tratamento Técnico:** Organizado.

**Organização:** Onomástica e cronológica.

**Conteúdo:** Publicação de relatório da Comissão de Saneamento de Santos ao Secretário da Agricultura (1907/1909); A Lei (2 números) (1877); Relatório da Associação Protetora da Infância Desvalida de Santos (1916/1917); A Palavra: Revista de ação social (1922/1925); Revista Flamma (1923); O Mercantil (1850/1868); O Médico Popular / O Atleta (1851/1852); A Civilização (1861); A Vida Santista – Kinzenário Ilustrado (1908); Luiz Gama, Orgam do Club Luiz Gama (1888); O Piratiny (2 números) (1886); O Verso (1907); Revista Santos Ilustrado (colorida) (1903); Relatório da Associação Comercial de Santos (1876/1883); Relatório da Associação Feminina Santista (1915/1917).

**Instrumento de Pesquisa:** banco de dados do setor.

**História Administrativa/Biografia:** Criada em 1992, a Divisão de Publicações Seriadas possui em seu acervo as principais publicações, entre jornais e revistas, publicadas no Brasil.

Com uma vida comercial, política e social intensa, cresceu em Santos a necessidade de uma forma de divulgação dos fatos ocorridos, além de uma forma de documentar o cotidiano na cidade, fato esse que faz surgir a produção de jornais impressos e revistas, trazendo assim, uma evolução rápida para esse meio de comunicação.

As publicações foram várias e atendiam a característica necessária para a qual era produzida, por exemplo, a “Revista Comercial” de 1849, que pertencia ao médico alemão Guilherme Délius e era impresso pela Tipografia Comercial, que também pertencia a ele (acredita-se ter sido o 1º jornal impresso da cidade) e “O Comercial” de 1855, ambos de objetivos comerciais. No âmbito político temos “O Porvir, O Embrião e o Pirata” de 1881-1883 e de caráter social “O Semanal” de 1881.

Além dos jornais impressos, havia uma grande produção de revistas de cunho literário, social, esportivo ou institucional, que serviriam para a divulgação de eventos, obras e atividades das diversas instituições, por exemplo o Álbum Comemorativo do 1º Centenário da Sociedade Portuguesa de Beneficência, que contava com toda a história da associação, trazendo informações de seus diretores, médicos e outros temas de interesse. Outro exemplo foi a edição comemorativa do Clube XV, que comemorava 110 anos da instituição e contava a história do clube.

**Produtores:** As redações dos periódicos.

**Procedência:** Aquisições e doações de particulares.

**Fontes Relacionadas:** Arquivo Edgar Larenholt (Unicamp) e Instituto de Estudos Brasileiros (USP).

**Observações:** Alguns exemplares dos periódicos se encontram no setor de obras raras da BN.

## 2.4. Divisão de Iconografia

**Data Limite:** 1615 - 1940

**Tratamento Técnico:** organizado.

**Organização:** temática.

**Conteúdo:** Fotografias: [1] Câmara Municipal. 1849-1923. [2] O porto de Santos. 1903. [3] Porto de Santos. 1907. [4] Posto fiscal de Itapema. 1907. [5] Praia do Gonzaga. 1907. [6] Vistas de Santos. 1909 (várias fotos). [7] Panorama geral da Barra. 1925. [8] Monte Serrat e posto do telégrafo. 1925. [9] Canal de entrada Paquetá. 1925. [10] Barra Vila Mathias, novos bairros. 1925. [11] Barra Ilha Porchat e Itaipú. 1925. [12] Guarujá. 1925. [13] Estátua Andradas, lado norte. 1940. [14] Fotografias da São Paulo Railway Company, de datas não identificadas (2 fotos).

Cartões postais: Cartão postal do Mercado e Monte Serrat. 1930. Série de cartões postais, cartão postal da saída do Porto de Santos 190?, largo do Carmo e rua Augusto Severo 1902, panorama da cidade 1902, parque balneário e Avenida Ana Costa 1902;

Gravuras: Imagem de Santos de Spilbergem 1615, reproduções de quadros de Benedito Calixto;

Xilogravura: de vista da Cidade de Santos.

**Instrumento de Pesquisa:** Banco de dados do setor.

**História Administrativa/Biografia:** O setor iconográfico é composto por um grande número de imagens, entre gravuras, fotografias, pinturas, desenhos e outros, de diversos autores, como Albrecht Dürer, Augusto

Malta, Carlos Oswald, Emílio Goeldi, Francis Frith, J. Carlos, Jean Baptiste Debret, Johann Moritz Rugendas, Marc Ferrez, Oscar Niemeyer, Thomas Ender e Volpi.

Além do expressivo acervo de imagens de arte e arquitetura, destacam-se diversas fotografias, gravuras e cartões postais representando a cidade de Santos e região, constituindo, assim, uma importante fonte de informação para a história e memória da cidade.

**Produtores:** Diversos autores já citados.

**Procedência:** Aquisições e doações de particulares.

**Fontes Relacionadas:** Setor Iconográfico do Museu Paulista (USP) / Setor iconográfico da Fundação Arquivo e Memória de Santos.

**Observações:** Além da base de dados, é importante uma consulta ao antigo fichário do setor.

## **2.5. Divisão de Obras Gerais**

Trata-se do setor de biblioteca propriamente dito, com um acervo de mais de um milhão de obras, provenientes de compras, doações e do depósito legal. Entre outras, podem ser encontradas neste acervo diversas obras publicadas em Santos e sobre Santos, como por exemplo obras de Saturnino de Brito, artigos sobre o saneamento de Santos, livros a respeito da Santa Casa de Misericórdia de Santos, a Cia. Docas de Santos, porto de Santos, obras de e sobre José Bonifácio de Andrada e Silva.

O acervo está disponível para consulta, através do site da biblioteca, na opção "Catálogos".

### 3 - INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

<b>Subordinação Administrativa:</b> Instituição autônoma.	
<b>Endereço:</b> Av. Augusto Severo, nº. 8, 9º/13º andar, Glória, Rio de Janeiro / RJ – Brasil – CEP 20021-040	
<b>Endereço Eletrônico:</b> www.ihgb.org.br	<b>E-mail:</b> info@ihgb.org.br
<b>Telefones:</b> +55 (21) 2252-4430 e 2509-5107	
<b>Responsável:</b> Presidente Arno Wehling.	
<b>Atendimento ao Público:</b> Aberto ao público, sem necessidade de agendamento prévio, exceto para visitas ao museu, que devem ser programadas.	<b>Horário:</b> Sala de Leitura (10º andar, acervos da Biblioteca, Arquivo e Mapoteca): segundas a sextas-feiras, das 9h30min às 17h. Museu (12º andar, visitas programadas): segundas a sextas-feiras, das 10h às 17h. Secretaria (10º andar): segundas a sextas-feiras, das 9h às 17h.
<b>Reprodução:</b> Mediante autorização da instituição.	

#### 3.1. Acervo Textual:

**Data-Limite:** 1563-1951

**Tratamento Técnico:** Organizado.

**Organização:** Cronológica, onomástica e temática.

**Conteúdo:** Cópias de correspondências diversas, reunidas em coleção (ex: cópia de carta do Pe. Leonardo Nunes escrita de São Vicente a 23/06/1565 e cópia de uma carta de José de Anchieta em 1563); cópias de Documentos do Conselho Ultramarino (1698 a 1799); Documentos de D. Pedro II (certificados, desenhos, rascunhos de poesias); Coleções particulares; Coleção IHGB (documentos acumulados através de doações e aquisições).

**Outros Acervos:** Publicações - Revistas do IHGB (contendo artigos de sócios e transcrições de documentos diversos); Bibliográfico, Hemeroteca, Tridimensional (Museu), Iconográfico, Mapoteca.

**Instrumento de Pesquisa:** Inventários organizados cronologicamente ou por série, consignando a entrada pelos seus autores; Relação do conteúdo das caixas; Catálogo em fichas desdobradas onomasticamente e por assuntos; Banco de dados dos arquivos “Paulo de Frontin”, “Hélio Viana”, “Fonseca Hermes”, “João Severiano”, “Wanderley Pinho” e “Victorino Chermont de Miranda”.

**História Administrativa/Biografia:** Em 1838, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, inspirado no modelo do Institute Historique, fundado em Paris, em 1834. A criação do Instituto foi uma resposta aos anseios de formação de uma identidade nacional.

Foram apresentadas propostas para sua criação na antiga Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, a atual Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. Recebeu, desde o início, grande incentivo e patrocínio do

imperador D. Pedro II. A partir de 1849 esta ligação tornou-se mais estreita, sendo as reuniões do instituto realizadas em uma das salas do Paço Imperial.

O objetivo maior dos intelectuais e literatos, comprometidos com a consolidação da monarquia brasileira, que se reuniam no IHGB era debater os rumos da historiografia nacional, pois isso significava a fundação da nacionalidade e da identidade do povo brasileiro.

Ao longo de sua existência, o Instituto caracterizou-se por inúmeras atividades culturais, reunindo um significativo acervo bibliográfico, hemerográfico, arquivístico, iconográfico, cartográfico e museológico, realizando também cursos, conferências, congressos e etc.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tornou-se um centro de estudos e pesquisas, disponibilizando ao público seu acervo para pesquisas em diversos ramos científicos.

**Produtores:** Por tratar-se de fundos e coleções de diversas origens, não é possível identificar a totalidade dos produtores do acervo.

**Procedência:** Aquisições e doações de particulares.

**Fontes Relacionadas:** Projeto Resgate Barão do Rio Branco.

#### 4 – MUSEU NACIONAL (UFRJ)

<b>Subordinação Administrativa:</b> Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	
<b>Endereço:</b> Quinta da Boa Vista, São Cristóvão - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20940-040	
<b>E-mail:</b> maze@mn.ufrj.br / regi@mn.ufrj.br	<b>Endereço Eletrônico:</b> www.museunacional.ufrj.br/
<b>Telefones:</b> +55 (21) 2562-6921	
<b>Responsável:</b> Maria José Veloso da Costa Santos (Chefe da Seção)	
<b>Atendimento ao Público:</b> Sem necessidade de agendamento.	<b>Horário:</b> Segundas a sextas-feiras, das 9h às 17h.
<b>Reprodução:</b> Informação indisponível.	

<b>Data-Limite:</b> 1810 aos dias atuais
<b>Tratamento Técnico:</b> Organizado parcialmente.
<b>Organização:</b> Onomástica / cronológica / temática.
<b>Conteúdo:</b> [1] Recebimento da oferta do deputado Martim Francisco Ribeiro de Andrade, em nome dos herdeiros de José Bonifácio, do gabinete de mineralogia. 1838. Código: BR/MN/MN/DR Pasta 2 – Doc.

75. [2] Relação de minerais que se encontravam em exposição na antiga sala José Bonifácio, conforme sistemática de Lapparent. 1815/1991. Código: MN – Geologia e Paleontologia. Caixa 35 – pasta 12. [3] Aviso ao juiz interino da Alfândega da Corte de que foi encontrada uma máquina de descaroçar algodão dentro de um caixão com letreiro a José Bonifácio de Andrada. 1827. Código: BR/MN/MN/DR/CO/RA.1/159 Pasta 42V e 43. Relação dos objetos do Museu Nacional oferecidos pelos herdeiros de José Bonifácio. 1838. Código: BR/MN/MN/DR/CO/RA.1/159 Pasta 154 e 155. Existe uma referência a esta mesma relação no código MN/Antropologia – Caixa 14 – pasta 1.

**Instrumento de Pesquisa:** Em convênio com o Arquivo Nacional, o Museu utiliza como instrumento de pesquisa o SIAN, disponível apenas na Intranet do museu. O museu pretende disponibilizar em breve os dados referentes ao acervo na base Minerva da UFRJ, no endereço [www.minerva.ufrj.br](http://www.minerva.ufrj.br).

**História Administrativa/Biografia:** Inicialmente denominado Museu Real, o Museu Nacional foi criado em 1818, por D.João VI, para promover a cultura e a economia do Brasil. Está localizado no Paço de São Cristóvão desde 1892, quando mudou-se do Campo de Sant'Anna. Em 1946 foi incorporado à Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e é considerado a mais antiga instituição científica do Brasil, além de ser o maior museu de história natural e antropológica da América Latina.

O Arquivo Histórico possui documentos que remontam aos primórdios do trabalho científico no Brasil. Além disso, o Museu realiza pesquisas em diversas áreas, através dos Departamentos de Antropologia, Botânica, Entomologia, Invertebrados, Vertebrados, Geologia e Paleontologia. Possui também um Horto Botânico e uma Biblioteca Central aberta ao

público.

**Produtores:** José Bonifácio de Andrada e Silva e família.

**Proveniência:** Acumulação natural dos Departamentos, e compra e doação de acervos particulares.

**Fontes Relacionadas:** Coleção José Bonifácio de Andrada e Silva, Museu Paulista - USP

## 5 – ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO (AHEX)

<b>Subordinação administrativa:</b> Ministério da Defesa	
<b>Endereço:</b> Palácio Duque de Caxias, Pça. Duque de Caxias, nº25, 6º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ / Brasil – CEP 20221-260.	
<b>Endereço Eletrônico:</b> www.ahex.ensino.eb.br	<b>E-mail:</b> ahex@dep.ensino.eb.br
<b>Telefones:</b> +55 (21) 2519-5351 ou 2519-5189 / 5355	
<b>Responsável:</b> Ten. Cel. Clayton Pereira Muniz (Diretor do AHEX)	
<b>Atendimento ao Público:</b> Não há necessidade de agendamento prévio.	<b>Horário:</b> Acervo documental: segundas-feiras, das 13h30min às 16h - terças a quintas-feiras, das 8h30min às 11h.  Divisão de História: segundas, das 13h às 16h30min, terças a quintas-feiras, das 8h às 11h30min.
<b>Reprodução:</b> Mediante autorização da instituição.	

<b>Data-Limite:</b> 1808/1960
<b>Tratamento Técnico:</b> Organizado.
<b>Organização:</b> Temática.
<b>Conteúdo:</b> certidões de tempo de serviço; folhas de alterações e assentamentos de militares; dados para defesa da união.
<b>Instrumento de Pesquisa:</b> Índice organizado por estado.
<b>Outros Acervos:</b> Iconográfico (1894/1960); Cartográfico (Projetos e plantas de fortes e fortalezas de Santos e região (1849/1917) / Plantas e Cartas cartográficas da Vila de Santos, costa e região (1798/1890) / Planos de defesa de Santos, elaborados pela Comissão de Defesa de Santos (1897);
<b>Instrumento de Pesquisa:</b> o acervo cartográfico também pode ser consultado através do site da instituição, no link acervo digital. Há alguns mapas de Santos e região digitalizados.
<b>História Administrativa/Biografia:</b> Com a vinda da Família Real portuguesa para o Brasil, em 1808, o Arquivo Histórico do Exército foi criado na Cidade do Rio de Janeiro, inicialmente denominado "Real Archivo Militar", transformou-se em Organização Militar (OM) em 1934, recebendo o nome de Arquivo do Exército. Em 1986 passa a se chamar Arquivo Histórico do Exército.  Tem por função preservar a memória do Exército Brasileiro, dessa forma,

seu acervo é constituído por cartas gerais, particulares, geográficas e topográficas do Brasil e dos Domínios Ultramarinos. Com o tempo, incorporou documentos provenientes dos antigos ministérios, por exemplo o Ministério da Guerra e Negócios Estrangeiros, e outros Ministérios.

**Produtores:** O Exército Brasileiro e os diversos Ministérios.

**Proveniência:** Acumulação natural dos órgãos produtores.

**Fontes Relacionadas:** Ver também seção de documentos cartográficos do Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional.

**Observações:** No momento da visita, não foi possível o levantamento do acervo textual, pois encontrava-se em fase de organização, estando “separado” por tema, o que dificultaria a pesquisa de documentos relacionados a Santos, vale, porém, uma consulta mais detalhada.

## 6 – CIA. DOCAS DE SANTOS

<p><b>Subordinação Administrativa:</b> Docas Investimentos S/A.</p>
<p><b>Endereço:</b> Praia de Botafogo, 228, sala 402, Botafogo, Rio de Janeiro – RJ / Brasil – CEP 22250-040</p>
<p><b>Telefones:</b> +55 (21) 2553-7376 / 2553-2858</p>
<p><b>Responsável:</b> José Carlos Hardman (Membro do Conselho Administrativo)</p>
<p><b>Atendimento ao Público:</b> Necessária prévia autorização e agendamento para consulta ao acervo.</p>
<p><b>Reprodução:</b> Mediante autorização da instituição.</p>

<p><b>Data-Limite:</b> 1890/1986</p>
<p><b>Tratamento Técnico:</b> Não organizado.</p>
<p><b>Conteúdo:</b> Publicações; Livros de registro de acionistas; Livros de ata de sessões da diretoria e do conselho fiscal; Livros de atas de Assembléias Gerais da Docas; Livros de presença dos acionistas nas Assembléias Gerais da Docas; Livros de contabilidade; Catálogos, estudos e gráficos das obras do cais de Santos; Cadernos de anotações a respeito de obras; Cadernos de anotações técnicas do Engenheiro Chefe Guilherme Benjamin Weinschenck.</p>

**Outros Acervos:** Iconográfico (Álbuns fotográficos de 1892/1977); Mapoteca.

**Instrumento de Pesquisa:** Não possui.

**História Administrativa/Biografia:** O início da atuação da Companhia Docas se dá com a oportunidade de concessão para a construção de um cais para o porto da cidade de Santos. Em 1888, após várias tentativas de empresas privadas, e até através da intervenção do Estado, é dado início às obras pela Companhia de Gafreé e Guinle, que recebeu uma concessão do Governo Imperial para ser a concessionária da obra. O contrato dava, ainda, à Companhia explorar por 90 anos os serviços de embarque e desembarque do porto santista.

Em 2 de fevereiro de 1892 é inaugurado o primeiro trecho de cais, e em 3 de novembro, já com o porto em operação, a Gafreé, Guinle & Cia incorporam associados, formando a Cia. Docas de Santos, que além da construção e exploração do porto, tinha como objetivos o comércio em geral e os serviços de comissárias, agências de navegação e transportes terrestres.

A principal modificação trazida à cidade pela Companhia foi a construção do cais, que possibilitou a drenagem das águas contaminadas e a construção de redes de esgoto, que até então permaneciam a céu aberto. Essas obras trouxeram melhorias significativas à situação sanitária de Santos, que então passava por graves epidemias.

Em 1980 a Cia. Docas de Santos, com o término do contrato de concessão de exploração de serviço no porto de Santos por 90 anos, passou por mudança no ramo de atividades, dedicando-se principalmente a atuação como holding de investimentos diversos, tendo sua denominação alterada para Docas S.A., e, posteriormente, para

Docas Investimentos S.A.

**Produtores:** Cia. Docas de Santos.

**Procedência:** Acumulação natural da própria empresa.

**Fontes Relacionadas:** Museu do Porto de Santos.

KALTMAN, Hélio. *Docas de Santos: uma empresa através dos séculos*.  
Rio de Janeiro: Agir, 2000.

**Observações:** Não se trata de um Arquivo institucionalizado, a documentação consultada é parte do acervo institucional da empresa, daí a necessidade de autorização para consulta ao acervo.

## 7 – CASA OSWALDO CRUZ

<b>Subordinação Administrativa:</b> Fundação Oswaldo Cruz	
<b>Endereço:</b> Casa Oswaldo Cruz - Avenida Brasil, 4036, Salas 415 (Biblioteca) e 416 (Sala de Consulta do Arquivo), 4º andar, Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ – Brasil – CEP: 21040-36.	
<b>Endereço Eletrônico:</b> www.coc.fiocruz.br	<b>E-mail:</b> consulta@coc.fiocruz.br
<b>Telefones:</b> +55 (21) 2590-3690 ou 3882-9124	
<b>Responsável:</b> Dra. Nara Azevedo, diretora da unidade.	
<b>Atendimento ao Público:</b> Os fundos/coleções de acesso restrito serão abertos à pesquisa mediante autorização, após serem avaliados objetivos e finalidades.	
<b>Horário:</b> Segundas a sextas-feiras, das 9h às 16h30min. É possível também solicitar pesquisas via correspondência, telefone, fax ou e-mail. Para solicitar pesquisas aos acervos bibliográfico e/ou arquivístico pela Internet, é necessário cadastrar-se no Núcleo de Informação em História das Ciências Biomédicas e da Saúde, no site da instituição.	
<b>Reprodução:</b> Mediante pagamento de taxa é possível obter cópias xerográficas, cópias eletrostáticas, inclusive a partir de microfímes; cópias fotográficas para P&B e reprodução de fitas de áudio e vídeo.	

<b>Fundo Oswaldo Cruz</b>
<b>Data-Limite:</b> 1885/1972
<b>Tratamento Técnico:</b> Organizado.
<b>Organização:</b> Temático/cronológica.
<p><b>Conteúdo:</b> O código de referência para o acesso ao fundo será sempre iniciado com a sequência FIOCRUZ/COC/DAD/OC, alterando-se apenas as iniciais das séries correspondentes. <b>[1]</b> Série Documentos Pessoais. Passagem ferroviária com destino a Santos pela São Paulo Railway Company. 1889; Passaporte sanitário de OC com procedência de Santos, expedido pelo serviço sanitário de São Paulo. 1889. Código: DP/18940240 Pasta DP1. <b>[2]</b> Série Correspondências. Subsérie “Pessoal”: Telegrama de OC a sua esposa Miloca, endereçado de Santos, comunicando que se vacinou contra a peste. S/D; Carta de OC a sua esposa, relatando sua experiência no combate à Peste Bubônica em Santos. 1889; Carta de OC a sua esposa, comentando o extravio de uma de suas malas que vinham de Santos para o Rio de Janeiro. S/D. Código: COR/PES/18991017 Pasta COR 3. <b>[3]</b> Série Correspondência. Subsérie “Político-administrativa”: Cópias de telegramas do período em que OC estava à frente da diretoria geral de saúde pública, entre eles documentos sobre expedições feitas aos portos marítimos e fluviais do Brasil, como o de Santos. 1905/1917. Código: COR/PA/19050930 Pasta COR 7. <b>[4]</b> Série Correspondência. Subsérie “Científica”: Carta de Jules Ogier, diretor do laboratório de tecnologia de Paris, que alerta OC sobre os perigos de combater a peste bubônica de Santos. Consta ainda carta de OC em resposta, com notícias sobre o surto da peste bubônica e</p>

casos de febre amarela. S/D. Código: COR/CI/18991019 Pasta COR 5; Cartas trocadas entre OC e médicos paulistas à respeito do surto de Peste Bubônica em Santos. Constan mapas estatísticos da epidemia e cartas acerca da publicação do relatório sobre a doença, trocadas com Victor Godinho, médico da Santa Casa de Misericórdia de Santos, e duas cartas de Nuno de Andrade, sobre acordos entre J.J.Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores e o Barão Pedro Affonso para a construção de um instituto soroterápico, do qual OC seria o diretor técnico, após o fim do trabalho em Santos. 1899/1900. COR/CI/18991020 Pasta COR 5; Carta de OC à Charles Vilbert, chefe do laboratório de toxicologia de Paris, noticiando seu trabalho no combate à peste bubônica em Santos e o início de suas atividades no Instituto Soroterápico Federal. 1900. Código: COR/CI/19000128 Pasta COR 5. [5] Série Produção Intelectual. Subsérie “Trabalhos Próprios”: Peste de Santos – Diário de Laboratório. Manuscrito que apresenta o relato da pesquisa de OC em Santos, o programa de observação de casos, lista de doentes tratados e etc. 1899. Código: PI/TP/18991040 Pasta 31 A; Relatório acerca da moléstia reinante em Santos. Manuscrito do relatório apresentado pelo titular ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores. OC detalha no relatório todo o trabalho empreendido na verificação da natureza bacteriológica da epidemia de Santos. Constan desenhos de culturas, observações sobre animais de experiência e observações clínicas. 1899. Código: PI/TP/18991113 Pasta 32.

**Instrumento de Pesquisa:** Inventário preliminar e listagem de tombamento, além de guia de acervo disponível na internet.

**História Administrativa/Biografia:** Nasceu em 1872, em São Luiz do Paraitinga (SP), filho de Bento Gonçalves Cruz e de Amália de Bulhões Cruz. Ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1888, doutorando-se em 1892 com a tese "A veiculação microbiana pelas

águas". Seu interesse em microbiologia surgiu através do curso de bacteriologia que fizera com o professor Rocha Vaz.

Em 1896, seguiu para Paris a fim de estudar no Instituto Pasteur, onde permaneceu até completar sua formação em microbiologia.

Em 1899, ano em que retornou ao Brasil, foi convidado a fazer parte da equipe que, junto com Adolpho Lutz e Vital Brasil, realizaria o combate à peste bubônica que assolava o país. O objetivo era evitar que a epidemia atingisse o porto do Rio de Janeiro. Porém, tal trabalho não obteve sucesso.

Nesta época, a produção de soro antipestoso do Instituto Pasteur não era suficiente para atender às demandas mundiais. Para atender às necessidades no sentido de combater a epidemia de Santos e do Rio de Janeiro era necessário que se criasse aqui instituições capazes de produzir o soro. Com este objetivo foi fundado, em 1899, o Instituto Soroterápico Federal do Rio de Janeiro, sob a direção do Barão de Pedro Afonso e a assessoria científica de Oswaldo Cruz, na Fazenda Manguinhos, além do Instituto Soroterápico de São Paulo, sob a direção de Vital Brasil, na Fazenda Butantã.

Era necessária uma reforma sanitária capaz de remover os três principais flagelos de então: a febre amarela, a peste bubônica e a varíola. A essa tarefa dedicou-se Oswaldo Cruz, cujos métodos controvertidos seriam alvo de discussão não só entre a comunidade científica, mas entre políticos, ganhando um grande espaço na imprensa e gerando uma série de conflitos que culminariam, em 1904, com um movimento popular no Rio de Janeiro conhecido como a Revolta da Vacina. O Código Sanitário que fez entrar em vigor foi considerado por alguns como um "código de torturas", na medida em que propunha a desinfecção, inclusive domiciliar, o arrasamento de edificações consideradas nocivas à saúde pública, a notificação permanente dos

casos de febre amarela, varíola e peste bubônica, a vacinação obrigatória e a atuação da polícia sanitária.

Conseguiu, no entanto, erradicar a febre amarela da cidade do Rio de Janeiro, em 1907, e de Belém do Pará, no mesmo ano. Em 1908, conseguiu controlar a malária na região onde se construía a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

Desde 1907, passou a dedicar-se integralmente ao Instituto que levaria seu nome. Em 1908, durante novo surto de varíola, a população reage de forma diversa daquela de outrora, tomando a iniciativa de se proteger com a vacina.

Ainda durante o ano de 1908 o então Instituto de Patologia Experimental de Manguinhos passou a chamar-se Instituto Oswaldo Cruz (IOC). Em 1913 ingressou na Academia Brasileira de Letras (ABL), ocupando a cadeira que pertencera a Raimundo Corrêa.

Oswaldo Cruz assumiu a Prefeitura de Petrópolis, na região serrana do Rio de Janeiro, em exercendo este cargo por pouco tempo. Morreu no dia 17 de fevereiro de 1917, aos 44 anos.

**Produtores:** Oswaldo Cruz.

**Procedência:** Parte do Fundo Oswaldo Cruz foi transferida do Museu da Casa Oswaldo Cruz para o arquivo, enquanto que uma segunda parte foi doada pela família do médico.

**Fontes Relacionadas:** Série Saúde/Higiene Pública/Instituto Oswaldo Cruz (1809/1919) do Arquivo Nacional. Contém relações das pessoas vacinadas na cidade de São Paulo e nas Vilas de Santos, Athibaia, Bragança, Parnaíba, Itú, Sorocaba e Porto Feliz (1820). Código: AN BF/IS4 52. Tema: Higiene Pública – Arquivo do Estado de São Paulo.

## 8 – ARQUIVO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

<b>Subordinação Administrativa:</b> Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro	
<b>Endereço:</b> Rua Amoroso Lima, 15, Cidade Nova, Rio de Janeiro – RJ / Brasil, CEP 20211-120	
<b>Endereço Eletrônico:</b> www.rio.rj.gov.br/arquivo	<b>E-mail:</b> gerenciadepesquisa@pcrj.rj.gov.br
<b>Telefones:</b> +55 (21) 2273-3141 / 2273-4582	
<b>Responsável:</b> Beatriz Kushnir (Diretora Geral)	
<b>Atendimento ao Público:</b> Aberto ao público, sem necessidade de agendamento prévio.	<b>Horário:</b> Segundas a sextas-feiras, das 9h às 17h30min.
<b>Reprodução:</b> Mediante autorização da instituição.	

<b>Data-Limite:</b> 1822 – 1913
<b>Tratamento técnico:</b> Organizado.
<b>Organização:</b> Temática.
<b>Conteúdo:</b> Ofícios (1822/1868); correspondências, ofícios, representações relativos a José Bonifácio de Andrada e Silva (1822/1823); Diários de viagem de Saldanha Marinho – à província de

São Paulo passando por Santos (1872); Livro de Registro de correspondência da presidência da província de São Paulo (1867/1868); Correspondência referente à propaganda republicana em São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso (1876/1891); Documentação do Congresso Operário Brasileiro (microfilmada) (1913), participaram do congresso diversas entidades sindicais da cidade de Santos.

**Outros Acervos:** Não possui.

**Instrumento de Pesquisa:** Índice geral de fundos, organizado por ordem alfabética. Existe um índice facilitador temático, organizado por ordem alfabética.

**História Administrativa/Biografia:** Originário do Arquivo da Câmara Municipal implantada por Mem de Sá em 1567, a instituição reflete as várias transformações administrativas por que passou o Rio de Janeiro. A cidade foi Capital do Império e da República até 1960, com a inauguração de Brasília. De 1960 a 1975 foi a capital do antigo Estado da Guanabara. Com a fusão com o Estado do Rio de Janeiro, recebeu a denominação de Arquivo Municipal, subordinado ao Departamento Geral de Cultura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. A denominação de Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro foi dada em 1979. Em 2001 passou a ser o gestor da política municipal de arquivos e do Sistema de Memória da Cidade. Diversos fatores contribuíram para o extravio e dispersão de muitos documentos, como um incêndio criminoso, em 1790, que destruiu uma considerável parcela do acervo. Um programa de reprodução do acervo de várias instituições contribuiu para minimizar as lacunas existentes na documentação.

O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro mantém em seu acervo os

documentos produzidos e acumulados pela Câmara Municipal até a Proclamação da República e pela prefeitura a partir de então, além de diversas coleções privadas de administradores municipais, diversas instituições e outras personalidades.

**Produtores:** Câmara Municipal, Senado da Câmara, Conselho Municipal de Intendência e Prefeitura Municipal

**Proveniência:** Documentos oficiais e administrativos próprios do desenvolvimento das funções administrativas da cidade e coleções particulares recebidos por doação.

**Fontes Relacionadas:** Fundo Câmara Municipal de Santos - FAMS/SP

## 9 – MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

<b>Subordinação administrativa:</b> Ministério da Cultura / IPHAN	
<b>Endereço:</b> Pça. Mal. Âncora (próximo à Pça. XV), nº 07, Centro, Rio de Janeiro – RJ / Brasil – CEP 20021-200	
<b>Endereço Eletrônico:</b> www.museuhistoriconacional.com.br	<b>E-mail:</b> mhn02@visualnet.com.br
<b>Telefones:</b> +55 (21) 2550-9220 ou 2550-9224	
<b>Responsável:</b> Rosângela de Almeida Costa Bandeira	
<b>Atendimento ao Público:</b> O arquivo é aberto ao público, mas a consulta deve ser realizada mediante prévio agendamento.	<b>Horário:</b> Terças a sextas-feiras, das 10h às 17h30min. Sábados, domingos e feriados, das 14h às 18h00min.
<b>Reprodução:</b> Mediante autorização da instituição.	

<b>Data-Limite:</b> 1730-1921
<b>Tratamento Técnico:</b> Organizado.
<b>Organização:</b> Temática.
<b>Conteúdo:</b> Coleção de jornais referente à viagem do Imperador a São Paulo – encadernado (1886).

**Outros Acervos:** Iconográfico – coleção de pranchas, originais e cópias, de uniformes militares de São Paulo (1730/1922); projeto de bandeira de São Vicente (1959); Fotos de litografia de José Bonifácio de Andrada e Silva (s/d) e de seu sobrinho José Bonifácio, o moço (1862); Foto de Marc Ferrez do porto de Santos [original] (s/d); aquarela de Alfredo Norfini, retratando o claustro do convento de São Bento (1921).

**Instrumento de Pesquisa:** Índice alfabético de coleções.

**História Administrativa/Biografia:** O Museu Histórico Nacional foi fundado pelo presidente Epitácio Pessoa, à partir da Exposição Internacional de 1922, comemoração do centenário da Independência do Brasil.

Instalado onde outrora foram instalações militares como o Forte de São Tiago, a Casa do Trem e o Arsenal de Guerra, foi fundado em 1922, e possui acervo de, aproximadamente, 280 mil peças, como documentos, imagens, móveis, e outros objetos.

Abriga exposições permanentes e temporárias. Possui ainda importante coleção filatélica e numismática, uma biblioteca, com mais de 57.000 títulos, inclusive com obras raras à partir do século XVI, e um acervo documental de 50 mil itens textuais e iconográficos.

O Arquivo Histórico tem seu acervo composto por documentos provenientes de diversas origens, que foram doados ou comprados quando da criação do museu, sendo, portanto, muito variado, o que torna difícil uma contextualização do acervo, cabendo apenas uma indicação dos mesmos pelas informações contidas.

**Produtores:** Não identificados.

**Procedência:** Adquiridos e recolhidos quando da criação do Museu.

**Fontes Relacionadas:** ver também uniformes militares no Arquivo Histórico do Exército.

## 10 – SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA

**Subordinação administrativa:** Ministério da Defesa.

**Endereço:** Praça Barão de Ladário, s/n, Ilha das Cobras, Centro, Rio de Janeiro – RJ / Brasil.

**Endereço Eletrônico:**  
www.mar.mil.br/dphdm/

**E-mail:** contato disponível no site da instituição.

**Telefones:** +55 (21) 2104-6723 / 2104-5487 / 2104-5488 / 2253-6883

**Responsável:** Comandante Madeira (Dir. de Administração de Patrimônio)

**Atendimento ao Público:**  
Aberto ao público, sem necessidade de agendamento prévio.

**Horário:** Segundas a sextas-feiras, das 9h às 11h30min e das 13h30min às 16h00min.

**Reprodução:** Mediante autorização da instituição.

<b>Data-Limite:</b> 1907-1975
<b>Tratamento Técnico:</b> Organizado.
<b>Organização:</b> Temática e Cronológica.
<b>Conteúdo:</b> Declarações de desertores (1927); termos de matrícula dos estudantes (1910/1912) da Escola de Aprendizes de Marinheiros de Santos; Livro de ordens do dia (1925/1931) da Escola de Aprendizes de Marinheiros de Santos.
<b>Outros Acervos:</b> <i>Iconográfico</i> - fotos e cartões postais de coleções particulares de militares da marinha (1907/1975), fotos do terreno da Conceiçãozinha e processo de instalação da Base Aérea de Santos (1926).
<b>Instrumento de Pesquisa:</b> Índice temático (documentos especiais - iconografia) e cronológico (documentos escritos).
<b>História Administrativa/Biografia:</b> Com origem na Biblioteca da Marinha, instituída no Arsenal da Marinha da Corte em 1846, o Serviço de Documentação da Marinha (SDM), Organização Militar subordinada ao Ministro da Marinha criado em 1943, incorporou a antiga Biblioteca. Ao lado da Seção de História Marítima do Brasil, o Arquivo Histórico e a Revista Marítima Brasileira, o SDM incorporou e reativou o Museu Naval em 1953. Em 2008 assumiu a denominação de Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM).  A Instituição está dividida em: Divisão de Documentos Escritos,

composta por documentos impressos e manuscritos referentes à administração da Marinha, relatórios de Ministros e Comandantes, livros dos navios de guerra e mercantes.

Divisão de Documentos Especiais, composta por arquivos de imagem, som, vídeo e outros documentos não textuais que retratam a história da Marinha e suas atividades na defesa do território.

Divisão de Acesso à Documentação, responsável pelo atendimento ao público, equipada com leitoras de microfilmes e terminais de consulta.

Todo o acervo da Instituição compreende documentação a partir do século XVIII até os dias atuais.

**Produtores:** Escola de Aprendizes de Marinheiro de São Paulo (Santos), Marques Pereira (fotógrafo) e Departamento Fotográfico de Aviação Naval.

**Procedência:** documentação produzida e acumulada de forma natural e transferida para o arquivo.

**Fontes Relacionadas:** ver também fundo e coleção “Série Marinha” e o fundo “Ministério da Marinha” do Arquivo Nacional.

## Publicações, Teses e Dissertações

\_\_\_\_\_ A municipalidade de Santos perante a Comissão de Saneamento: polêmica com o Dr. Saturnino de Brito. Santos: Oficinas Graphicas do Bureau Central, 1914.

\_\_\_\_\_ Memória econômico política da capitania de São Paulo em 1800 In: Anais do Museu Paulista. Tomo XV, São Paulo, 1961, pg. 81 a 248.

\_\_\_\_\_ Memória sobre o Comércio, a Mesa de Inspeção, o caminho de Santos, a agricultura e o estado da Literatura em São Paulo etc In: Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, vol. 44, São Paulo, 1915, pg. 129 a 160.

\_\_\_\_\_ Um inédito de Frei Gaspar da Madre de Deus In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. 36, pg. 20 a 22.

\_\_\_\_\_ Cartilha da História de Santos. Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1980.

\_\_\_\_\_ Dicionário de curiosidades de Santos. Santos: Gráfica A Tribuna, 1973.

ALMEIDA, Raphael Moura de. *Vozes de Santos*. Santos: Editora UNISANTA – Universidade Santa Cecília, 2000.

ANDRADE, Wilma Therezinha Fernandes de. *Coleção santista: o que se pode ler sobre Santos*. São Paulo: [s.n.], 1977.

ARAUJO FILHO, José Ribeiro de. *Santos, o porto do café*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia, 1969.

ASSOCIAÇÃO Comercial De São Paulo. *A crise do Porto de Santos: estudo preliminar*. São Paulo: Acsp, 1925.

Ata de Inauguração dos Canais de Drenagem Superficial de Santos. Santos: Câmara Municipal de Santos, 1907.

AULICINO, Domingos. *Santos, porta aberta ao mar. A margem de alguns capítulos de sua história 1500 – 1600*. Santos: Edição do autor, 1963.

Baixada Santista – Aspectos Geográficos: Povoamento e População. São Paulo: EDUSP, 1965. vol. 2.

Baixada Santista – Aspectos Geográficos: Santos e as cidades balneárias. São Paulo: EDUSP, 1965. vol. 3.

BANAT, Ana Kalassa El e NUNES, Luiz Antonio de Paula. Uma aula de 500 anos - parte I In: Revista Ceciliana, ano 10, no. 12, ago/dez. 1999.

BANAT, Ana Kalassa El. Certas imagens de uma cidade... ou certas cidades entre imagens In: Revista Ceciliana, ano 12, no. 16, ago./dez. 2001.

BANDEIRA JÚNIOR; Pedro, TINHORÃO, José Ramos. *História do carnaval santista*. Santos: A Tribuna de Santos, [s.d.].

BARBOSA, Gino Caldatto. *Marc Ferrez: Santos panorâmico*. São Paulo: Magma, 2007.

BARBOSA, Gino Caldatto; BARBOSA, Ney Caldatto; ALVES, Jaqueline Fernández. *O Palácio do Café*. São Paulo: Magma Cultural e Editora, 2004.

BARBOSA, Gino Caldatto; MEDEIROS, Marjorie de Carvalho Fontenelle de; LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Santos e seus Arrabaldes: álbum de militão Augusto de Azevedo*. São Paulo: Magma, 2004.

BARBOSA, Maria Valéria; DIAS, Nelson Santos; CERQUEIRA, Rita Márcia Martins. *Santos na formação do Brasil: 500 anos de história*. Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 2000.

BERNARDINI, Sidney Piochi. *Os planos da cidade: as políticas de intervenção urbana em Santos, de Estevan Fuertes a Saturnino de Brito, 1892-1910*. São Carlos, SP: RiMa, 2006.

BIASI, Ana Maria Chamiso Silva De; TAMBUR, Elias Jorge; MOTTA, Maria Rabello da. *Valongo arte e devoção*. Santos, SP: A Tribuna, 1995.

BINZER, Ina von. *Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BLUME, Luiz Henrique dos Santos. O “Porto Maldito”: modernização, epidemias e moradia da população pobre em Santos no final do século XIX In: Cidades –

Pesquisa em História 1- Programa de Estudos Pós-Graduados em História PUC/SP. São Paulo: Olho d'água, 1999. pp- 129 a 151.

Bombeiros: de Santos para o litoral. Polícia Militar do Estado de São Paulo – Corpo de Bombeiros – Sexto Grupamento de Incêndio. Santos, 1984.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca; MOREEL-DELEDALLE, Myriame. *O Monumento aos Andradas*. Santos: TypeBrasil Qualidade em Gráfica, 2005.

BRITO, F. Saturnino R. de. *A planta de Santos – Obras Completas de Saturnino de Brito*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Imprensa Nacional, 1944. (ver também – São Paulo: Tipographia Brazil de Rothschild, 1915.)

CALDAS, Jaime Mesquita e outros. *Photografias e Fotografias do porto de Santos*. Local: Ed. Páginas e Letras, 1996.

CALIXTO, Benedito. *Capitanias paulistas*. 1924.

*Caminhos do Mar – Memória do Comércio da Baixada Santista*. Editora Sesc e Museu da Pessoa, 2002.

CAMPOS, Gonzaga de. *Iluminação: estudo para a municipalidade*. Santos: Tipographia da Cidade de Santos, 1899.

CAPISTRANO FILHO, David. *Mil dias de governo popular*. São Paulo: BRASIL URGENTE, 1991.

CARDOSO, Dorival Tadeu. *Resgatando o passado: a cultura material do Outeiro de Santa Catarina sob restos da antiga residência do Dr. João Éboli*. Santos: [s.n.], 2006.

CARVALHO, Maria Conceição Vicente de. *Santos e a Geografia Humana do litoral Paulista*. Tese de Doutorado. São Paulo, IFCL/USP, 1944.

CASTRO, Therezinha. *José Bonifácio e a Unidade Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

*Centro Português de Santos e seu Centenário*. Portugal, 1995

CERQUEIRA, Rita Márcia Martins. *O Plano de Classificação do Fundo Câmara Municipal de Santos*. 2007. 60 f. Monografia (especialista em Arquivologia e Gestão Documental) Universidade Paulista, Unip, Santos.

CEVA, Marcio A. *Partidas dobradas: Crônicas da Bolsa de Café*. São Paulo: M.A. Ceva, 1998.

COMISSÃO De Saneamento De Santos. *Álbum: Canais de drenagem superficial: canais - 1906/1907*. São Paulo: Rothschild, 1908.

Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo – Exploração do Litoral – 1915. Acervo Sabesp.

COMPANHIA de Tecnologia de Saneamento Ambiental (SP). *Poluição das águas no Estuário e Baía de Santos*. São Paulo: CETESB, 1978.

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP. *Porto de Santos - evolução*. São Paulo: CODESP, 1989.

CORDEIRO, J. P. Leite. *Braz Cubas e a Capitania de São Vicente*. São Paulo:, 1951

CORRÊA, Álvaro. *Clube Internacional de Regatas Santos: parte histórica e administrativa 1898-1982*. Santos: Edição A Tribuna, 1982. 1º volume.

CRUZ, Diniz Ferreira da. *Elogio de Martim Francisco Ribeiro de Andrada*. Santos: Editora Danúbio Ltda, 1979.

D'ALINCOURT, Luiz. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. São Paulo: EDUSP, 1975.

DEPARTAMENTO de Patrimônio Histórico. *Monumentos da serra do mar*. 2. ed. São Paulo: Eletropaulo, [s.d.].

DIAS, Edith Pires Gonçalves. *Memórias do casarão branco*. Santos: Mazzeo Gráfica e Editora Ltda, [s.d.].

DIAS, Nelson Santos, (coord.) *Memória da arquitetura de Santos no papel - I (1888-1900)*. Santos: Fundação Arquitetura e Memória de Santos, 1997.

Diocese De Santos. *70 Anos de historia e fé - 1924/1994*. São Paulo: Lepoldianum, 1994.

DOCAS – o porto de Santos: desenvolvimento e atuação do porto 1892-1972.

ELLIS JR., Alfredo. Panoramas Históricos. Boletim no. 73. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, História da Civilização Brasileira, São Paulo, no. 6, 1946.

Evolução urbana da Baixada Santista até 1930. Santos: FAUS, s.d.

FALCÃO, Edgard de Cerqueira (Org.). *José Bonifácio, o Patriarca: sua vida e sua obra*. [S.l.: s.n.], 1963.

FALCÃO, Edgard de Cerqueira (Org.). *Obras Científicas, Políticas e Sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*. [S.l.: s.n., s.d.], 3 v.

FERREIRA, Leda Leal; IGUTI, Aparecida Mari. *O Trabalho dos Petroleiros: Perigoso, complexo, contínuo e coletivo*. São Paulo: Scritta, 1996.

FOLHETO de distribuição gratuita. A História de Maria Fea. [S.l.: s.n., s.d.] acervo da Fundação Arquivo e Memória de Santos.

FRANCO, Jaime (coord). *História da Igreja do Rosário de Santos*. Santos: Edição A Tribuna, s/d.

FRANCO, Jaime. A Beneficência – Memória Histórica da Sociedade Portuguesa de Beneficência e Contribuição para a História de Santos. São Paulo: Gráfica da “Revista dos Tribunais”, 1951.

FRIGÉRIO, Ângela Maria Gonçalves; OLIVEIRA, Ysa Fava de. *Santos: a geografia através dos mapas*. Santos: MOLINARI, 1991.

FRIGÉRIO, Ângela Maria Gonçalves; OLIVEIRA, Ysa Fava de; ANDRADE, Wilma Therezinha Fernandes de. *Santos: um encontro com a história e a geografia*. Santos: Leopoldianum, 1992. 127 p

FRUTUOSO, Maria Suzel Gil. Emigração portuguesa e sua influência no Brasil: o caso de Santos – 1850 a 1950. Dissertação de Mestrado. História. FFLCH, USP. São Paulo, 1989.

FUNDAÇÃO ARQUIVO MEMÓRIA DE SANTOS. *Caminhos da Memória*. Santos: [s.n.] 2007.

FUNDAÇÃO Sistema Estadual de Análise de Dados (SP). *Perfil municipal 1980-91: regiões administrativas de Registro, Santos e São Jose dos Campos*. São Paulo: Fundação SEADE, 1993.

GAMBETA, Wilson. Desacumular a pobreza: Santos, limiar do século In: Espaço e Debates, 11, São Paulo, 1984, pp- 17-24.

GIRAUD, Laire Jose. *Transatlânticos em Santos 1901/2001*. Santos: Gráfica Guarani, 2001.

GITAHY, Maria Lucia Caira. *Ventos do Mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

GOMES, Marilena Nascimento. Bolsa Oficial de Café. 1985 (monografia).

GONÇALVES, Alcindo. Lutas e sonhos: cultura política e hegemonia progressista em Santos 1945 – 1962. São Paulo: UNESP/PMS, 1995.

GONTIER, Bernard. *Santos*. São Paulo: Mundo Impresso, 1991.

GUIMARÃES, Carmelinda. *Memórias do Teatro de Santos*. Santos: Prefeitura Municipal, [s.d.].

HONORATO, Cezar. O polvo e o porto: A Cia. Docas de Santos 1888 – 1914. São Paulo: HUCITEC/PMS, 1996.

Humanitária 1879-1959. Edição Especial – Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio. Santos, 1959.

Inventário dos bens imóveis de interesse histórico e artístico. Baixada Santista, 1989. (FAUS)

IV Antologia da Associação de Poetas e Escritores da Baixada Santista. A lua e a pena: Crônicas, contos, trovas e poesias. Santos: s.c.p., 1995.

KALTMAN, Helio, *Docas de Santos: Uma empresa através dos Séculos* Rio de Janeiro, Agir, 2000.

KIDDER, Daniel P. Reminiscências de Viagens e permanência no Brasil.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Uma Cidade na Transição – Santos: 1870-1913*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

LEAL, Alberto. *Cais de Santos*. Rio de Janeiro: Cooperativa Cultural Guanabara, 1939.

LEITE, Serafim. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil 1558-1563*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1954.

LOBO, Helio. *Docas de Santos: suas origens, lutas e realizações*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1936.

LOPES, Betralda. *O porto de Santos e a febre-amarela*. São Paulo: s.c.p, 1974.

LOPES, Betralda. Santos – Saneamento, uma das metas do processo de urbanização In: *Separata dos Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História (Belo Horizonte, 2 a 8 de setembro de 1973)*, São Paulo, 1974.

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. *Memórias para a história da capitania de São Vicente*. São Paulo: Martins Editora, 1953.

MAIA, Francisco Prestes. *O plano regional de Santos*. São Paulo, 1950.

MARQUES, Nelson Salazar. *Imagens de um mundo submerso I*. Santos: Edição do Autor, s.d.

MARTINS, Conceição da piedade. *Memória Sindical de Santos 1930 – 1964*. Santos: Fundação Arquivo e Memória de Santos, 1997.

MATOS, Paulo. ALEXANDRINO, Carlos Mauri. *Caixeiro Conferente Tally Clerk: Uma saga em um porto do Atlântico*. Santos, SP: Prefeitura Municipal, 1995.

MATOS, Paulo. *Anchieta, 15 anos - 1989-2004: a história da quarta revolução mundial da psiquiatria/exemplo santista nacional e mundial de políticas de saúde mental/um documento da luta antiman*. Santos: E.A, 2004.

MEIRA, Francisco. *Santos histórica e tradicional*. Santos [s.n.], 1968.

MEIRA, Francisco; JULIÃO, Sebastião Silvio. *Conheça Santos: santos de ontem*. Santos: 1952.

Memorial Descritivo – Santa Casa, Novo Hospital. São Paulo: Ed. Mecico Social, 1945.

MENDONÇA, Antonio Manoel de Mello e Castro. Memória sobre a comunicação da vila de Santos com a cidade de São Paulo quer por mar, quer pelo caminho projectado por terra, e sobre o principal comércio existente entre a Europa e os portos da América etc In: Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, vol. 29, São Paulo, 1889, pg. 112 a 122.

MORI, Victor Hugo; LEMOS, Carlos A. C.; CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *Arquitetura militar: um panorama histórico a partir do Porto de Santos*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2003.

MOTTA, Maria Rabello. *A casa do meu pai, minha casa: reflexo de uma época 1919-1985*. Santos: Editora da Unisantos, 1985.

MUNIZ JR., J. *Bombeiros: de Santos para o litoral*. Santos: A Tribuna, 1984.

MUNIZ JR., J. *De Escola de Aprendizes a Museu de Pesca*. Santos: [s.n., s.d.].

MUNIZ JR., J. *Episódios e Narrativas da Aviação na Baixada Santista: Edição comemorativa da Semana da Asa de 1982*. Santos: A Tribuna, 1982.

MUNIZ JR., J. *Histórico do Pelotão de Polícia da Base Aérea de Santos*. Santos: Tipografia Áurea, [s.d.].

MUNIZ JR., J. *Organizações e repartições do Porto de Santos*. Santos: Facos, 1988.

MUNIZ JR., J. *Presença da Força Aérea na Baixada Santista*. Santos: Gráfica Prodesan, 1978. 2 v.

MUNIZ JR., J. *Presença da Marinha em Santos*. Santos: A Tribuna, 1986.

OFM, Frei Basílio Rower. *O convento de Santo Antônio do Valongo*. São Paulo: Editora L. Niccolini Gráfica, 1955.

OLIVEIRA, Maria Alice Milliet de. *Benedito Calixto: memória paulista*: São Paulo, Banespa/Pinacoteca do Estado, 1990.

PAUL, Clotilde. *Roteiro poético de Santos*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

PEREIRA, Lígia Maria Leite. FARIA, Maria Auxiliadora de. *José Bonifácio Lafayette de Andrada: (Zezinho Bonifácio) uma vida dedicada à política*. Belo Horizonte, MG: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, BDMG Cultural, 1994.

PEREIRA, Maria Aparecida F. O Comissário de Café no Porto de Santos, 1870-1920. Dissertação de Mestrado, História, FFLCH, USP. São Paulo, 1980.

PEREIRA, Maria Aparecida Franco, (coord.). História da Mulher na História. Santos: Leopoldianum, 1997.

PEREIRA, Maria Aparecida Franco. Santos nos Caminhos da Educação Popular. Santos: Edições Loyola, 1996.

PEREIRA, Maria Aparecida Franco; AZEVEDO, Nércio de Lima; FRUTUOSO, Maria Suzel Gil; SILVA, Ivani Ribeiro da; MATOS, Maria Izilda Santos de; ANDRADE, Wilma Therezinha Fernandes de; SERRANO, Fábio Se. *Santos: café & história*. Santos: Leopoldianum, 1995.

PEREIRA, Taís Assunção Curi. *Theatro Guarany*: O renascer de um palco centenário. Santos, SP: Comunnicar Editora, 2008.

PEREIRA, Viviane; GOMES, Helena Maria e GIRAUD, Laire José. Memórias da Hotelaria Santista. São Paulo: Páginas e Letras, 1997.

PETRONE, Pasquale. Anotações para um estudo da cidade de Santos In: Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, no. 12, São Paulo, 1950, pg. 99 a 109.

PIFFER, Marcos. *Santos: roteiro lírico e poético*. 2. ed. Santos: MP, 2007.

PIMENTA, Marcus Aurelius. TORERO, José Roberto (org.). *A rebeldia do Patriarca*: (textos escolhidos de José Bonifácio). Santos, SP: Prodesan Gráfica, 1994.

PREFEITURA Municipal de Santos. *A crônica esportiva: uma antologia de autores santistas*. Santos: PMS, 1993. 54 p. (Cadernos Semes, 1)

PREFEITURA Municipal de Santos. *O Jeito Santista de Ser*. Santos: PMS, 2000.

PREFEITURA Municipal de Santos. *Plano diretor de Santos*: lei complementar nº 311, lei complementar nº 312. Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1998.

PREFEITURA Municipal de Santos. *Plano Diretor Físico: política de desenvolvimento físico*. Santos: Prodesan/PMS, 1967.

PREFEITURA Municipal de Santos. *Proposta do novo plano diretor de Santos*: manual do proprietário. Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1995.

PREFEITURA Municipal de Santos. *Região Metropolitana da Baixada Santista: história, luta e realidade*. Santos: PMS, 1996.

PREFEITURA Municipal de Santos; Progresso e Desenvolvimento de Santos - Prodesan. *Plano diretor físico: problemática econômica e social*. Santos: Prodesan/PMS, 1967.

PRODESAN. *Plano diretor de desenvolvimento integrado de Santos - PDDI: estrutura urbana atual, estrutura urbana espontânea, estrutura urbana proposta, projetos setoriais*. Santos: PRODESAN/PMS, 1979.

PUBLICAÇÕES da Santa Casa de Misericórdia de Santos. Relatórios, Annaes e Boletins. Data – Limite: 1935-1957.

READ, Ian William Olivo. *Unequally Bound: The conditions of slave life and treatment in Santos County, Brazil, 1822-1888*. 2006. 328 f. Dissertação (Doutorado em Filosofia) Stanford University, Stanford, Califórnia, EUA.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Santos e as praias In: REIS FILHO, Nestor Goulart. São Paulo e outras cidades. São Paulo: Hucitec, 1994. pp- 34 a 43.

REIS FILHO, Nestor Goulart; BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira; BRUNA, Paulo J. V.. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: EDUSP, 2000.

Revista da Semana. Número especial dedicado à cidade de Santos. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1902.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santos. Edição Especial Comemorativa do ano de José de Anchieta. São Paulo, 1966.

ROCHA, Paulo Mendes Da. *Engenheiro Guilherme Benjamin Weinschenck: construtor das obras de melhoramento do Porto de Santos*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1948.

RODRIGUES, José. FREIRE, Lauro. *Vila Socó: A Tragédia Programada*. São Paulo: Editora Alfa - Omega LTDA., 1985.

RODRIGUES, Olao. *Alamanaque de Santos*. Santos: s.c.p., 1971.

RODRIGUES, Olao. *Cartilha da história de Santos*. Santos: A Tribuna de Santos, 1980.

- RODRIGUES, Olao. *História da Imprensa de Santos*. Santos: Edição A Tribuna, 1979.
- RODRIGUES, Olao. *Nos tempos de nossos avós: (Santos de ontem)*. Santos: A Tribuna de Santos Jornal e Editora Ltda, 1976.
- RODRIGUES, Olao. *Santos de Pijama: Humorismo e Sátira*. Santos: A Tribuna, 1982.
- RODRIGUES, Olao. *Veja Santos!* Santos: Edição A Tribuna, 1975. 2ª edição.
- ROSEMBERG, André. *Ordem e burla: Processos sociais, escravidão e justiça Santos, década de 1880*. São Paulo: Alameda, 2006.
- ROSSINI, José Carlos. *Sinistros Marítimos – Costa do Estado de São Paulo, 1900 – 1999*. Santos: Edição do Autor, 1999.
- RUEDA, Waldir. *Braz Cubas: homenagem a uma vida*. Santos: Comunnicar Editora, 2007.
- SÁ PORTO, José de, (coord.). *Sociedade Visconde de São Leopoldo: uma saga do ensino particular em Santos*. Santos: Leopoldianum, 1996.
- SANTOS, Francisco Martins dos. *História de Santos: Poliantéia Santista*. 2. ed. São Vicente: CAUDEX, 1986. 3v.
- SANTOS, Francisco Martins dos. *Lendas e tradições de uma velha cidade do Brasil*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1940.
- SANTOS, Ricardo Evaristo dos. MATOS, Paulo. *Transporte Coletivo em Santos: história e regeneração*. Santos: PRODESAN, 1960.
- SARTI, Ingrid. *O porto vermelho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- SAVELLI, Mário. *Subsídios para a História da Antiga Cidade de Santos – Serviços de Eletricidade e Gás S.A. (texto da ELETROPAULO)*.
- SCHLEDER, João Carlos. *A conquista da serra do mar*. ECOVIAS, 2002.
- SECOMANDI, Elcio Rogério; FREDDO, Antonio Carlos; Universidade Católica de Santos. *Circuito turístico dos fortes: Região Metropolitana da Baixada Santista*. São Paulo: Leopoldianum, 2005.

Secretaria De Cultura. *O novo centro de cultura*. Santos: Prodesan, 1991.

SERRA, Nei Eduardo. *A Baixada Santista, seus problemas e soluções*. Santos: Gráfica de A Tribuna, 1985.

SERRANO, Fábio. Aspectos da arquitetura de Santos na época do café In: Santos, café e história. Santos: Editora Leopoldianum, Universidade Católica de Santos, 1995.

SILVA SOBRINHO, José da Costa e. *O Panteão dos Andradas*. 2. ed. Santos: A Tribuna, 1992.

SILVA SOBRINHO, José da Costa e. *Romagem pela Terra dos Andradas*. São Paulo: Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais", 1957.

SILVA SOBRINHO, José da Costa e. *Santos noutros tempos*: São Paulo, Revista dos Tribunais, 1953.

SILVA, Edith Bandini. Saneamento Urbano e expropriação dos corpos: as epidemias e a orfandade em Santos (1889-1932). Dissertação de Mestrado. Programa de história da PUC-SP. 1992.

SILVA, Eraldo e SALGADO, Ronaldo. *Fortaleza da Barra Grande – Patrimônio Histórico Recuperado*. Santos: Editora Leopoldianum, 2000.

SILVA, Fernando Teixeira da. Direitos, política e trabalho no Porto de Santos. In: FORTES, Alexandre et al. *Na Luta por Direitos: Estudos Recentes em História Social do Trabalho*. Campinas, SP: Unicamp, 1999. p. 51-86.

SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões: Os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.

SILVA, Fernando Teixeira da; Santos (SP). *A carga e a culpa: os operários das Docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade, 1937-1968*. São Paulo: Hucitec, 1995.

SILVA, Gastao Pereira Da. *Xavier da Silveira e a República de 89*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s.d.

SILVA, Ricardo Marques da. *Sombras sobre Santos: o longo caminho de volta*. Santos: Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura Municipal de Santos, 1988.

SILVEIRA, João Dias da. *Baixadas Litorâneas quentes e úmidas*. São Paulo: s.l. 1949.

SOARES, Marcílio Braghetta. *Introdução à formação econômica da Baixada Santista*. Santos: ASSECOB, 1984.

SOCIEDADE Humanitária dos Empregados no Comercio de Santos: 1879 - 1979. Santos 1979. (Revista Comemorativa do Centenário da Sociedade Humanitária dos Empregados no Comercio de Santos)

SOUSA, Alberto. *Os Andradas*. São Paulo: Typographia Piratininga, 1922.

SOUZA, Marli Nunes de (org.). *Benedito Calixto: um pintor à beira mar*. Santos, Fundação Pinacoteca Benedito Calixto, 2002.

TEIXEIRA, Milton. *Um passado inesquecível*. Santos: [s.n.], 1984.

TEIXEIRA, Milton; Universidade Santa Cecília. *Lembranças da casa amarela*. Santos: Ed. da UNICEB, 1989.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *A Baixada Santista: aspectos geográficos*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1965. 4 v.

Usos e costumes da praça de Santos. Santos: Associação Comercial, 1964.

VICTORINO, Carlos. *Reminiscências*. Santos, 1904.

VILAS BOAS, Sérgio; CORREIA FILHO, João. *Santos: o centro histórico, o porto e a cidade*. São Paulo: Horizonte Geográfico, 2005.

WILLIANS, Sérgio. *Pelas Curvas da Estrada de Santos*. Santos: Realejo Edições, 2008.

ZOCANTE, Sérgio. *Breve História do Asilo de inválidos de Santos*. Santos: Edição do Autor, 1984.

## Referências

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. CAMARGO, Ana Maria de A.(Coord.). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo/ Arquivo do Estado, 2002. (Projeto Como Fazer)

CERQUEIRA, Rita Márcia Martins. *O Plano de Classificação do Fundo Câmara Municipal de Santos*. 2007. 60 f. Monografia (especialista em Arquivologia e Gestão Documental) Universidade Paulista, Unip, Santos.

GITAHY, Maria Lucia Caira. *Ventos do Mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *O Brasil Monárquico*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978. Tomo II, v. 4, 5, 6. (História Geral da Civilização Brasileira).

KALTMAN, Helio, *Docas de Santos: Uma empresa através dos Séculos* Rio de Janeiro, Agir, 2000.

KHOURY, Yara Aun (Coord.). *Guia dos Arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil: fundadas entre 1500 e 1900*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: PUC-SP/Cedic: Fapesp, 2004. 2 v.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Uma Cidade na Transição – Santos: 1870-1913*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997.

MARQUES JR., Arnaldo Ferreira. *Fundo Câmara de Santos (1824-1889):* pesquisa histórica de apoio ao trabalho de organização arquivística. Santos: Centro da Memória Cultural/ Prefeitura Municipal de Santos, 1994. (digit.)

SALGADO, Graça. (org.) *Fiscais e Meirinhos: A Administração Colonial no Brasil.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional-Nova Fronteira, 1985.

SANTOS, Francisco Martins dos. *História de Santos: Poliantéia Santista.* 2. ed. São Vicente: CAUDEX, 1986. 3v.

SILVA SOBRINHO, José da Costa e. *Santos noutros tempos:* São Paulo, Revista dos Tribunais, 1953.